

O Príncipe

Nicolau
Maquiavel



Martins Fontes

Coleção Classics Política

Nicolau Maquiavel - O Príncipe

O príncipe



00000033010

ISBN 85-336-0550-1



9 788533 605503 >

21,51
297p

Dentre os textos que são tidos como “imortais”, este livrinho ocupa um lugar à parte e acredito que único. Nada impede que seja repelido como um “ensaio mau”, inspirado por um espírito de cinismo ou de escândalo. Nada obriga a ver nele um dos textos maiores da literatura política. O que é impossível, tanto hoje quanto no primeiro dia, é largá-lo antes de tê-lo lido até o fim, é pô-lo de lado com indiferença.

O Príncipe não conservou sua juventude – muitas obras mereceriam este elogio banal –, *O Príncipe* conservou seu poder de fascínio. Sei disso, mas não estou certo de saber por quê.

Ocorreu-me uma primeira resposta. *O Príncipe* é um livro cuja aparente clareza deslumbra e cujo mistério os eruditos e os simples leitores tentam em vão esclarecer. O que queria dizer Maquiavel? A quem queria dar aulas, aos reis ou aos povos? De que lado ele se colocava? Do lado dos tiranos ou do lado dos republicanos? Ou de nenhum dos dois?

R. Aron

O PRÍNCIPE

CAPA

Imagem

J. G. Heck, *The Complete Encyclopedia of Illustration*

Projeto gráfico Katia Harumi Terasaka

O PRÍNCIPE

Nicolau Maquiavel

Tradução
MARIA JÚLIA GOLDWASSER

Revisão
ROBERTO LEAL FERREIRA

Martins Fontes
São Paulo 2001

~~Título original: IL PRINCIPE~~
Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, 1990, para a presente edição

1ª edição
junho de 1990
2ª edição
dezembro de 1996
5ª tiragem
fevereiro de 2001

Tradução
MARIA JÚLIA GOLDWASSER

Revisão da tradução
Roberto Leal Ferreira
Tradução da cronologia
Pier Luigi Cabra
Tradução dos prefácios
Roberto Leal Ferreira
Revisão gráfica
Maria Cecília Madarás
Solange Martins
Produção gráfica
Geraldo Alves
Paginação/Fotolitos
Studio 3 Desenvolvimento Editorial
Capa
Katia Harumi Terasaka

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Machiavelli, Nicoló, 1469-1527.
O Príncipe / Nicolau Maquiavel : [tradução Maria Júlia Goldwasser].
– 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1996. – (Clássicos)

Inclui vida e obra de Maquiavel.
ISBN 85-336-0550-1

1. Política I. Título. II. Série

96-5484

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:
1. Ciência política 320
2. Política 320

Todos os direitos para o Brasil reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330/340
01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 239-3677 Fax (11) 3105-6867
e-mail: info@martinsfontes.com
<http://www.martinsfontes.com>

Índice

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Cronologia</i>	XVII
<i>Nota desta edição</i>	XXXV

<i>O PRÍNCIPE</i>	1
I. De quantos tipos são os principados e de que modo se adquirem	3
II. Dos principados hereditários	5
III. Dos principados mistos	7
IV. Por que razão o reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os su- cessores deste após a sua morte	17
V. De que modo se devem governar as cida- des ou principados que, antes de serem ocupados, viviam sob suas próprias leis	21
VI. Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e com <i>virtù</i>	23
VII. Dos principados novos que se conquistam com as armas e a fortuna de outrem	27
VIII. Dos que chegaram ao principado por atos criminosos	37

IX. Do principado civil.....	43
X. De que forma se devem avaliar as forças de todos os principados	49
XI. Dos principados eclesiásticos	53
XII. De quantos gêneros há de milícias e de soldados mercenários.....	57
XIII. Dos exércitos auxiliares, mistos e próprios...	63
XIV. Do que compete a um príncipe acerca da milícia	69
XV. Das coisas pelas quais os homens, e especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados	73
XVI. Da liberalidade e da parcimônia	75
XVII. Da crueldade e da piedade e se é melhor ser amado que temido ou melhor ser temido que amado.....	79
XVIII. De que modo devem os príncipes manter a palavra dada.....	83
XIX. Como se deve evitar ser desprezado e odiado	87
XX. Se as fortalezas e muitas outras coisas que os príncipes fazem diariamente são úteis ou não	99
XXI. O que convém a um príncipe para ser estimado.....	105
XXII. Dos secretários que os príncipes mantêm junto de si.....	111
XXIII. Como evitar os adúladores	113
XXIV. Por que razões os príncipes da Itália perderam seus Estados	117
XXV. De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se pode resistir-lhe	119

XXVI. Exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros	123
Ao magnífico Lorenzo de Medici	129
<i>Apêndice – Maquiavel e Marx</i>	131
<i>Notas</i>	157

Prefácio

Dentre os textos que são tidos como “imortais”, este livrinho ocupa um lugar à parte e acredito que único. Nada impede que seja repellido como um “ensaio mau”, inspirado por um espírito de cinismo ou de escândalo. Nada obriga a ver nele um dos textos maiores da literatura política. O que é impossível, tanto hoje quanto no primeiro dia, é largá-lo antes de tê-lo lido até o fim, é pô-lo de lado com indiferença. *O príncipe* não conservou sua juventude – muitas obras mereceriam este elogio banal –, *O príncipe* conservou seu poder de fascínio. Sei disso, mas não estou certo de saber por quê.

Ocorre-me uma primeira resposta. *O príncipe* é um livro cuja aparente clareza deslumbra e cujo mistério os eruditos e os simples leitores tentam em vão esclarecer. Que queria dizer Maquiavel? A quem queria dar aulas, aos reis ou aos povos? De que lado ele se colocava? Do lado dos tiranos ou do lado dos republicanos? Ou de nenhum dos dois?

Hoje não estamos em situação de conservar a interpretação falsamente original de Jean-Jacques Rousseau. Numa nota de *O contrato social*, ele diz que Maquiavel era um homem honesto e um bom cidadão, mas, estan-

do ligado à casa dos Medici, era obrigado, em meio à opressão de sua pátria, a disfarçar o seu amor à liberdade. Só a escolha de seu execrável herói, Cesare Borgia, já é suficiente para mostrar sua secreta intenção, e a oposição das máximas de seu livro sobre *O príncipe* às de seu *Discurso sobre Tito Lívio* e da *História de Florença* demonstra que este profundo político só teve até agora leitores superficiais e corrompidos. A corte de Roma proibiu severamente o livro; entende-se, já que é ela que o livro descreve mais claramente. Mas não é isso. Não há contradição entre *O príncipe* e o *Discurso*. Maquiavel amava a liberdade e nem mesmo disfarçava seu amor. Mas, para fundar um principado novo ou livrar a Itália dos bárbaros, a liberdade de um povo corrompido teria sido impotente. Quem analisa, à maneira de Aristóteles, os meios necessários para manter a tirania, nem por isso a aprova, e menos ainda aprova a degradação dos costumes que a tornou possível ou inevitável.

Essa busca da verdadeira significação de *O príncipe* ou da intenção última de Maquiavel não se detém tão rapidamente. Ela é propriamente dialética. Toda resposta a uma questão suscita novas questões e talvez nos leve de volta ao ponto de partida, à interrogação inicial, formulada com mais sutileza. A antítese da liberdade e do despotismo, de *O príncipe* e do *Discurso* é factícia. Maquiavel, como todo homem bem nascido, prefere a liberdade e odeia o despotismo. Mas ele tem a experiência tanto da história como da ação. Ele conhece a marcha das coisas humanas, a inconstância das massas, a fragilidade dos Estados. Sem ilusões nem preconceitos, ele observa os diversos tipos de Estados, classifica-os por gêneros, estabelece as leis – leis científicas e não morais

– segundo as quais cada Principado deve ser conquistado ou governado. Se é verdade que sua atenção se dirige com mais facilidade para os principados novos ou degradados, se parece admirar Cesare Borgia e seus procedimentos, estaríamos errados em censurá-lo por isso. Também o médico consagra mais tempo ao estudo das doenças do que ao da saúde: aquelas são, em certo sentido, mais interessantes do que esta. Mais interessantes porque solicitam a intervenção do médico. Mais interessantes porque revelam o funcionamento do organismo. Ninguém, no entanto, acusará o médico de preferir a doença à saúde. Ademais, seria culpa de Maquiavel se imperavam na Itália os costumes que ele descreve?

Neste ponto da dialética, o intérprete experimenta um sentimento de segurança. Não tem mais necessidade de atribuir ao nosso autor uma capacidade de dissimulação, abjeta ou sublime. Maquiavel tornou-se cientista e para nosso século ébrio de ciência este adjetivo satisfaz a tudo. Maquiavel é o fundador da ciência política e Oscar Morgenstern deplora que os especialistas modernos em ciência política não tenham submetido os preceitos de Maquiavel a uma análise rigorosa a fim de discernir os que talvez tenham um valor operacional.

Releia o leitor o Capítulo VII, em que são contadas as façanhas de Cesare Borgia. Após a ocupação da Romanha, o duque descobriu que ela estava “sob o comando de pequenos senhores sem poder, que mais espoliavam os seus súditos do que os governavam e lhes davam motivos mais para desunião do que para união, tanto que a província estava coberta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência, julgou o duque necessário, para pacificá-la e reduzi-la à obediência ao

braço régio, dar-lhe um bom governo. Colocou ali, então, *messer* Remirro de Orco, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, Orco a pacificou e uniu, granjeando grande reputação”. Qual foi a recompensa reservada por Cesare Borgia a este bom servidor: “...quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si. Aproveitando-se da ocasião, uma certa manhã mandou que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensangüentada. A ferocidade daquele espetáculo fez o povo ficar, ao mesmo tempo, satisfeito e estarrecido”.

Todo o mistério da clareza de Maquiavel está aí. Nada é mais simples, mais lógico, mais operacional do que a lição deste relato. Não hesitemos, sob o risco de pedantismo, em traduzi-la para linguagem abstrata. Para trazer de volta a paz e fundar uma ordem numa região entregue ao banditismo, o chefe cruel e eficaz satisfaz às necessidades. Numa fase posterior, com a paz já de volta, o sábio presidente de um Tribunal civil substitui com vantagem o homem cruel e eficaz. E, como este último não pode ter deixado de ter feito inimizades, o melhor é sacrificá-lo à cólera do povo ingrato, de modo que o príncipe, Cesare Borgia no caso, pareça inocente das crueldades cometidas em seu nome. Como se opor a razões tão convincentes? Talvez, de fato, seja impossível opor-se a elas. Mas tampouco é fácil subscrevê-las.

A técnica do bode expiatório não era desconhecida nas sociedades arcaicas. Incontestavelmente, ela pode ser vantajosa para os príncipes. Basta que ela tenha êxito na maior parte dos casos para que o médico do corpo

social tenha o direito de recomendá-la? “Afirmo, portanto, que os estados que, depois de conquistados, são anexados a um antigo estado de quem o conquistou ou são da mesma província e língua deste ou não o são. Se forem, será fácil conservá-los, principalmente se não estiverem habituados a viver livres. Para possuí-los com segurança, basta extinguir a dinastia do príncipe que os dominava.” Chamaremos de “preceito operacional” o conselho dado ao príncipe novo de mandar matar todos os membros da antiga família reinante? O conselho é tão bom a curto prazo e no plano da eficácia quanto o de mandar matar o leal servidor que ao mesmo tempo restabeleceu a ordem por meios eficazes e suscitou ódios. “Sendo os homens o que são”, os preceitos que a experiência do mundo sugere não coincidem com os que os moralistas ensinam.

Imediatamente, a interrogação surge. Maquiavel não se compraz em sugerir que os meios politicamente eficazes contradizem o ensinamento da Igreja? Pela escolha de seu herói não atrai ele uma adesão, menos hesitante do que seria de desejar, ao que foi chamado de “governo à florentina”? É bem verdade que todos os Estados nasceram da violência e, por conseguinte, os fundadores de Estados, os que erguem ou reerguem esses frágeis monumentos – as cidades humanas – estão condenados à violência. Mas pela maneira com que ele defende e ilustra esses arquitetos da história, Maquiavel incita ao vício ou à virtude, ao maquiavelismo ou à República? Refere-se de quando em quando à Igreja para camuflar o cinismo de seu ensinamento ou para dar livre curso a seus sentimentos recalcados pelas obrigações da verdade científica? Enfim, Maquiavel tinha intenções maquia-

vélicas, dissimulando pela metade uma política decididamente amoral, apresentando-a às vezes como baseada em constatações objetivas, às vezes como culpada mas inevitável?

Afinal de contas, os observadores podem interpretar a experiência histórica de modo totalmente diferente de Maquiavel, sem, no entanto, estarem cegos ao êxito da crueldade e do crime. Jacques Maritain utiliza contra o maquiavelismo a consideração da duração histórica. “O bem temporal em que frutifica a justiça do estado, o mal temporal em que frutifica sua iniquidade, podem ser e na verdade são inteiramente diferentes dos resultados imediatos que o espírito humano podia prever e que os olhos humanos contemplam. É tão difícil destrinçar as ações causais afastadas quanto discernir, na embocadura de um rio, de que geleiras ou de que afluentes provém esta ou aquela porção de suas águas.” Maritain também não me convence. Apenas me faz lembrar que a leitura maquiavélica da história não é a única possível e que essa leitura deriva de certa intenção. Qual? Eis-nos numa encruzilhada, pois várias respostas são possíveis. A leitura lhe era imposta pelas circunstâncias, pelo projeto científico, pelas buscas das origens ou pela atenção às situações extremas, pelo pessimismo quanto à natureza humana, pelo ardor republicano e pela vontade de unir uma Itália livre dos bárbaros? Todas estas respostas foram dadas por um ou outro crítico. E, qualquer que seja a resposta, o debate continua, banal e indefinido: a política é ação e a ação tende ao êxito. Se o êxito exige o emprego de meios moralmente repreensíveis, deve o príncipe renunciar ao sucesso? Sujar as mãos? Sacrificar a salvação de sua alma pela salvação da cidade? Onde se

deterá no caminho que não pode deixar de tomar? Que mentira recusará, se precipita sua queda confessando a verdade?

Escrevo no mês de março de 1962. Há três anos e meio uma República caía porque era incapaz de conservar a Argélia para a França. Os fundadores da República seguinte prosseguiram obstinadamente a política cuja veleidade acusavam os antigos dirigentes de alimentar. Mas, se era preciso gritar “Argélia francesa” para trazer de volta o general De Gaulle ao poder e se este retorno ao Élysée do solitário de Colombey era indispensável para o bem público, aqueles que enganaram seus fiéis e o povo sobre seus objetivos não desonraram, enfim, seu nome e serviram o Estado? Ou devemos dizer que os príncipes que nos governam não podem servir o Estado se faltam com sua honra? Mas quem será juiz de sua honra? E o povo os acusará de enganação no dia em que esta tiver sido bem-sucedida?

Maquiavel teve a coragem de ir até o fim de uma lógica de ação contra a qual o leitor procura abrigo em interrogações sem resposta.

Raymond Aron

Cronologia

Vida e Obra de Maquiavel

- 1469, 3 de maio. Nasce em Florença Niccolò Machiavelli (Nicolau Maquiavel), filho de Bernardo, advogado, e de Bartolomea de Nelli, poetisa amadora. Terceiro de quatro filhos, Niccolò é educado em ambiente culto e relativamente abastado. Herdou do pai uma vocação para os estudos históricos e jurídicos, que viria a desempenhar um papel essencial em seus futuros interesses políticos.
1469. Morre Pietro de Medici, sendo sucedido por seu filho, Lorenzo, o Magnífico.
1476. Maquiavel inicia-se no estudo da matemática e do latim.
1477. Por suas qualidades precoces, Maquiavel é confiado à escola de Battista da Poppi, na igreja de San Benedetto.
1478. Por ocasião da Congiura de Pazzi, morre Giuliano de Medici, irmão de Lorenzo.
1481. Maquiavel passa para a escola de um conhecido latinista, Paolo de Ronciglione, com o qual estuda mais profundamente os autores latinos (não há informações de que tenha estudado o grego).

1490. O frade dominicano Gerolamo Savonarola, já ativo em Florença de 1482 a 1487, volta para a cidade e retoma suas pregações provocando amplas adesões populares.
1492. Morre Lorenzo de Medici, sendo sucedido por seu filho Piero (1471-1503). Com a morte de Inocêncio III, é eleito papa Alexandre VI Borgia.
- 1494, setembro-dezembro. Avançando suas pretensões sobre o reino de Nápoles, Carlos VIII, rei da França, chega à Itália e entra também em Florença. Piero de Medici é expulso da cidade sob a acusação de ter aceito, sem nenhuma hesitação, as onerosas exigências do soberano francês, e os habitantes de Florença proclamam a República. Gerolamo Savonarola aproveita-se da situação para tornar-se árbitro da vida florentina.
1495. É provável que seja deste ano, ou dos anos imediatamente posteriores, a transcrição que Maquiavel fez de próprio punho do *De rerum natura* de Lucrécio, encontrada há pouco tempo num código vaticano. O documento revela uma visão materialista do mundo, oposta ao espiritualismo de Savonarola, tão aceito na época.
1497. Maquiavel patrocina, em nome de “toda a família de Machiavegli, cives florentini”, uma causa de benefícios, relativa aos recebimentos fiscais e ao proveito de vários direitos na região de Pieve di Fagna. Para obter uma sustentação à causa, Maquiavel vai a Roma com uma recomendação de Pietro Dolfín, geral dos monges comaldolenses, para o cardeal Todeschini Piccolomini, futuro papa Pio III.

- 1498, 18 de fevereiro. Candidato à secretaria da segunda chancelaria, que tratava dos negócios internos e extraordinários, entre os quais os problemas da guerra, Maquiavel é derrotado pelo candidato do partido de Savonarola.
- 9 de março. Maquiavel escreve uma carta a Ricciardo Becchi, embaixador florentino em Roma, denunciando a hipocrisia e a demagogia de Savonarola.
- 23 de maio. Acusado de heresia e excomungado, Savonarola é processado, enforcado e queimado na Piazza della Signoria. Segue-se uma profunda depuração do governo republicano e Maquiavel aproveita a ocasião para voltar a propor sua candidatura à segunda chancelaria da República.
- 19 de junho. Maquiavel é eleito secretário da República, ou seja, chefe da segunda chancelaria. A este cargo acrescenta-se, em 14 de julho, o de secretário dos “Dieci di Balìa”, magistratura que tinha a atribuição de supervisionar as relações entre Florença e os outros Estados. Nessas funções, Maquiavel reunirá enorme quantidade de material histórico e político, que constituirá o esquema básico de todas as suas obras.
- 1499, março. Enfrenta sua primeira missão junto a Iacopo d’Appiano, senhor da cidade de Piombino, para supervisionar a contratação das tropas mercenárias. Julho. É enviado junto a Caterina Riario Sforza, condessa de Forlì, para induzi-la a participar da guerra contra Pisa. A expulsão da família Medici e o conturbado período que culminou com a morte de Savonarola haviam despertado as especifici-

dades municipais de muitas cidades sujeitas a Florença. Entre os encargos de Maquiavel estava o de levar a termo qualquer iniciativa que pudesse pôr fim às lutas municipalistas.

Setembro-dezembro. Em Pisa, onde acompanhava as operações das tropas florentinas, Maquiavel envia à chancelaria um curto relatório, *Discorso fatto al magistrato dei Dieci sopra le cose di Pisa* (Discurso feito ao magistrado dos Dez a respeito dos fatos de Pisa).

- 1500, julho. Junto com Francesco della Casa, Maquiavel é enviado à França para exprimir a Luís XII o ressentimento da República florentina depois do motim das tropas francesas que, a serviço de Florença, assediavam a cidade de Pisa. Maquiavel propõe aos franceses um sistema de alianças capaz de “reduzir os poderosos, agradar aos súditos, manter os amigos e proteger-se dos companheiros, ou seja, daqueles que querem ter igual autoridade”. Esses conceitos, contidos num relatório enviado a Florença, aparecem de forma quase idêntica no Capítulo III de *O príncipe*, no qual se examinam os erros da política italiana de Luís XII.
1501. Casa-se com Marietta di Luigi Corsini, que lhe dará seis filhos.
- 1502, fevereiro. Encontra-se em Pistóia, dilacerada por lutas entre facções. Surgem dois secos lembretes de chancelaria, *Ragguaglio delle cose fatte dalla repubblica fiorentina per quietare le parti di Pistoia e De rebus pistoriensibus* (Resumo das coisas feitas pela república florentina para pacificar as partes de Pistóia e Das coisas de Pistóia), que pro-

põem os temas mais importantes da ação política de Maquiavel: impedir o fracionamento municipalista do território florentino e dificultar qualquer movimento unificador das regiões centro-setentrionais da Itália. A oposição a um grande Estado italiano está em antítese com o que é afirmado mais tarde em *O príncipe*, mas sua ação a serviço de Florença visava exclusivamente a segurança da República.

Junho. Cesare Borgia, o duque Valentino, apodera-se do ducado de Urbino, atravessando o território da República florentina como se fosse dono de tudo; o bispo Soderini (irmão de Pier Soderini, gonfaloneiro de Florença) vai até Urbino a fim de averiguar as intenções de Borgia. Maquiavel o acompanha. O duque Valentino provoca nele uma impressão determinante para a imagem do futuro protagonista de *O príncipe*: líder audacioso e impiedoso, dotado de excepcionais qualidades políticas e militares, friamente determinado a criar para si um grande Estado. É uma impressão tão forte, que Maquiavel, em conflito entre a admiração e os deveres de sua missão, evita formular qualquer hipótese sobre a ação futura de Borgia. Pede a seu coadjutor na chancelaria, Biagio Buonaccorsi, uma cópia das *Vidas* de Plutarco para procurar ali um termo de comparação com a inquietante figura do duque. É o primeiro passo para o processo de mitificação do personagem que terá seu ponto culminante no Capítulo VII de *O príncipe*, no qual a figura de Valentino adquire um valor paradigmático.

Outubro. Os senhores da cidade da Romanha formam uma coalizão contra o duque Valentino (Dietta della Maggione), e Maquiavel é enviado para Senigallia a fim de acompanhar os movimentos de Borgia. As cartas enviadas aos Dez mostram a perspicácia com que Maquiavel procura penetrar os propósitos do duque e seu ceticismo em relação à intenção de paz atribuída a Borgia.

- 1503, janeiro. Cesare Borgia, depois de atrair em emboscada, na cidade de Senigallia, os ex-conspiradores da Maggione, mata-os sem nenhuma piedade. Maquiavel presencia o fato e ao voltar de sua missão elabora a impassível *Descrizione del modo tenuto dal Duca Valentino nello ammazzare Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, il signor Pagolo e il duca de Gravina Orsini* (Descrição do comportamento do duque Valentino ao matar Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, o senhor Pagolo e o duque de Gravina Orsini).

Junho. Encarregado por Pier Soderini de organizar as forças militares para colocar um fim à guerra contra Pisa e para dominar as insurreições de Arezzo e da Valdichiana, Maquiavel resume seu pensamento em dois relatórios: *Parole da dirle sopra la provisione del denaio* e *Del modo di trattare i popoli dela Valdichiana ribellati* (Palavras que quero dizer-lhe a respeito da provisão do dinheiro e Do modo de tratar os povos rebelados da Valdichiana). No primeiro relatório destaca-se o desenvolvimento de um conceito que se tornará fundamental em sua especulação política: a necessidade da “força” (as armas) e ao mesmo tempo da “prudên-

cia” (uma inteligente estratégia política) para levar a bom termo toda e qualquer ação de governo. No segundo, há uma importante menção à teoria da história como *magistra vitae*.

Agosto. Morre o papa Alexandre VI, o pai do duque Valentino, e, apenas dois meses mais tarde (18 de outubro), o seu sucessor, Pio III.

Outubro. Maquiavel é enviado a Roma para acompanhar o novo conclave. Desfaz-se o mito de Cesare Borgia, que, atormentado por uma grave doença, não consegue se opor à eleição de Giuliano della Rovere, ao qual, confiando em fingidas promessas, termina concedendo também o próprio apoio. Eleito papa e já com o nome de Júlio II, Giuliano retira de Borgia a sustentação da Igreja. No relatório enviado a Florença, Maquiavel julga com palavras duras o incerto comportamento de Cesare Borgia: mas a experiência borgiana se transforma numa etapa fundamental no desenvolvimento de suas concepções políticas.

- 1504, janeiro. Maquiavel é enviado à França para definir os termos da aliança com Luís XII.

Outono. Escreve o *Decennale primo*, uma crônica em versos dos acontecimentos italianos entre 1494 (chegada de Carlos VIII na Itália) e 1504 (queda de Cesare Borgia).

- 1505, maio-julho. Maquiavel completa duas missões exploratórias (à procura de novas alianças) em Mântua, junto aos Gonzaga, e em Siena, junto a Pandolfo Petrucci.

12 de setembro. Os florentinos são derrotados sob as fortificações da cidade de Pisa devido à defec-

ção dos soldados da infantaria mercenária. Pier Soderini decide então executar os projetos tão longamente acalentados por Maquiavel, criando uma milícia comunal constituída pelos habitantes de Florença.

1506, janeiro-março. Maquiavel dirige-se para a região de Mugello e do Casentino para recrutar novas milícias destinadas a substituir as companhias de *ventura*.

Agosto-outubro. Segue como observador a expedição de Júlio II contra Perúgia e Bolonha. Desta missão surgem os importantes *Ghiribizzi scripti in Perugia al Soderino* (Esboços escritos em Perúgia ao Soderino) em que se afirma a necessidade de se “ver nas coisas o fim e não os meios”: esta idéia – juntamente com o conceito informativo dos *Ghiribizzi*, ou seja, que não existe uma política intrinsecamente boa ou ruim, e sim útil ou danosa à segurança do Estado – remete ao mais maduro pensamento dos Capítulos XV-XVIII de *O príncipe*.

Dezembro. É criada em Florença a magistratura dos “Nove della milizia” para organizar o recrutamento dos cidadãos, e Maquiavel torna-se o seu secretário. Para esclarecer seu pensamento a respeito da estrutura e do funcionamento da nova milícia, escreve o *Discorso dell’ordinare lo stato di Firenze alle armi* (Discurso de organizar o Estado de Florença às armas), no qual propõe que o recrutamento se dê exclusivamente nos campos, para evitar que, armando-se os habitantes da cidade, se favoreça um golpe de Estado. Propõe, pela

mesma razão, que os oficiais sejam substituídos a cada ano.

1507, dezembro. Maquiavel é enviado, em sinal de apoio a Francesco Vettori, como observador na região de Tirol, junto a Maximiliano de Habsburgo que, reivindicando Trieste e Fiume, ocupadas pelos venezianos, tencionava vir para a Itália confiando no apoio do papa. Por sua vez, Júlio II estava empenhado em organizar a coalizão de Estados europeus contra Veneza (Liga de Cambrai), que se recusava a deixar alguns territórios do Estado pontifício. O dever do chanceler é negociar um tributo a ser oferecido ao imperador para que seja assegurada a integridade do domínio florentino.

1508, junho. De volta a Florença, escreve *Rapporto delle cose della Magna* (Relatório das coisas da Alemanha), condensado em 1509 no *Discorso sopra le cose dell’Alemania e sopra l’imperatore* (Discurso a respeito das coisas da Alemanha e do imperador) e remanejado em 1512 no *Ritratto delle cose della Magna* (Retrato das coisas da Alemanha).

10 de dezembro. É firmada a Liga de Cambrai. Florença, que figura entre os signatários, obtém forças suficientes para debelar a resistência de Pisa. Como organizador das forças militares, Maquiavel participa ativamente do empreendimento.

1509, 10 de março. Encontra em Piombino uma delegação de Pisa que se apresenta para tratar das condições da rendição.

14 de maio. Os venezianos são derrotados em Agnadello pelas tropas da Liga de Cambrai. Júlio II

retoma a posse das cidades da Romanha. Maquiavel percebe o perigo que o expansionismo do estado pontifício representa para Florença: no *Decennale secondo* (escrito em época indefinida entre 1509 e 1514) retrata a ação política e militar do papa como uma fúria funesta.

Novembro. Maximiliano de Habsburgo continua a guerra contra Veneza: Maquiavel, que se dirigiu a Verona para efetuar o pagamento combinado com o tesoureiro do imperador, envia a Florença um relatório no qual coloca em destaque o heroísmo dos camponeses vênnetos contra os alemães.

1510, fevereiro. Júlio II promove uma clamorosa inversão de alianças, entrando em acordo com os venezianos: disso resulta uma forte tensão entre o Estado pontifício e a França.

Junho. O governo florentino encarrega Maquiavel de servir de mediador entre o papa e o rei de França. De Blois, onde deve encontrar Luís XII, Maquiavel envia a Florença uma série de cartas que são um claro exemplo de sua fria lucidez de julgamento e da tendência a introduzir a consideração pontual dos fatos no âmbito de uma concepção política mais geral. Neste relatório, Maquiavel convida o governo florentino a assumir uma clara posição em favor do papa ou de Luís XII, para não se tornar vítima, em caso de guerra, do vencedor: seu conselho, todavia, não é ouvido e Soderini persiste numa política de equilíbrio entre França e papado.

Outubro. De volta a Florença, Maquiavel escreve o *Ritratto delle cose di Francia* (Retrato das coisas da França).

1511. Luís XII promove um concílio de cardeais filofranceses, a ser celebrado em Pisa, com a intenção de exigir a deposição do papa sob a acusação de simonia.

Final de agosto. Espalha-se a notícia de que Júlio II está gravemente doente e Pier Soderini resolve apoiar os cardeais filofranceses, confiando na sua vitória. Inesperadamente, Júlio II se recupera, e Maquiavel, mobilizado para desviar a ira do papa, exprime uma dura opinião a respeito de Soderini, acusando-o de ingênuo.

10 de setembro. Maquiavel é enviado a Milão e à França para tentar impedir ou adiar a convocação do concílio.

23 de setembro. Júlio II ameaça com a interdição a cidade de Florença.

5 de outubro. O papa (com Veneza, Império e Espanha) proclama a Liga Santa contra os franceses.

Novembro. Maquiavel é enviado a Pisa para induzir os cardeais cismáticos a transferirem o concílio para outra sede.

1512, 11 de abril. Batalha de Ravenna: os franceses vencem as tropas da Liga Santa, mas a chegada de reforços inimigos neutraliza os efeitos da vitória, obrigando-os a deixar a planície paduana (norte da Itália). Florença fica à mercê do papa.

29 de agosto. As milícias comunais, reunidas por Maquiavel, são derrotadas pelas tropas espanholas e pontifícias que conquistam e saqueiam Prato.

1º de setembro. A derrota militar provoca a demissão de Soderini, e Maquiavel procura desenvolver

um trabalho de pacificação urbana enviando um apelo ao partido dos Medici (*Ricordo ai Palleschi*) para que não se exceda em crueldade contra o gonfaloneiro derrotado.

16 de setembro. O governo republicano é desfeito e, com o apoio do papa, os Medici voltam para a cidade. Maquiavel não consegue escapar ao expurgo da organização estatal.

7 de novembro. Dispensado de todos os seus encargos, Maquiavel é condenado a pagar uma fiança de 1.000 florins de ouro; além disso, por doze meses se vê proibido de entrar no Palazzo Vecchio.

- 1513, fevereiro. Sob suspeita de participar de um complot contra os Medici, Maquiavel é preso e torturado. Reconhecido inocente e colocado em liberdade, retira-se para Sant'Andrea in Percussina, na *villa* conhecida como L'Albergaccio.

Morre Júlio II. Seu sucessor é o cardeal Giovanni Medici, sob o nome de Leão X. Ao deixar Florença, este deixa em seu lugar o sobrinho Lorenzo II (1492-1519), filho de Piero.

10 de dezembro. Numa carta ao embaixador florentino Francesco Vettori, Maquiavel anuncia: "Escrevi um livreto, *De principatibus* (O príncipe), onde me aprofundo o mais que posso nos argumentos do assunto acima, investigando o que é principado, de que espécie são, como se conquistam, como se mantêm, por que se perdem." A obra é dedicada a Lorenzo II de Medici.

- 1515, setembro. Maquiavel apresenta *O príncipe* a Lorenzo de Medici, que o acolhe com extrema frieza.

1516. Confirmada mais uma vez sua exclusão de qualquer posto político, Maquiavel dedica-se à atividade literária e frequenta as reuniões de um cenáculo de escritores e poetas nos jardins do palácio Rucellai (Orti Oricellari) em Florença. Começa *L'Asino*, um poemeto autobiográfico em terceira rima.

Outubro. Lorenzo II de Medici é empossado no ducado de Urbino.

1517. Maquiavel conclui a obra *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* (Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio), iniciada em 1513 e interrompida para a execução de *O príncipe*.

- 1518, janeiro-fevereiro. Escreve a *Commedia di Callimaco e di Lucrezia* (*A mandrágora*) e a novela *Bel-fagor arcidiavolo* (originariamente intitulada *Il demonio che prese moglie*). Interessa-se pelo problema de uma língua nacional e escreve o *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua* (Discurso ou diálogo a respeito da nossa língua).

- 1519, 4 de maio. Morre Lorenzo II de Medici, e Maquiavel volta à vida política. O cardeal Júlio de Medici, que o sucede no governo da cidade, solicita – a pedido do papa, que tinha grande influência sobre a vida florentina – a opinião de Maquiavel sobre a futura ordem de Florença. Maquiavel responde com um relatório, *Discursus florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices* (Discurso das coisas florentinas depois da morte do jovem Lorenzo Medici), no qual se reafirma o conceito da política como ciência autônoma, enquanto a vida do Estado é vista como luta "entre diferentes qualidades de homens que estão em to-

das as cidades, ou seja, proeminentes, medianos e últimos”.

Junho. Começa o tratado *Dell'arte della guerra* (Da arte da guerra) que terminará um ano mais tarde.

1520, julho. Maquiavel é enviado a Lucca, para tutelar os interesses de alguns mercadores florentinos envolvidos numa grave falência. Em Lucca, escreve a *Vita di Castruccio Castracani* e a seguir resume a missão por ele exercida em Lucca num curto *Sommario delle cose della città di Lucca* (Sumário das coisas da cidade de Lucca).

Novembro. O Studio florentino (a universidade) confia a Maquiavel a tarefa de escrever a história de Florença. A obra, *Istorie fiorentine* (Histórias florentinas), o mantém ocupado cinco anos, embora sua maior parte tenha sido escrita em 1523-1524. Ela abrange o período que vai até a morte de Lorenzo, il Magnifico (1492).

1521, maio. Maquiavel é enviado a Carpi para o Capítulo dos frades menores para acompanhar a eleição do geral e para solicitar a separação dos conventos florentinos da Ordem. Numa etapa da viagem, visita em Modena Francesco Guicciardini, governador da cidade. De Carpi envia a ele divertidos relatórios epistolares a respeito da “República dos Tamancos”.

Verão. Ao ver frustradas as suas tentativas de se inserir definitivamente na vida política, Maquiavel retira-se mais uma vez em suas propriedades de Sant'Andrea. Enquanto isso, sua reputação de literato e autor teatral aumenta: *A mandrágora* obtém em toda parte sucessos estrepitosos.

1º de dezembro. Morre Adriano VI, sendo sucedido por Leão X.

1523. Com a morte de Adriano VI, Giulio de Medici é eleito papa, assumindo o nome de Clemente VII.

1524. O cardeal Ippolito de Medici, filho natural de Giuliano de Nemours, é senhor de Florença.

1525, janeiro-fevereiro. Maquiavel escreve uma segunda comédia, *Clizia*.

24 de fevereiro. Francisco I, rei da França, é derrotado em Pavia pelas tropas imperiais de Carlos V.

Fim de maio. Encontra-se em Roma, para oferecer a Clemente VII as *Istorie fiorentine*. Expõe ao papa um novo projeto de tropas nacionais, mostrando a necessidade de contrapor uma forte milícia italiana aos exércitos estrangeiros acampados na planície padana (norte da Itália). Três meses antes, em 24 de fevereiro, Francisco I, rei de França, havia sido derrotado em Pavia pelas tropas imperiais de Carlos V.

Agosto. De volta a Florença, Maquiavel obtém a reabilitação completa de seus cargos políticos. É enviado em missão a Veneza.

1526. Liga de Cognac, contra Carlos V, que congrega papa, França, Veneza e Milão. Em abril-maio, o papa, enviando o conde Pietro de Navarra a inspecionar as fortificações florentinas, coloca a seu lado Maquiavel. Após um primeiro relatório sobre a situação das fortificações, Maquiavel viaja para Roma, onde recebe o encargo de adotar todas as medidas necessárias para a segurança da cidade. Junho. Maquiavel colabora em Florença para a constituição de um conselho de defesa, os “Cinco

procuradores das fortificações”, dos quais ele mesmo passa a fazer parte.

Verão. Nas proximidades de Milão, Maquiavel acompanha as operações de guerra contra as tropas imperiais. Por ordem de Guicciardini, tenente-geral do exército pontifício, viaja para Urbino para solicitar dos chefes da Liga antiimperial uma conduta bélica mais decidida e firme contra Carlos V.

- 1527, maio. Os Lanzichenecchi, a serviço de Carlos V, conquistam Roma e a submetem ao saque. O papa vê-se obrigado a uma trégua que reforça, em Florença, os opositores dos Medici, tradicionais aliados do pontífice. No dia 18, uma sublevação popular destrona o governo dos Medici e restabelece a constituição republicana. Maquiavel, na ocasião em Civitavecchia, onde estava inspecionando a frota de Andrea Doria, volta rapidamente para Florença, mas depara-se com uma hostilidade geral: não apenas sua colaboração com a família Medici, mas também as interpretações facciosas de *O príncipe* – então já amplamente conhecido – o tornam alvo de profundas antipatias. “Os ricos”, testemunha Giovan Battista Busini nas *Lettere a Benedetto Varchi*, “achavam que aquele seu *Príncipe* fosse um documento que ensinava ao Duque como tirar deles todas as riquezas, e os pobres julgavam *O príncipe* um documento destinado a ensinar aos ricos como tirar a liberdade dos pobres; os chorões (os seguidores de Savonarola) tinham Maquiavel como herético; os bons o consideravam um desonesto; os tristes o achavam mais triste ou mais valente do que eles; assim, todos o odiavam”.

21 de junho. Despojado de todos os seus cargos da nova República, morre pobre em Florença, chorado apenas por poucos amigos do cenáculo dos Orti Oricellari. No dia seguinte, é enterrado em Santa Croce.

Nota desta Edição

A presente edição baseia-se no texto e no aparelho crítico estabelecidos por Bruna Cordati para a Ed. Loescher, Torino.

As notas foram selecionadas e traduzidas por Maria Júlia Goldwasser e Roberto Leal Ferreira.

O Editor

O PRÍNCIPE

***De Quantos Tipos São os Principados e
de que Modo se Adquirem¹***

Todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são ou repúblicas ou principados². Os principados ou são hereditários – nos quais o sangue de seu senhor vem governando há longo tempo – ou são novos. Os novos ou são inteiramente novos, como Milão sob Francesco Sforza³, ou são como membros anexos ao estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o caso do reino de Nápoles em relação ao rei da Espanha⁴. Os domínios⁵ assim formados estão habituados ou a viver sob um príncipe ou a ser livres. E se adquirem ou com armas de outrem, ou com as próprias, graças à fortuna ou à *virtù*⁶.

Dos Principados Hereditários

Não tratarei aqui das repúblicas porque, em outra ocasião, discorri longamente sobre o assunto¹. Ocupar-me-ei somente dos principados e, retomando o raciocínio anterior, discutirei de que forma podem ser governados e mantidos.

Digo assim que, nos estados hereditários e acostumados à dinastia de seus príncipes, são bem menores as dificuldades para se governar do que nos novos, pois basta não descuidar da ordem instituída pelos seus antepassados e, depois, saber contemporizar os acidentes, para que um príncipe de capacidade mediana mantenha-se em sua posição, desde que não seja privado dela por alguma força excessiva e extraordinária. E, ainda que o seja, a reconquistará ao menor revés do usurpador.

Há na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara², que só resistiu aos ataques dos venezianos em 1484 e aos do papa Júlio em 1510 por ser antigo o seu poder naquele domínio. Ora, o príncipe natural³ tem menos motivos e menos necessidade de ofender; daí resulta que seja mais amado; e, se vícios excepcionais não o tornarem odioso, é compreensível que seja naturalmente benquisto

pelos seus. Com a antiguidade e a continuidade do poder, apagam-se as lembranças e as razões das alterações; pois sempre uma mudança deixa preparadas as fundações da outra.

CAPÍTULO III

Dos Principados Mistos

Mas é no principado novo que estão as dificuldades. Em primeiro lugar, se não é completamente novo, mas membro anexo a outro¹ (podendo-se chamar o conjunto de principado misto), as alterações nascem principalmente de uma dificuldade natural a todos os principados novos, que consiste no fato de os homens gostarem de mudar de senhor, acreditando com isso melhorar. Esta crença os faz tomar armas contra o senhor atual. Só mais tarde percebem o engano, pela própria experiência de ter piorado. Isto decorre de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual sempre impõe ofender aqueles a quem se passa a governar, tanto com homens em armas quanto com outras infinitas injúrias que cada nova conquista acarreta. Assim, tens como inimigos todos os que ofendeste ao ocupar aquele principado, além de não poderes continuar amigo dos que te apoiaram, devido à impossibilidade tanto de atendê-los conforme esperavam como de usar contra eles um remédio forte, uma vez que lhes debes obrigações. Pois, por mais que alguém disponha de exércitos fortes, sempre precisará do apoio dos habitantes para penetrar numa província². Foi por essa razão que o rei de França, Luís XII, rapidamen-

te ocupou Milão e rapidamente a perdeu³, bastando, da primeira vez, as próprias forças de Lodovico para retomá-la, pois o mesmo povo que lhe havia aberto as portas, ao perceber que se equivocara em sua opinião sobre ele e sobre os futuros benefícios esperados, não pôde suportar os aborrecimentos provocados pelo novo príncipe.

É bem verdade que, adquiridos pela segunda vez, os países rebelados se perdem com mais dificuldade, pois, diante de uma rebelião, o senhor agirá com menos timidez para determinar a punição dos traidores, identificar os suspeitos e reforçar seus pontos mais fracos. Desse modo, se da primeira vez bastara um duque Lodovico fazer barulho nas fronteiras para que a França perdesse Milão, da segunda vez foi preciso que todo o mundo se unisse contra ela⁴, e que seus exércitos fossem aniquilados ou expulsos da Itália, o que decorre das razões acima mencionadas. Todavia, a primeira e a segunda vez Milão lhe foi tirada.

As razões universais da primeira perda já foram apontadas; resta agora discutir as da segunda e verificar de que remédios ele dispunha e de quais pode dispor alguém na mesma posição da França, para poder conservar suas conquistas melhor do que ela o fez. Afirmando, portanto, que os estados que, depois de conquistados, são anexados a um antigo estado de quem o conquistou ou são da mesma província e língua deste⁵ ou não o são. Se forem, será fácil conservá-los, principalmente se não estiverem habituados a viver livres. Para possuí-los com segurança, basta extinguir a dinastia do príncipe que os dominava, porque, quanto às demais coisas, mantendo-se suas antigas condições e não havendo disparidade de

costumes, podem os homens viver tranqüilamente, como fizeram de fato a Borgonha⁶, a Bretanha⁷, a Gasconha⁸ e a Normandia⁹, que há tanto tempo pertencem à França e, tendo costumes semelhantes, conquanto haja alguma diferença de língua, podem facilmente se ajustar. Quem deseja conservar suas conquistas deve ter em mente duas precauções: uma é extinguir o sangue do antigo príncipe; outra é não alterar suas leis e impostos. Desse modo, em tempo muito breve elas se integrarão ao principado antigo, formando um único corpo.

Mas é na conquista de domínios em regiões totalmente diferentes quanto à língua, costumes e instituições que se encontram as dificuldades, sendo necessário ser muito afortunado e ter muita habilidade para conservá-los. Um dos maiores e eficazes recursos para este fim é que o conquistador vá residir no lugar. Isto torna a posseção mais segura e durável; assim fez o grão-turco na Grécia¹⁰, que, mesmo observando todas as outras medidas para assegurar aquele domínio, não o teria mantido se não se tivesse transferido para lá. Estando presente, vê nascerem as desordens, e logo pode contorná-las, enquanto, estando ausente, delas só tem notícias quando já estão grandes e irremediáveis. Além disso, a província não será espoliada pelos funcionários, podendo os súditos recorrer de perto ao príncipe, tendo por isso mais razões, se forem bons, para amá-lo ou, do contrário, para temê-lo. Também os estrangeiros que pretenderem invadir aquele estado serão mais prudentes, porque, ali habitando, só com imensa dificuldade o príncipe poderá perdê-lo.

O segundo melhor meio é fundar colônias em um ou dois lugares que atuem como entraves àquele estado,

porque é necessário ou fazer isto ou manter bastante gente em armas e infantaria. Nas colônias, não se gasta muito; com pouca ou nenhuma despesa elas são enviadas ou mantidas, prejudicando somente à minoria cujos campos e casas são confiscados para serem dados aos novos habitantes. Como os prejudicados ficam dispersos e pobres, não podem incomodar, e todos os demais, não ofendidos, devem com isso inquietar-se, além de temer que lhes aconteça o mesmo que se deu com os que foram espoliados. Concluo, enfim, que essas colônias nada custam, são mais fiéis e menos ofensivas; e os espoliados não podem fazer nada, visto que estão pobres e dispersos, como foi dito. Daí se há de observar que os homens devem ou ser mimados ou aniquilados, porque, se é verdade que podem vingar-se das ofensas leves, das grandes não o podem; por isso, a ofensa que se fizer a um homem deverá ser de tal ordem que não se tema a vingança. Mantendo-se tropas em vez de colônias, despende-se muito mais, gastando-se com elas todas as receitas do estado, e a conquista se transforma em prejuízo. Além do mais, isso descontenta muito mais os habitantes porque a transferência do exército com os alojamentos causa danos a todo o estado. Todos se ressentem desse incômodo, tornado-se cada qual um inimigo; e são inimigos que podem incomodar, pois, embora derrotados, permanecem em sua casa. De todas as maneiras, portanto, essa milícia é tão inútil quanto são proveitosas as colônias.

Quem domina uma província diferente, como dissemos, por língua, costumes e leis, deve ainda fazer-se chefe e defensor dos vizinhos mais fracos, empenhar-se em enfraquecer os poderosos de sua província e cuidar

para que em hipótese alguma entre ali um forasteiro tão poderoso quanto ele. Pois sempre acontecerá de alguém ser chamado por aqueles que se sentem descontentes, quer devido à exagerada ambição, quer por medo, como se viu os etólios chamarem à Grécia os romanos¹¹, que, aliás, em todos os lugares onde entraram foram chamados pelos naturais da província. A ordem das coisas é tal que, tão logo um forasteiro poderoso entre em uma província, todos os que nela são menos poderosos aderem-se a ele, movidos pela inveja que sentem dos que são mais poderosos do que eles. Quanto a esses menos poderosos, não terá o príncipe dificuldade alguma em atraí-los, pois logo todos juntos se unirão ao estado conquistador. É preciso somente atentar para que não alcancem excessiva força e autoridade; assim, com suas próprias armas e o apoio deles, facilmente poderá o príncipe rebaixar os mais fortes, ficando como árbitro de todas as coisas naquela província. Quem não governa bem quanto a esse aspecto rapidamente perderá aquilo que tiver conquistado e, enquanto o mantiver, enfrentará infinitas dificuldades e inconvenientes.

Nas províncias conquistadas, os romanos observaram perfeitamente esses aspectos: formaram colônias, apoiaram os menos poderosos sem aumentar seu poder, rebaixaram os poderosos e não deixaram que estrangeiros fortes alcançassem reputação. Quero citar apenas um exemplo¹², o da província da Grécia: os romanos apoiaram os aqueus e os etólios, abateram o reino dos macedônios, rechaçaram Antioco; jamais os méritos dos aqueus ou dos etólios fizeram com que lhes permitissem obter qualquer estado, nem tampouco os argumentos de Filipe os induziram a serem seus amigos sem o enfraquecer, e

nem mesmo todo o poder de Antioco pôde fazer com que lhe consentissem que tivesse naquela província estado algum. Pois os romanos fizeram nestes casos aquilo que todos os príncipes sábios devem fazer: precaver-se não somente contra as discórdias atuais, como também contra as futuras, e evitá-las com toda a perícia porque, prevendo-as com ampla antecedência, podem facilmente remediá-las, mas esperando que se avizinhem não haverá tempo para tratá-las, pois a doença já se terá tornado incurável. Acontece, neste caso, o mesmo que dizem os médicos dos tísicos: no princípio o mal é fácil de curar e difícil de diagnosticar, mas, com o passar do tempo, não tendo sido nem reconhecido nem medicado, torna-se mais fácil de diagnosticar e mais difícil de curar. O mesmo acontece nas coisas de estado, já que, quando se conhecem com antecedência (o que só ocorre quando se é prudente) os males que surgem, eles se curam facilmente; mas, quando por não terem sido identificados deixa-se que cresçam a ponto de todos passarem a conhecê-los, não há mais remédio.

Por isso, os romanos, prevendo com longa antecedência as perturbações, contornaram-nas sempre e nunca as deixaram se desenvolver para evitar uma guerra, pois sabiam que as guerras não se evitam e, quando adiadas, trazem vantagem ao inimigo. Quiseram, assim, guerrear contra Felipe e contra Antioco na Grécia, a fim de não ter que fazê-lo na Itália. Podiam, naquele momento, ter evitado tanto uma guerra como a outra, mas não o quiseram. Não lhes agradou jamais aquilo que está na boca de todos os sábios dos nossos tempos – gozar os benefícios do tempo¹³ –, mas sim os benefícios de sua *virtù* e prudência, porque o tempo leva adiante todas as

coisas e pode trazer consigo tanto o bem como o mal, e tanto o mal como o bem.

Mas voltemos à França e examinemos se ela fez alguma das coisas indicadas. Falarei, não de Carlos, mas de Luís, por ser aquele cujos procedimentos podem ser melhor examinados, visto ter tido um domínio mais longo na Itália¹⁴. Veremos que ele fez o contrário do que se deve fazer para manter o domínio sobre uma província de língua e costumes diferentes.

O rei Luís foi chamado à Itália pela ambição dos venezianos, que queriam ganhar a metade do estado da Lombardia com a sua vinda. Não pretendo criticar esta decisão tomada pelo rei porque, desejando começar a pôr um pé na Itália e não tendo amigos nessa província, já que lhe estavam fechadas todas as portas, devido à conduta do rei Carlos¹⁵, foi compelido a fazer as amizades que podia; e teria sido bem-sucedido se, nas demais manobras, não tivesse feito erro algum. Conquistada a Lombardia, logo recuperou a reputação que Carlos lhe havia tolhido: Gênova caiu¹⁶, os florentinos se tornaram seus amigos¹⁷, o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, Bentivogli¹⁸, a senhora de Furlì¹⁹, o senhor de Faenza²⁰, de Pesaro²¹, de Rimino²², de Camerino²³, de Piombino, os luqueses, pisões e sieneses, todos foram ao seu encontro procurar sua amizade. Puderam então os venezianos avaliar a temeridade do partido que haviam tomado, pois, para conseguir duas terras na Lombardia, tornaram o rei de França senhor de um terço da Itália²⁴.

Vejamos agora como poderia o rei, com menos dificuldade, ter garantido a sua reputação na Itália se tivesse observado as regras acima e assegurado e protegido todos os seus amigos que, por serem em grande parte

fracos e temerosos, uns da Igreja e outros dos venezianos, precisavam sempre estar ao seu lado; por meio deles poderia se resguardar dos que permaneciam fortes. Mal chegado a Milão, porém, o rei fez o contrário, ajudando o papa Alexandre²⁵ a ocupar a Romanha. Não se deu conta sequer de que, com essa decisão, enfraquecia a si próprio, eliminando os amigos e aqueles que se haviam lançado aos seus braços, e fortalecia a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que tanta autoridade lhe dá, um tão grande poder temporal. Cometido o primeiro erro, foi compelido a fazer outros, tanto que, para pôr fim à ambição de Alexandre e para que este não se tornasse senhor de Toscana²⁶, o rei foi obrigado a vir à Itália. Não lhe bastou ter fortalecido a Igreja e ter perdido seus próprios amigos; por querer o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei de Espanha²⁷, e, de árbitro da Itália que era, arrumou um parceiro, para que os ambiciosos daquela província, descontentes com ele, tivessem a quem recorrer; e, em vez de deixar um rei que lhe fosse caudatário²⁸, tirou-o dali, para pôr em seu lugar um outro capaz de expulsá-lo.

É, de fato, muito natural e comum o desejo de conquistar. Quando, podendo, os homens o realizam, merecem ser louvados e não criticados; mas, quando não podem e querem realizá-lo de qualquer modo, neste caso estão errados e devem ser recriminados. Se a França, portanto, tinha condições de invadir Nápoles com as suas forças, devia fazê-lo; se não tinha, não devia tê-la dividido. Se era desculpável a divisão que fez da Lombardia com os venezianos, pois foi por meio dela que pôs um pé na Itália, a de Nápoles entretanto merece censura, pois não tem a justificativa da necessidade.

Luís cometeu, portanto, estes cinco erros: aniquilou os menos poderosos; introduziu ali um estrangeiro poderosíssimo; não veio habitar no lugar; não instalou colônias. Contudo, enquanto viveu, poderia não se ter prejudicado com esses erros se não tivesse cometido um sexto: o de apoderar-se de territórios venezianos²⁹. Se ele não tivesse fortalecido a Igreja, nem posto a Espanha na Itália, seria bem razoável e necessário enfraquecer os venezianos; mas, tendo tomado antes estas decisões, não deveria mais consentir na ruína dos venezianos, porque, enquanto estes continuassem poderosos, teriam sempre mantido os demais afastados da Lombardia, e não consentiriam que a atacassem caso se tornassem senhores dela; os outros também não iriam tirá-la da França para entregá-la a Veneza, nem teriam disposição para lutar contra ambas. Se alguém disser que o rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e o reino de Nápoles à Espanha para evitar uma guerra, responderei com as razões ditas acima: não se deve jamais deixar uma desordem prosperar para evitar uma guerra, porque uma guerra não se evita, somente se posterga com desvantagem para si mesmo. E se outros alegarem a promessa que o rei devia ao papa – de realizar aquela empresa em troca da dissolução de seu casamento³⁰ e da nomeação do cardeal de Ruão³¹ – responderei que adiante falarei sobre as promessas dos príncipes e de como devem ser observadas.

Portanto, o rei Luís perdeu a Lombardia por não ter cumprido nenhum dos termos observados por outros que tomaram províncias e as conservaram. Não é milagre isto, mas coisa normal e razoável. Sobre esse assunto, conversei longamente com o cardeal de Ruão, em Nantes³², quando o Valentino (como era chamado popu-

larmente Cesare Borgia, filho do papa Alexandre) ocupava a Romanha. Dizendo-me o cardeal que os italianos não entendiam de guerra, respondi-lhe que os franceses não entendiam de estado porque, se entendessem, não teriam permitido que a Igreja alcançasse tanta grandeza. Por experiência, viu-se que o fortalecimento da Igreja e da Espanha na Itália foi causado pela França, e que a ruína da França foi causado por elas. De onde se extrai uma regra, que nunca ou raramente falha: arruína-se quem é instrumento para que outro se torne poderoso, porque esse poder é dado ou pela astúcia ou pela força e ambas são suspeitas a quem se torna poderoso.

***Por que Razão o Reino de Dario,
Ocupado por Alexandre, não se
Rebelou contra os Sucessores deste
após a sua Morte***

Consideradas as dificuldades que existem para a conservação de um estado recém-conquistado, poderia parecer surpreendente que Alexandre Magno se tivesse tornado senhor da Ásia em poucos anos¹, morresse mal acabara de ocupá-la e, embora fosse razoável que todo aquele estado se rebelasse, que os seus sucessores o tenham conservado, sem mais dificuldades do que as surgidas entre eles mesmos², de sua própria ambição. A isto respondo que os principados dos quais se tem memória são governados de dois modos diversos: ou por um príncipe de quem são servidores³ todos os outros, que, na qualidade de ministros por sua graça ou concessão, o ajudam a governar aquele reino, ou por um príncipe e barões que detêm a sua posição não pela graça do senhor, mas pela antigüidade do sangue. Esses barões possuem estados e súditos próprios que os reconhecem como senhores e nutrem por eles natural afeição. Nos estados governados por príncipe e seus servidores, o príncipe tem maior autoridade, porque em toda a província não há ninguém que se reconheça como superior a ele e, caso obedeçam a qualquer outro, fazem-no apenas pela sua condição de ministro ou funcionário, não lhe dedicando particular afeição.

Exemplos destas duas modalidades de governo são, em nossos tempos, o grão-turco e o rei de França. A monarquia turca inteira é governada por um só senhor, sendo os demais seus vassalos; e esse senhor, dividindo o seu reino em *sandjaques*⁴, para lá envia administradores diversos, que substitui ou demite como bem lhe apraz. O rei de França, ao contrário, está cercado de uma quantidade de antigas famílias de senhores, reconhecidas e amadas por seus súditos em seus próprios estados, e detentoras de privilégios que o rei não lhes pode arrebatá-los sem perigo. Assim, quem considerar esses dois estados encontrará dificuldade em conquistar o estado do grão-turco, porém, vencendo-o, terá grande facilidade em conservá-lo. Ao contrário, sob todos os aspectos encontrará também maior facilidade em ocupar a França, porém grande dificuldade em mantê-la.

As razões das dificuldades para se ocupar o reino do grão-turco resultam de não se poder ser chamado pelos príncipes daquele reino, nem esperar que, das rebeliões dos que estão próximos a ele, surjam facilidades para esse intento. Isto decorre dos motivos referidos acima, pois, sendo todos servidores e dependentes, dificilmente podem ser corrompidos e, ainda que o fossem, pouco se poderia esperar de útil da parte deles, pois, pelas razões citadas, não atrairiam o povo. Assim, quem atacar o grão-turco deverá ter em mente que encontrará todos unidos, convindo-lhe contar mais com suas próprias forças do que com as desordens deles. Mas, uma vez vencido e derrotado numa batalha campal, a ponto de não poder reorganizar os seus exércitos, nada mais se deve temer, salvo o sangue do príncipe. Extinto este, não restará ninguém a temer, pois os demais não terão crédito

junto ao povo. E, assim como o vencedor antes da vitória não podia contar com nada da parte dos súditos, nada também terá a temer deles depois da vitória.

O contrário acontece nos reinos que se governam como o de França. Com facilidade podes entrar neles, conquistando a aliança de algum barão do reino, pois sempre se encontram descontentes e pessoas com desejo de inovar, que, pelas razões citadas, poderão abrir-te caminho para dentro do estado e facilitar a tua vitória. Porém, para conservá-lo enfrentarás infinitas dificuldades, tanto em relação aos que te ajudaram na empresa como diante dos que oprimiste. Não bastará extinguir o sangue do príncipe, porque restarão outros senhores para se fazerem chefes de novas mudanças e, não podendo nem contentá-los nem eliminá-los, perderás o estado na primeira ocasião.

Ora, se considerarmos de que natureza era o governo de Dario⁵, veremos que era semelhante ao reino do grão-turco e, por isso, foi necessário a Alexandre primeiro derrotá-lo completamente em batalha campal. Depois daquela vitória, porém, morto Dario, Alexandre consolidou-se naquele estado pelas razões expostas. Se os seus sucessores tivessem permanecido unidos, poderiam ter desfrutado tranqüilamente o domínio, pois não nasceram naquele reino outros tumultos senão os que eles próprios suscitaram. Nos estados organizados como a França, porém, é impossível manter a conquista com tanta facilidade. Assim se explicam as freqüentes rebeliões da Espanha, França e Grécia contra os romanos com os inúmeros principados que existem naqueles estados: os romanos viveram inseguros de suas possessões enquanto perdurou a lembrança deles e só depois que

eles foram esquecidos, graças à potência e continuidade do império, é que se tornaram proprietários seguros. E depois conseguiram ainda, combatendo entre si, tomar cada qual uma parte daquelas províncias, segundo a autoridade que tivessem alcançado dentro delas; pois, desaparecido o sangue de seus antigos senhores, as províncias só reconheciam a autoridade dos romanos.

Consideradas, portanto, todas essas coisas, não é de surpreender a facilidade com que Alexandre conquistou a Ásia, nem as dificuldades que tiveram outros para manter suas conquistas, como Pirro e muitos mais, o que não nasce da muita ou pouca *virtù* do vencedor, mas da diversidade do sujeito⁶.

CAPÍTULO V

De que Modo se Devem Governar as Cidades ou Principados que, antes de Serem Ocupados, Viviam sob suas Próprias Leis

Quando os estados conquistados, como dissemos, estão habituados a viver sob suas próprias leis e em liberdade¹, existem três maneiras de conservá-los: a primeira é destruí-los², a outra é ir pessoalmente residir neles, e a terceira é deixá-los viver sob suas próprias leis, impondo-lhes um tributo e criando dentro deles um governo de poucos, que se conserve teu amigo. Um governo criado por um determinado príncipe saberá que é impossível dispensar sua amizade e poder, e tudo fará para mantê-lo. Mais facilmente se conserva uma cidade habituada a viver livre mobilizando seus próprios cidadãos do que por qualquer outro meio, se quiseses conservá-la.

Temos o exemplo dos espartanos e dos romanos. Os espartanos tomaram Atenas e Tebas³, criando ali um governo de poucos; todavia, perderam-nas. Os romanos, para manter Cápuia, Cartago e Numância⁴, destruíram-nas, mas não as perderam. Pretenderam conservar a Grécia⁵ como haviam feito os espartanos, deixando-a livre e com suas leis, e não tiveram sucesso; assim, foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província a fim de conservá-la. Na verdade, não existe modo seguro de

possuí-las exceto a ruína⁶. Quem se torna senhor de uma cidade habituada a viver livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem⁷, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer. Não importa o que se fizer ou as precauções que se tomarem, se não se dispersarem os habitantes, eles não esquecerão aquele nome e aquela ordem; ao menor incidente os recordarão, como aconteceu em Pisa⁸ após cem anos de submissão aos florentinos. Mas, quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob o governo de um príncipe e seu sangue desaparece, estando de um lado acostumados a obedecer e, de outro, não tendo mais esse antigo príncipe, não chegam a um acordo para eleger outro e não sabem viver em liberdade: por isso são mais lentos em tomar armas e com mais facilidade poderá um príncipe conquistá-las e conservá-las em seu poder. Mas nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Ali, a recordação da antiga liberdade não as deixa, não as pode deixar em paz e, por isso, o meio seguro para possuí-las é ou destruí-las ou ir habitá-las.

CAPÍTULO VI

Dos Principados Novos que se Conquistam com Armas Próprias e com Virtù

Que ninguém se espante se, ao falar dos principados inteiramente novos quanto ao príncipe e ao governo, eu recorrer a exemplos muito grandes.

Os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações sobre essas imitações, embora não possam repetir tudo na vida dos imitados nem igualar sua *virtù*. Um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. Mesmo não alcançando sua *virtù*, deve pelo menos mostrar algum indício dela e fazer como os arqueiros prudentes que, julgando muito distantes os alvos que pretendem alcançar e conhecendo bem o grau de exatidão de seu arco, orientam a mira para bem mais alto que o lugar destinado, não para atingir tal altura com flecha, mas para poder, por meio de mira tão elevada, chegar ao objetivo.

Digo, portanto, que nos principados completamente novos, onde há um novo príncipe, existe maior ou menor dificuldade para mantê-lo conforme seja maior ou menor a *virtù* de quem o conquistou. E, como a passagem de simples cidadão a príncipe supõe *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra dessas duas coisas ameni-

za, em parte, muitas das dificuldades. Contudo, aquele que depende menos da fortuna consegue melhores resultados. Também cria facilidades o fato de o príncipe ser obrigado a ir pessoalmente habitar um novo estado por não dispor de outro. Quanto aos que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os melhores foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu etc.¹. E, ainda que não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor de coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus. Consideremos porém Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos admiráveis e, se observarmos suas ações e modos peculiares de proceder, não nos parecerão discrepantes dos de Moisés, que teve tão grande preceptor. Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da fortuna mais do que a ocasião², que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. E sem ocasião a *virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria seguido em vão.

Era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo. Era preciso que Rômulo não se contentasse com Alba e tivesse sido abandonado ao nascer, para que se tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria. Era preciso que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas e estes debilitados e afeminados pela longa paz. Não poderia Teseu demonstrar sua *virtù* se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. Essas ocasiões, portanto, tornaram aqueles homens afortunados; enquanto sua excelente *virtù* fez

com que reconhecessem a ocasião. Com isso, trouxeram honra e felicidade a suas pátrias.

Aqueles que, por caminhos valorosos como estes, se tornam príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas o conservam com facilidade. As dificuldades que têm para conquistá-lo nascem em parte da nova ordem e dos novos métodos que são obrigados a introduzir para fundar o seu estado e a sua segurança. Devemos convir que não há coisa mais difícil de se fazer, mais duvidosa de se alcançar, ou mais perigosa de se manejar do que ser o introdutor de uma nova ordem, porque quem o é tem por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem, e como tímidos defensores todos aqueles a quem as novas instituições beneficiariam. Essa timidez nasce em parte do medo aos adversários, que têm a lei a seu lado, em parte da incredulidade dos homens, que só crêem na verdade das coisas novas depois de comprovadas por uma firme experiência. Daí resulta que, à primeira ocasião, os inimigos atacam de modo feroz, enquanto os outros se defendem timidamente, de modo que se corre perigo a seu lado. É necessário, portanto, para bem compreender este assunto, examinar se estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros, isto é, se para realizar a sua obra precisam pedir³ ou podem forçar. No primeiro caso, acabam sempre mal e não conseguem nada; mas, quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar, é raro que fracassem. Segue-se daí que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam, porque, além do que já ficou dito, a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção. Por isso, convém estar

organizado de modo que, quando não acreditarem mais, seja possível fazê-los crer à força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados. Em nossos tempos, foi o que aconteceu ao frei Girolamo Savonarola⁴, que se arruinou com sua ordem nova a partir do momento em que a multidão começou a não acreditar nela, pois ele não dispunha de meios nem para manter firmes os que haviam acreditado, nem para fazer crer os descrentes. Homens assim enfrentam grandes dificuldades, defrontando-se em seu caminho com perigos que precisam ser superados com a *virtù*. Depois de vencerem esses perigos e passarem a ser venerados, tendo aniquilado os que tinham inveja de suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e felizes.

A tão elevados exemplos, quero acrescentar outro menor, mas que mantém certa relação com eles e que servirá como modelo a todos os outros semelhantes: é o de Hierão de Siracusa⁵ que, de simples cidadão, transformou-se em príncipe de Siracusa. Também ele nada recebeu da fortuna senão a ocasião. Quando estavam os siracusanos subjugados, escolheram-no para capitão e a partir daí mereceu tornar-se seu príncipe. Foi de tamanha *virtù*, mesmo enquanto cidadão particular, que sobre ele se dizia que *quod nihil illi derat ad regnandum praeter regnum*⁶. Hierão extinguiu a milícia antiga e organizou uma nova, deixou as amizades antigas e contraiu novas, e assim que teve seus próprios amigos e soldados pôde construir, sobre esta base, todo um edifício. Assim, teve muito trabalho para conquistá-lo mas pouco para conservá-lo.

CAPÍTULO VII

Dos Principados Novos que se Conquistam com as Armas e a Fortuna de Outrem

Aqueles que, somente pela fortuna, de cidadãos particulares se tornam príncipes fazem-no com pouco esforço, mas com muito esforço se mantêm. E não encontram dificuldade no caminho porque passam voando por ele: mas todas as dificuldades surgem quando chegam ao destino. Isto se verifica quando um estado é concedido a alguém ou por dinheiro ou pelas graças de quem o concede; isto aconteceu a muitos na Grécia, em cidades da Jônia e do Helesponto, que foram feitos príncipes por Dario¹ a fim de manterem sua segurança e glória; assim como àqueles imperadores que de simples cidadãos chegaram ao poder mediante a corrupção dos soldados. Eles se apóiam exclusivamente na vontade e na fortuna de quem lhes concedeu o poder, que são coisas muito volúveis e instáveis, e não sabem nem podem manter o principado. Não sabem porque, a menos que sejam homens de grande engenho e *virtù*, não é razoável que saibam comandar tendo sempre vivido como particulares; e não podem porque não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis. Além disso, os estados que nascem subitamente – como todas as outras coisas da natureza² que nascem e crescem depressa – não podem formar suas

raízes e ramificações, de modo que sucumbem na primeira tempestade. A menos que – como já disse – aqueles que repentinamente se tornaram príncipes sejam de tanta *virtù* que saibam rapidamente se preparar para conservar aquilo que a fortuna lhes colocou nos braços e estabeleçam depois os fundamentos que outros estabeleceram antes de se tornarem príncipes.

Quero, a cada um desses modos citados de tornar-se príncipe, por *virtù* ou por fortuna, aduzir dois exemplos ainda em nossa memória³, que são Francesco Sforza e Cesare Borgia. Francesco, pelos devidos meios e uma grande *virtù*, passou de cidadão privado a duque de Milão, e o que havia conquistado com enorme empenho com pouco esforço manteve. Por outro lado, Cesare Borgia, vulgarmente chamado duque Valentino⁴, conquistou o estado com a fortuna do pai e com ela o perdeu, apesar de ter usado de todos os atos e de ter realizado todas as coisas que um homem prudente e valeroso deveria ter feito para deitar raízes em um estado que as armas e a fortuna de outros lhe haviam proporcionado. Como disse acima, quem não constrói os fundamentos⁵ antes poderá fazê-lo depois, se tiver grande *virtù*, mas com maior dificuldade para o arquiteto e perigo para a construção. Portanto, se considerarmos todos os procedimentos do duque, veremos que ele preparou amplos fundamentos para seu futuro poder, sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, visto que desconheça preceitos melhores⁶ para dar a um príncipe novo do que os exemplos de sua atuação. Se o seu regime não frutificou, não foi por sua culpa, mas por uma extraordinária e extrema maldade da fortuna⁷.

Alexandre VI tinha grandes dificuldades presentes e futuras para fazer a grandeza de seu filho duque. Em pri-

meiro lugar, ele não via meios de torná-lo senhor de estado algum que não fosse da Igreja. Sabia também que o duque de Milão⁸ e os venezianos não lhe permitiriam tomar nenhum desses estados, já que Faenza e Rimino já estavam sob a proteção destes últimos. Via, além disso, que os exércitos da Itália, e principalmente aqueles de que se poderia servir, estavam em mãos dos que deviam temer a grandeza do papa; por isso, não podia confiar neles, já que estavam todos com os Orsini, os Colonna⁹ e seus partidários. Era-lhe necessário, portanto, perturbar aquela ordem e desorganizar seus estados, para poder assenhorear-se com segurança de parte deles. Isto lhe foi facilitado por encontrar os venezianos, movidos por outros interesses, dispostos a fazer com que os franceses voltassem à Itália, ao que o papa não apenas não se opôs, como também facilitou, com a dissolução do antigo matrimônio¹⁰ do rei Luís. Entrou, portanto, o rei na Itália com a ajuda dos venezianos e o consentimento de Alexandre¹¹, e mal chegou a Milão forneceu ao papa gente para a campanha da Romanha, a qual foi possível graças à fama do rei. Conquistada então a Romanha e derrotados os Colonna, duas coisas impediam o duque de mantê-la e continuar o avanço: uma era o seu exército¹², que não lhe parecia fiel, e a outra, a vontade da França. Em outras palavras, temia que o exército de Orsini, de que se valera, lhe faltasse quando necessário e não somente o impedisse de conquistar, mas ainda lhe tomasse o conquistado; temia também que o rei lhe fizesse a mesma coisa. De Orsini, teve uma confirmação das suas suspeitas após ter entrado em Faenza, quando suas tropas se mostraram frias para assediar Bolonha¹³. Quanto ao rei, o duque compreendeu seu estado de ânimo

quando, conquistado o ducado de Urbino¹⁴, invadiu a Toscana, empresa da qual o rei o fez desistir¹⁵. Daí ter o duque deliberado não depender mais das armas e da fortuna alheias. A primeira coisa que fez foi debilitar as facções Orsini e Colonna em Roma, atraindo todos os seus partidários fidalgos, tornando-os seus gentis-homens, dando-lhes grandes somas e honrando-os, segundo suas qualidades, com comandos de tropas e cargos de governo; assim, em poucos meses, a afeição deles por seus antigos partidos apagou-se em seus ânimos, voltando-se inteiramente para o duque. Depois disso, aguardou a ocasião de eliminar os chefes dos Orsini, tendo já dispersado os da casa Colonna; ocasião esta que, se bem lhe chegou, melhor ele a usou. Isto porque os Orsini, tendo tardiamente percebido que a grandeza do duque e da Igreja significavam sua própria ruína, promoveram uma dieta em Magione¹⁶, próximo a Perúgia, de que resultou a rebelião de Urbino, os tumultos da Romanha e infinitos perigos para o duque, que ele superou com a ajuda dos franceses. Recuperando sua reputação e não confiando nem na França nem em outras forças externas, para não as provocar abertamente, recorreu à astúcia. E tão bem soube dissimular seu ânimo, que os próprios Orsini, por intermédio do senhor Paolo¹⁷, reconciliaram-se com ele. O duque, para tranquilizá-los, cumulou-os de favores, dando-lhes dinheiro, roupas e cavalos, tanto assim que a ingenuidade dos Orsini os levou a se colocarem à sua mercê em Senigallia¹⁸. Aniquilados, portanto, esses chefes e convertidos os seus partidários em amigos do duque, havia este lançado excelentes fundamentos para seu poder, uma vez que detinha toda a Romanha e mais o ducado de Urbino, além

de ter conquistado a amizade da Romanha e atraído para si todo o povo, que começava a gozar de bem-estar.

Sendo este ponto digno de comentários e de ser imitado por outros, não quero deixá-lo passar por alto. Tendo-se apoderado da Romanha e encontrando-a sob o comando de senhores sem poder, que mais espoliavam os seus súditos do que os governavam e lhes davam motivos mais para desunião do que para união, tanto que a província estava coberta de latrocínios, tumultos e todas as formas possíveis de insolência, julgou o duque necessário, para pacificá-la e reduzi-la à obediência ao braço régio, dar-lhe um bom governo. Colocou ali, então, *messer* Remirro de Orco¹⁹, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, Orco a pacificou e uniu, granjeando grande reputação. A seguir, o duque julgou desnecessário tão excessiva autoridade, pois temia que ela se tornasse odiosa, e propôs a instalação de um tribunal civil na província, com um excelentíssimo presidente, onde todas as cidades teriam um advogado próprio. Como sabia que os rigores passados haviam gerado um certo ódio contra ele, quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si. Aproveitando-se da ocasião²⁰, uma certa manhã mandou que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensangüentada. A ferocidade daquele espetáculo fez o povo ficar, ao mesmo tempo, satisfeito e estarrecido.

Mas voltemos ao ponto de partida. Digo que, sentindo-se o duque bastante poderoso e em parte garantido contra os perigos do momento, visto estar armado a seu

modo e ter, em boa parte, aniquilado os exércitos vizinhos que o poderiam atacar, restava-lhe, para prosseguir naquelas conquistas, amedrontar o rei de França, porque sabia que o rei – tendo-se dado conta de seu próprio erro – não as toleraria. Começou²¹, por isso, a buscar novas amizades e a tergiversar com os franceses a propósito da incursão que estes haviam feito ao reino de Nápoles, contra os espanhóis que assediavam Gaeta. Sua intenção era garantir-se contra eles, o que teria em breve conseguido, se Alexandre tivesse continuado vivo.

Estas foram as suas decisões em relação às coisas imediatas. Quanto às futuras, receava, em primeiro lugar, que o novo papa não fosse seu amigo e procurasse tomar de volta aquilo que Alexandre lhe dera. Contra isso, procurou garantir-se de quatro modos: primeiro, eliminando todo o sangue dos senhores que havia espoliado, a fim de privar o papa daquela ocasião de intervir; em segundo lugar, atraindo para o seu partido todos os gentis-homens de Roma – como disse antes – para com isso poder frear o papa; terceiro, controlando o máximo possível de votos no Colégio²²; e, quarto, conquistando tanto poder antes da morte do papa, que pudesse por si mesmo resistir a um primeiro ataque. Dessas quatro coisas, no momento da morte de Alexandre já havia realizado três, e a quarta estava quase concluída, visto que assassinara tantos senhores espoliados quantos pudera alcançar e pouquíssimos se salvaram; trouxe para o seu lado os gentis-homens romanos e tinha grande maioria no Colégio. Quanto às novas conquistas, tinha planejado²³ tornar-se senhor de Toscana: já conquistara Perúgia e Piombino, e tinha Pisa sob proteção. E, como não precisava temer a França (e não a temia, porque os france-

ses já tinham sido expulsos do reino de Nápoles pelos espanhóis, de modo que eram eles dois que precisavam procurar sua amizade), logo se atiraria sobre Pisa. Depois disso, Lucca e Siena logo cederiam, em parte por inveja dos florentinos, em parte por medo; e os florentinos não teriam saída. Se tivesse sido bem-sucedido (e o seria no mesmo ano em que Alexandre morreu), teria acumulado tanta força e reputação que por si mesmo se governaria, e não dependeria mais da fortuna e das forças de outros, mas de sua própria *virtù* e poder.

Alexandre, porém, morreu cinco anos depois que ele havia desembainhado a espada. Deixou-o apenas com o estado da Romanha consolidado, e com tudo mais no ar, prensado entre dois potentíssimos exércitos inimigos²⁴ e mortalmente doente. Havia no duque tanta magnanimidade e *virtù*, tão bem sabia como ganhar e perder os homens e tão sólidos eram os fundamentos que em tão pouco tempo construía para si, que, se ele não tivesse aqueles exércitos em seu encalço ou se estivesse em boa saúde, teria superado todas as dificuldades. Que eram bons os fundamentos que ele plantou, ficou comprovado quando a Romanha²⁵ o esperou por mais de um mês; em Roma, ainda que meio-morto, esteve seguro, e, embora os Baglioni, Vitelli e Orsini tivessem ido para lá, não conseguiram sequazes para o atacar. Se o duque não conseguiu fazer o papa que queria, pelo menos impediu que se elegeisse quem ele não queria. Se ao morrer Alexandre o duque gozasse de boa saúde, tudo lhe teria sido fácil. E ele me disse²⁶, quando Júlio II foi eleito papa, que havia pensado em tudo o que lhe poderia acontecer com a morte do pai e para tudo havia encontrado um remédio; só não pensara que, ao morrer seu pai, também ele estaria morrendo.

Recapitulando, portanto, todas as ações do duque, eu não saberia em que censurá-lo. Pelo contrário, parece-me – como aliás o fiz – dever propô-lo como exemplo a todos aqueles que, com a fortuna e as armas de outrem, ascendem ao poder. Tendo ele ânimo forte e intenção elevada²⁷, não poderia ter agido de outra maneira. Contrariaram os seus desígnios somente a brevidade da vida de Alexandre e sua própria enfermidade. Quem, portanto, num principado novo, julgar necessário garantir-se contra os inimigos, conquistar amigos, vencer pela força ou pela fraude, fazer-se amado e temido pelo povo, ser obedecido e reverenciado pelos soldados, eliminar aqueles que podem ou devem prejudicá-lo, introduzir mudanças na antiga ordem, ser severo e grato, magnânimo e liberal, eliminar as milícias infiéis, criar outras novas, manter as amizades do rei e dos príncipes de modo que o beneficiem com solicitude e temam ofendê-lo, não pode encontrar melhor exemplo que as ações deste duque. Somente se lhe pode censurar a eleição do papa Júlio, na qual fez uma má escolha, porque, como disse, se não podia fazer um papa a seu modo, podia impedir que outro fosse papa: não deveria jamais ter consentido que ascendessem ao papado cardeais que ele próprio tivesse prejudicado ou que, tornando-se papas, pudessem temê-lo. Porque os homens ferem ou por medo ou por ódio. Dentre os que ele havia ofendido, estavam, entre outros, os cardeais de San Pietro in Vincoli, Colonna, San Giorgio, Ascânio²⁸; todos os outros, caso se tornassem papas, teriam motivos para temê-lo, exceto o de Ruão²⁹ e os espanhóis: estes últimos por união e obrigações³⁰ e aquele por poder, pois tinha a seu lado o reino de França. Portanto, o duque, antes de qualquer

coisa, deveria ter criado um papa espanhol e, não podendo, deveria concordar com a eleição de Ruão e não do cardeal de San Pietro in Vincoli. Engana-se quem crê que, nos grandes personagens, os benefícios novos fazem esquecer as velhas injúrias³¹. O duque errou, portanto, nesta escolha, que foi a razão de sua ruína final.

***Dos que Chegaram ao Principado por
Atos Criminosos***

Como ainda existem dois outros modos de se passar de simples particular a príncipe, que não se devem apenas nem à fortuna nem à *virtù*, parece-me que não se deve deixar de abordá-los, embora um deles possa ser discutido mais amplamente onde se tratar de repúblicas. Estes dois modos são: ou ascender ao principado por via acelerada e nefanda ou um cidadão particular tornar-se príncipe de sua pátria com o favor de seus concidadãos. Falando sobre o primeiro modo, mostraremos dois exemplos – um antigo e outro moderno – sem entrar porém no mérito desta questão, considerando-os suficientes a quem precisar imitá-los.

Agátocles Siciliano¹, não só simples particular, mas de ínfima e abjeta condição, tornou-se rei de Siracusa. Filho de oleiro, teve sempre uma conduta criminosa durante toda a vida. Contudo, praticava suas vilanias com tanta força de ânimo e de corpo que, ingressando na milícia, conseguiu promover-se até chegar a ser pretor de Siracusa. Investido nesse cargo, decidiu tornar-se príncipe e ter, pela violência e sem obrigações para com outros, aquilo que por consentimento lhe havia sido concedido. Tendo travado entendimentos a respeito destes

seus desígnios com Amílcar, o Cartaginês², cujos exércitos acamparam na Sicília, reuniu certa manhã o povo e o Senado de Siracusa como se tivesse que deliberar coisas pertinentes à república, e, a um sinal combinado, fez seus soldados assassinar todos os senadores e as pessoas mais ricas do povo. Mortos estes, ocupou e manteve o principado daquela cidade sem qualquer controvérsia civil. Embora os cartagineses o derrotassem duas vezes e, por fim, o sitiassem, não apenas pôde defender sua cidade, mas ainda, deixando parte de suas tropas na defesa contra o cerco, atacou com o restante a África e, em breve tempo, liberou Siracusa do cerco, levando os cartagineses à extrema miséria. Estes tiveram que entrar em acordo com ele e contentar-se com suas possessões na África, deixando a Sicília para Agátocles. Quem considerar, portanto, suas ações e sua vida não verá coisa alguma, ou pouca, que se possa atribuir à fortuna; como se disse acima, não pelos favores de alguém, mas passando por todos os postos da milícia, através de mil perigos e dissabores, chegou ao principado, que depois conservou em meio a tantas animosidades e perigos. Não se pode propriamente chamar de *virtù*³ o fato de assassinar seus concidadãos, trair os amigos, não ter fé, piedade nem religião. Deste modo pode-se adquirir poder, mas não a glória. Mas, se consideramos a *virtù* com que Agátocles entrou e saiu dos perigos e a força de seu ânimo ao suportar e superar as adversidades, não vemos por que ele devia ser julgado como inferior a qualquer excelente capitão. Contudo, sua feroz crueldade e desumanidade, mais a sua infinita malvadeza, não permitem que seja celebrado entre os homens excelentes. Não se pode, portanto, atribuir à fortuna ou à *virtù* o que sem uma nem outra foi conseguido.

Recentemente, durante o reinado de Alexandre VI, Liverotto da Fermo⁴, tendo ficado órfão de pai em tenra idade, foi criado na casa de um tio materno chamado Giovanni Fogliani. Nos primeiros tempos de sua juventude, ingressou no exército de Paolo Vitelli⁵ a fim de que, afeito àquela disciplina, alcançasse algum posto elevado na milícia. Morto Paolo, ficou Liverotto sob o comando de Vitellozzo, irmão de Paolo, e em pouquíssimo tempo, por ser engenhoso, forte e valoroso, tornou-se o principal homem de sua tropa. Parecendo-lhe, porém, coisa servil estar sob ordens de outros, pensou em ocupar Fermo, contando com a ajuda de alguns cidadãos, que preferiam a servidão à liberdade de sua pátria, e também com o favor de Vitellozzo. Escreveu a Giovanni Fogliani dizendo que, como havia estado muitos anos fora de casa, queria revê-lo, visitar sua cidade e cuidar do seu patrimônio. Já que havia lutado pelo único motivo de conquistar honra, queria que seus concidadãos vissem que ele não passara o tempo em vão e desejava chegar pomposamente, acompanhado de cem cavaleiros, entre amigos e servidores. Rogava-lhe a gentileza de providenciar que os habitantes de Fermo os recebessem solenemente, o que não somente honraria a ele – Liverotto – como também ao próprio Giovanni, uma vez que fora seu discípulo. Giovanni não deixou, portanto, de atender ao sobrinho em todos os pontos: fez com que ele fosse recebido com todas as honrarias em Fermo e o alojou em sua própria casa. Passados alguns dias, enquanto Oliverotto se empenhava em providenciar secretamente tudo que era necessário a seu futuro crime, convidou solenemente Giovanni Fogliani e todos os homens mais importantes de Fermo para um banquete muito solene. Consumidas as iguarias e terminados todos os demais

entretenimentos de praxe, Liverotto, de caso pensado, pôs-se a discutir certos assuntos graves, falando da grandeza do papa Alexandre e de Cesare, seu filho, assim como de suas campanhas. Quando Giovanni e outros responderam, ele subitamente se ergueu, dizendo que aquilo era assunto para se falar em um lugar mais reservado, e retirou-se para um quarto, onde Giovanni e todos os demais o seguiram. Mal se haviam sentado, quando saíram de um esconderijo alguns soldados que assassinaram Giovanni e todos os outros. Depois do homicídio, Liverotto montou a cavalo e percorreu a cidade. Atacou o governo no palácio, o qual, com medo, foi forçado a obedecê-lo e a nomeá-lo príncipe. Depois de assassinar todos os que, por estarem descontentes, poderiam atacá-lo, consolidou-se com novas leis civis e militares, de modo que, ao fim de um ano, durante o qual manteve o principado, não somente estava seguro na cidade de Fermo, como ainda se tinha tornado temido por todos os vizinhos. Sua derrota teria sido difícil como a de Agátocles, caso não se tivesse deixado enganar por Cesare Borgia, quando este – como disse antes – capturou Orsini e os Vitelli em Senigallia, onde juntamente com Vitellozzo, que havia sido seu mestre de *virtù* e malvadezas, foi também preso e estrangulado Oliverotto, um ano depois de haver cometido parricídio.

Poderia alguém perguntar-se de que forma Agátocles e outros semelhantes, após infinitas traições e crueldades, puderam viver seguros em sua pátria e defenderem-se dos inimigos externos por longo tempo, sem que jamais seus súditos tivessem conspirado contra eles, enquanto muitos outros, empregando a crueldade, não conseguiram manter seus estados, nem nos tempos de paz, nem nos incertos tempos de guerra. Creio que isto resul-

ta da crueldade mal empregada ou bem empregada. São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem. Aqueles que observam o primeiro modo podem encontrar algum remédio para seu estado, diante de Deus e dos homens⁶, como aconteceu com Agátocles; os outros, é impossível que se mantenham.

Daí ser preciso sublinhar que, ao tomar um estado, o conquistador deve examinar todas as ofensas que precisa fazer, para perpetuá-las todas de uma só vez e não ter que renová-las todos os dias. Não as repetindo, pode incutir confiança nos homens e ganhar seu apoio através de benefícios. Quem age de outro modo, por timidez ou mau conselho, precisa estar sempre com a faca na mão, não podendo jamais confiar em seus súditos, como tampouco podem eles confiar no príncipe devido às suas contínuas e renovadas injúrias. As injúrias devem ser feitas a fim de que, tomando-se menos o seu gosto, ofendam menos, enquanto os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, para serem melhor apreciados. E, acima de tudo, deve um príncipe viver com seus súditos de forma que nenhum incidente, mau ou bom, faça variar seu comportamento: porque, vindo as vicissitudes em tempos adversos, não terás tempo para o mal, e o bem que fizeres não te será creditado, porque julgarão que o fizeste forçado, e não receberás, então, a gratidão de ninguém.

Do Principado Civil

Mas, tratando do outro caso, em que um cidadão particular se torna príncipe de sua pátria, não por atos criminosos nem outras violências intoleráveis, mas pelo apoio de seus concidadãos (o que se pode chamar principado civil; para alcançá-lo, não é necessário ter muita *virtù*, nem muita fortuna, mas antes uma astúcia afortunada), digo que se ascende a este principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos grandes. Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites diferentes, nascem nas cidades um destes três efeitos: principado, liberdade ou licença¹.

O principado provém do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma ou outra dessas partes. Quando os grandes percebem que não podem resistir ao povo, começam a exaltar a fama de um deles e o tornam príncipe para poder, sob sua sombra, desafogar o apetite. O povo também, quando percebe que não pode resistir aos grandes, dá reputação a alguém e o faz príncipe, para ser defendido por sua autoridade. Quem

chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem ser seus iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor popular encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém ou pouquíssimos que não estejam prontos a obedecê-lo. Além disso, não se pode satisfazer honestamente aos grandes sem injúrias aos outros, mas ao povo sim, porque seus fins são mais honestos que os dos grandes, visto que estes querem oprimir enquanto aqueles querem não ser oprimidos. Além disso, um príncipe não pode jamais proteger-se contra a inimizade do povo, porque são muitos; no entanto, pode-se garantir contra os grandes porque são poucos. O pior que um príncipe pode esperar de um povo hostil é ser abandonado por ele; mas dos grandes, quando inimigos, deve temer não só ser abandonado, como também que o ataquem, porque, tendo mais visão e astúcia, precavêem-se sempre a tempo de se salvar e procuram aproximar-se daquilo que esperam que vença. Ainda, o príncipe tem sempre de viver com o mesmo povo, mas lhe é perfeitamente possível prescindir dos mesmos grandes, pois pode a cada dia fazê-los e desfazê-los, dar-lhes e tirar-lhes a reputação, a seu gosto.

Para melhor esclarecer esta parte, afirmo que os grandes devem ser considerados de duas formas, principalmente: ou se governam de modo que, por seu procedimento, se associem em tudo à tua fortuna, ou não. Os que se associam e não são rapaces devem ser homenageados e amados. Os que não se associam devem ser

examinados de duas formas: ou o fazem por pusilanimidade e defeito natural de caráter, e nesse caso debes servir-te deles, principalmente se forem bons conselheiros, pois eles te honrarão na prosperidade e nada terás a temer deles na adversidade; ou então não se associam de propósito e por ambição, o que é sinal de que pensam mais em si mesmos do que em ti: debes proteger-te contra eles e temê-los como se fossem inimigos declarados, porque sempre contribuirão para tua ruína, na adversidade.

Portanto, quem se tornar príncipe pelo favor do povo deverá manter sua amizade, o que será fácil, pois tudo que lhe pedem é não serem oprimidos. Mas quem se tornar príncipe pelo favor dos grandes e contra o povo deverá, antes de qualquer outra coisa, procurar conquistá-lo, o que também será fácil, se lhe der proteção. Como os homens se ligam mais ao seu benfeitor se recebem o bem quando esperam o mal, neste caso, o povo se torna mais rapidamente favorável ao príncipe do que se ele tivesse sido conduzido ao principado graças ao seu apoio. Pode o príncipe conquistar o povo de vários modos, dos quais não se pode dar uma regra certa, pois variam segundo a situação; por isso, não abordaremos o assunto aqui. Concluirei somente que é necessário ao príncipe ter o povo como amigo; caso contrário, não terá remédio na adversidade.

Nábis², príncipe dos espartanos, enfrentou o assédio de toda a Grécia e de um exército romano vitoriosíssimo, defendendo contra eles a sua pátria e o seu estado. Para isso lhe bastou, ao se aproximar o perigo, contar com uns poucos; porém, se tivesse o povo contra si, isso não lhe teria bastado. Contra esta minha opinião, não me

venham com aquele velho provérbio “quem se apóia no povo, se apóia no lodo”, porque isso só é verdade quando um cidadão particular se alicerça no povo e espera que este o liberte quando for atacado por seus inimigos ou pelos magistrados. Neste caso, são freqüentes os enganos, como os dos Gracos em Roma³ e de Giorgio Scali em Florença⁴. Se se tratar, porém, de um príncipe que se apóie no povo, que possa comandar e seja um homem de coragem, que não se deixe abater na adversidade nem negligencie outras providências, que mobilize a maioria com seu ânimo e seu regime, jamais ficará desiludido com o povo e verá que lançou bons fundamentos.

Costumam estes principados correr perigo quando saltam da ordem civil para a ordem absoluta. Como esses príncipes governam ou por si próprios ou por intermédio de magistrados, neste último caso sua situação é mais precária e perigosa, porque dependem em tudo da vontade dos cidadãos que foram nomeados magistrados, os quais, sobretudo em tempos adversos, podem facilmente lhe arrebatam o governo, quer atacando-o quer não lhe prestando obediência. O príncipe não terá tempo de recobrar a autoridade absoluta em meio ao perigo, porque os cidadãos e súditos, acostumados a receber ordens dos magistrados, não acatarão as suas nessa emergência; além disso, em tempos adversos, há sempre escassez de gente em quem o príncipe possa confiar, pois ele não pode basear-se no que vê nos tempos de paz, quando os cidadãos têm necessidade do estado, porque então todos correm ao seu encontro, todos prometem e não há quem não queira morrer por ele, enquanto a morte está distante; mas em tempos adversos,

quando o estado tem necessidade dos cidadãos, encontram-se poucos. Esta experiência é ainda mais perigosa por se poder tentá-la uma só vez. Por isso, um príncipe sábio deve encontrar um modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em qualquer tempo, tenham necessidade do estado e dele; assim, eles sempre lhe serão fiéis.

***De que Forma se Devem Avaliar as
Forças de todos os Principados***

Ao avaliar as qualidades destes principados convém observar uma outra questão: se um príncipe dispõe de território suficiente¹ para poder governar por si mesmo ou se precisa sempre ser defendido por outros. Para melhor esclarecer este ponto, direi que defino os príncipes que podem governar-se por si mesmos como os que, por abundância de homens ou de dinheiro, são capazes de formar um exército bem proporcionado e travar batalha com quem quer que os ataque. E defino os que têm sempre necessidade de outrem como os que não podem enfrentar o inimigo em campanha, mas precisam refugiar-se atrás dos muros e defendê-los. Do primeiro caso já falamos e, futuramente, mostraremos o que mais for necessário. Sobre o segundo caso, nada se pode dizer além de exortar esses príncipes a fortificarem e armarem suas próprias cidades sem se preocuparem com o resto do território. Quem fortificar bem a sua cidade e se comportar em relação aos seus súditos do modo como foi dito acima, e como mais se dirá a seguir, somente com muito temor será atacado, porque os homens são inimigos de empreendimentos em que vêem dificuldades e não se pode ver facilidade em atacar al-

guém que tenha suas terras fortificadas e não seja odiado pelo povo.

As cidades da Alemanha² são muito livres, têm território pequeno, obedecem quando querem ao imperador e não temem nem a ele nem a outros poderosos que estejam ao redor, pois são de tal maneira fortificadas, que todos percebem como deve ser extenuante e difícil expugná-las. Todas possuem fossos e muros adequados; têm artilharia suficiente; têm sempre bebidas, alimentos e combustíveis nos depósitos públicos para o prazo de um ano. Além disso, para manter a plebe alimentada sem prejuízo para a coletividade, têm sempre na comuna trabalhos para lhes dar durante um ano, naquelas atividades que são o nervo e a vida da cidade, e com os quais a plebe subsiste. Mantêm ainda em grande conta os exercícios militares, havendo vários ordenamentos sobre a sua prática.

Um príncipe, portanto, que tem uma cidade forte e não se faz odiar não pode ser atacado. Contudo, se alguém o atacar, terá de partir com vergonha, pois as coisas do mundo são tão mutáveis que é quase impossível que alguém possa ficar ocioso durante um ano com seus exércitos a assediá-lo. A quem replicar que, caso o povo tenha propriedades do lado de fora e as veja incendiando-se, perderá a paciência, e que o longo assédio somado ao amor próprio farão com que se esqueça do príncipe, respondo que um príncipe forte e corajoso sempre superará todas estas dificuldades, dando a seus súditos ora a esperança de que o mal não será longo, ora o temor à crueldade do inimigo, precavendo-se com destreza contra os que parecerem exageradamente ousados. Além disso, o inimigo deve, presumivelmente, incendiar

e arrasar o território no momento de sua chegada, quando os ânimos dos homens ainda estão quentes e empenhados na defesa. Depois, o príncipe terá cada vez menos a temer, porque os ânimos terão arrefecido, os danos já terão sido feitos e os males recebidos não terão mais remédio. Nesse momento, mais ainda se unirão ao príncipe, pois julgam que lhe devem ser gratos por terem tido suas casas incendiadas e suas propriedades arruinadas em sua defesa. É da natureza dos homens deixar-se cativar tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos. Em conclusão, tudo bem analisado, não será difícil a um príncipe prudente manter firme o ânimo de seus cidadãos antes e depois do assédio, desde que não lhes faltem alimentos nem meios de defesa.

Dos Principados Eclesiásticos

Agora, resta-nos somente discorrer sobre os principados eclesiásticos, cujas dificuldades são todas anteriores à sua posse, porque se conquistam ou por *virtù* ou por fortuna e sem uma nem outra se mantêm, pois têm por base antigas instituições religiosas, de tamanho poder e natureza tal, que conservam seus príncipes no poder, qualquer que seja o modo como procedam e vivam. Somente eles possuem estados e não os defendem; súditos, e não os governam; e os estados, por não serem defendidos, não lhes são tomados; e os súditos, por não serem governados, não cuidam, nem podem separar-se deles. Logo, só estes principados são seguros e felizes. Mas, sendo eles regidos por razões superiores, que a mente humana não pode alcançar, não falarei sobre eles, pois, sendo erguidos e mantidos por Deus, seria homem presunçoso e temerário se discorresse a seu respeito. Contudo, se alguém me perguntasse como a Igreja alcançou tamanha grandeza temporal, já que, antes de Alexandre, os potentados italianos (e não somente os potentados, mas qualquer barão ou senhor, por mínimo que fosse) pouco a valorizavam no que se refere ao domínio temporal e agora um rei de França treme diante dela, que

conseguiu expulsá-lo da Itália¹ e arruinar os venezianos, não me pareceria supérfluo recordar estas coisas, embora sejam conhecidas.

Antes que Carlos², rei de França, entrasse na Itália, estava esta província sob o governo do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos. Esses potentados tinham dois cuidados principais a observar: primeiro, que estrangeiro algum entrasse na Itália com exército; segundo, que nenhum dentre eles alargasse seus domínios. Os que inspiravam maiores preocupações eram o papa e os venezianos. Para conter os venezianos, era necessário a união de todos os outros, como se deu na defesa de Ferrara³; e, para controlar o papa, usavam os barões de Roma, os quais, sendo divididos em duas facções, Orsini e Colonna, sempre tinham motivos de discórdia e, assim, estando com as armas na mão e os olhos no papa, mantinham o pontificado fraco e inseguro. Ainda que por vezes surgisse um papa corajoso, como Sisto⁴, sua fortuna ou saber jamais o livraram desses distúrbios. A brevidade de suas vidas era uma das razões; porque, durante os dez anos que, em média, vivia um papa, dificilmente podia subjugar uma das facções; por exemplo, se um papa tivesse quase acabado com os Colonna, surgiria um outro papa inimigo dos Orsini, que faria ressurgirem os Colonna, sem chegar a ter tempo suficiente para eliminar os Orsini.

Isto fazia com que as forças temporais do papa fossem pouco respeitadas na Itália. Surgiu então Alexandre VI, que de todos os pontífices que já existiram foi quem mais mostrou quanto um papa, pelo dinheiro e pela força, poderia impor-se: usando como instrumento o duque Valentino e como ocasião a invasão dos franceses, ele fez

todas as coisas que descrevi acima acerca das ações do duque. E, ainda que seu intento fosse fortalecer não a Igreja, mas sim o duque, tudo o que fez reverteu para a grandeza da Igreja, a qual, após a sua morte e a do duque, foi herdeira de seus esforços. Sucedeu-o o Papa Júlio, que encontrou a Igreja forte, na posse de toda a Romanha, liquidados os barões de Roma e anuladas aquelas facções graças às investidas de Alexandre. Encontrou ainda o caminho aberto para uma forma de acumulação de dinheiro jamais usada antes de Alexandre. A tudo isso, Júlio não somente deu prosseguimento como ainda acelerou, pensando em conquistar Bolonha⁵, derrotar os venezianos e expulsar os franceses⁶ da Itália. Teve sucesso em todos esses empreendimentos, e ainda com mais louvor por tê-los feito para engrandecimento da Igreja, e não de algum particular. Conservou, ainda, os partidos dos Orsini e Colonna nos termos em que os havia encontrado e, embora entre eles às vezes se insinuasse algum chefe propenso às mudanças, duas coisas os mantiveram nos limites: uma, a grandeza da Igreja, que os assustava; e a outra, o fato de não terem seus cardeais, e são os cardeais a origem dos tumultos entre eles. Jamais estas facções estarão pacificadas enquanto tiverem seus cardeais, porque são estes que alimentam, dentro e fora de Roma, os partidos que os barões são forçados a defender. Assim, da ambição dos prelados nascem as discórdias e os tumultos entre os barões. Portanto, Sua Santidade o papa Leão encontrou este pontificado potentíssimo e, se outros o engrandeceram com as armas, dele se espera que o torne imenso e venerando com sua bondade e suas outras infinitas *virtù*⁷.

***De Quantos Gêneros Há de Milícias e
de Soldados Mercenários***

Tendo discorrido especificamente acerca de todas as características daqueles principados sobre os quais me propus de início a refletir, e tendo considerado as razões da sua prosperidade ou ruína e depois mostrado os modos através dos quais procuraram conquistá-los e conservá-los, resta-me agora falar de uma maneira geral sobre os meios ofensivos e defensivos de que possam necessitar. Dissemos acima como é necessário a um príncipe ter bons fundamentos; caso contrário, necessariamente se arruinará. Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei das armas.

Digo, portanto, que as armas com que um príncipe defende seu estado ou são próprias, ou mercenárias ou auxiliares¹ ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Quem tem o seu estado baseado em armas mercenárias jamais estará seguro e tranqüilo, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis, valentes entre amigos e covardes entre inimigos,

sem temor a Deus nem probidade para com os homens. O príncipe apenas terá adiada a sua derrota pelo tempo que for adiado o ataque, sendo espoliado por eles na paz e pelos inimigos na guerra. A razão disto é que não têm outra paixão nem razão que as mantenha em campo senão um pequeno soldo, que todavia não é suficiente para motivá-las a morrer por ti. Querem muito ser teus soldados enquanto não há guerra; mas, durante a guerra, querem fugir ou ir embora. Isso terei pouca dificuldade para demonstrar, visto que a ruína atual da Itália não tem outra razão senão estar há muitos anos apoiada em armas mercenárias. Estas já prestaram alguns bons serviços a alguns e parecem valentes quando comparadas umas às outras, mas, diante do forasteiro², mostraram aquilo que são; daí ter sido possível a Carlos, rei de França, tomar a Itália com um giz³. Quem disse que a razão disso eram os nossos pecados disse a verdade, porém não aqueles que imaginava mas os que acabo de expor. E, visto serem pecados dos príncipes, também foram eles que sofreram a punição.

Quero demonstrar melhor a ineficácia destas armas. Os capitães mercenários ou são homens excelentes nas armas ou não o são. Se o forem, não poderás confiar neles, porque sempre aspirarão a uma grandeza própria, quer arruinando a ti, seu patrão, quer oprimindo a outros, contra a tua vontade; e, se não forem capitães valerosos, por isso mesmo te arruinarão. Se alguém argumentar que qualquer um que tenha um exército nas mãos fará o mesmo, sendo ou não mercenário, responderei que os exércitos devem ser comandados ou por um príncipe ou por uma república. O príncipe deve desempenhar em pessoa a função de capitão. A república

deve enviar seus próprios cidadãos e, quando enviar alguém que não se mostre valente, deverá substituí-lo; e, se for valente, deverá enquadrá-lo na lei para que não ultrapasse os limites. Por experiência vê-se que somente os príncipes e as repúblicas armadas fazem progressos imensos, enquanto os exércitos mercenários trazem apenas danos. Uma república que dispõe de exército próprio submete-se mais dificilmente a um cidadão⁴ do que outra que disponha de exércitos externos.

Viveram Roma e Esparta durante muitos séculos armadas e livres. Os suíços são muito armados e muito livres. Os cartagineses são um exemplo antigo de emprego de armas mercenárias, tendo sido por isso destruídos por seus soldados mercenários após a primeira guerra com os romanos⁵, embora tivessem como chefes seus próprios cidadãos. Após a morte de Epaminondas, Filipe da Macedônia⁶ foi nomeado pelos tebanos capitão de suas tropas, mas, depois da vitória, tirou-lhes a liberdade. Após a morte do duque Filipo, os milaneses contrataram Francesco Sforza⁷ para lutar contra os venezianos, o qual, depois de vencer os inimigos em Caravaggio, uniu-se a eles para subjugar os seus patrões milaneses. Sforza, seu pai, que fora soldado da rainha Giovanna de Nápoles, deixou-a de repente desarmada⁸, obrigando-a a lançar-se nos braços do rei de Aragão⁹ para não perder o seu reino. E se, pelo contrário, os venezianos e florentinos ampliaram seu império com estas armas, e se os seus capitães não se fizeram príncipes mas, ao contrário, os defenderam, respondo que, neste caso, os florentinos foram favorecidos pela sorte porque, dentre os capitães valerosos que poderiam temer, alguns não venceram guerra nenhuma, outros encontraram rivais e outros ain-

da voltaram suas ambições para outros lugares. O que não venceu foi Giovanni Aucut¹⁰, cuja disposição não se pode conhecer, visto não ter vencido. Deve-se reconhecer, porém, que, se tivesse sido vitorioso, os florentinos teriam ficado à sua mercê. Sforza¹¹ teve sempre contra si os partidários de Braccio, controlando-se mutuamente. Francesco canalizou sua ambição para a Lombardia, e Braccio, contra a Igreja e o reino de Nápoles. Mas volte-mos ao que aconteceu há pouco. Os florentinos nomearam Paolo Vitelli¹² seu capitão, um homem muito prudente que, como cidadão particular, havia alcançado imensa reputação. Se ele tivesse derrotado Pisa, não há dúvida de que os florentinos teriam de conservá-lo, pois, se ele passasse para o lado de seus inimigos, estariam perdidos; conservando-o, porém, teriam que lhe obedecer. Quanto aos venezianos, se examinarmos seus avanços, veremos que se portaram segura e gloriosamente enquanto fizeram a guerra por si próprios (isto é, antes de orientarem seus empreendimentos para a terra firme), quando agiram muito valorosamente, com o auxílio dos gentis-homens e da plebe. Porém quando começaram a combater em terra, perderam esta *virtù* e seguiram os costumes bélicos da Itália. No início de sua expansão, não tendo muito território¹³ mas uma grande reputação, pouco tinham a temer de seus capitães. Porém, quando se expandiram, o que ocorreu sob Carmignuola¹⁴, tiveram uma prova desse erro porque, sabendo que ele era valoroso, já que sob seu comando tinham derrotado o duque de Milão, mas vendo, por outro lado, como ele havia se tornado frio em relação à guerra, julgaram não poder mais vencer com ele, pois lhe faltava ânimo. Mas também não podiam dispensá-lo, sob pena de tornarem

a perder o que haviam conquistado; por isso tiveram de matá-lo para se garantirem. Tiveram depois como capitão Bartolommeo da Bergamo¹⁵, Ruberto da San Severino¹⁶, conde di Pitigliano¹⁷ e outros similares dos quais tinham que temer as derrotas e não as vitórias¹⁸, como aconteceu mais tarde em Valià, onde, numa batalha, perderam o que em oitocentos anos e com tanta fadiga haviam conquistado¹⁹. Porque dessas armas nascem somente conquistas lentas, tardias e débeis, e perdas súbitas e miraculosas. E como cheguei, com estes exemplos, à Itália, que durante muitos anos foi governada pelas armas mercenárias, quero discorrer mais genericamente sobre o assunto, para que, conhecendo suas origens e desenvolvimento, melhor se possa corrigir o erro de usá-las.

Temos de entender, portanto, como nestes últimos tempos²⁰, desde que o Império começou a ser repellido da Itália e o papa adquiriu maior reputação na esfera temporal, dividiu-se a Itália em maior número de estados. Isto ocorreu porque muitas das grandes cidades tomaram armas contra seus nobres, os quais, favorecidos pelos imperadores, antes as mantinham oprimidas, a Igreja as ajudava para aumentar sua reputação na esfera temporal; ao mesmo tempo, em muitas outras cidades, certos cidadãos se fizeram príncipes. A partir daí, tendo a Itália caído quase inteiramente em mãos da Igreja e de algumas repúblicas, e sendo os padres e aqueles outros cidadãos pouco habituados ao manejo de armas, começou-se a contratar estrangeiros a soldo. O primeiro que granjeou reputação nessas milícias foi Alberigo da Conio²¹, da Romanha. Da sua disciplina descendem, entre outros, Braccio e Sforza, que, no seu tempo, foram árbitros da Itália. Depois destes, vieram todos os outros que

até nossos dias têm comandado essas armas. O resultado de sua *virtù*²² foi a Itália ter sido invadida por Carlos, pilhada por Luís, violentada por Fernando e vilipendiada pelos suíços²³. Seu sistema tem sido primeiro diminuir a reputação da infantaria, para dar prestígio a si próprios. Fizeram isto porque, não tendo pátria e vivendo de sua ocupação, pouca infantaria não bastaria para lhes dar reputação e, se fosse muita, não poderiam alimentá-la. Por isso, restringiram-se à cavalaria, onde com um número razoável eram sustentados e honrados. Chegaram as coisas a tal ponto que, num exército de vinte mil soldados, não se encontravam sequer dois mil infantes. Além disso, usaram todo o engenho para afastar de si e dos soldados a fadiga e o medo, não se matando nos combates, mas fazendo-se uns aos outros prisioneiros sem resgate. Não atacavam à noite as cidades, assim como os que defendiam as cidades não atacavam os do acampamento. Em torno do acampamento, não construíam fossos nem paliçadas, nem batalhavam no inverno. Todas estas coisas estavam incluídas em seus códigos militares e foram concebidas, como foi dito, para escaparem à fadiga e aos perigos. Assim, levaram a Itália a ser escravizada e vilipendiada.

Dos Exércitos Auxiliares, Mistos e Próprios

Os exércitos auxiliares¹, que são outra arma inútil, são as tropas de um poderoso chamadas para te auxiliar e defender. Foi o que fez recentemente o papa Júlio que, tendo comprovado, na campanha de Ferrara², triste desempenho de seus exércitos mercenários, voltou-se para os auxiliares, combinando com Fernando, rei de Espanha, que sua gente e exército fossem ajudá-lo. Esses exércitos podem ser úteis e bons para si mesmos, mas, para quem os chama, são quase sempre nocivos; quando perdem, és derrotado junto com eles e, quando vencem, te aprisionam. Embora as antigas histórias estejam repletas de exemplos a este respeito, quero deter-me no caso recente do papa Júlio II, cuja decisão de se lançar por inteiro nas mãos de um forasteiro³, pelo desejo de conquistar Ferrara, não poderia ser menos recomendável. Mas sua boa fortuna fez com que surgisse uma terceira coisa⁴ e, assim, não colhesse os frutos de sua má escolha, porque, tendo sido derrotados seus auxiliares em Ravenna⁵ e surgindo os suíços para expulsar os vencedores, fora de qualquer expectativa do papa ou de outros, não veio ele a cair prisioneiro dos inimigos, pois estes fugiram, nem de seus auxiliares, já que vencera com outras

forças que não as destes. Os florentinos, estando inteiramente desarmados, levaram dez mil franceses a Pisa para tomá-la⁶, decisão pela qual enfrentaram mais perigos do que em qualquer época de adversidade. O imperador de Constantinopla⁷, para se contrapor aos seus vizinhos, pôs na Grécia dez mil turcos, os quais, finda a guerra, não quiseram sair; este foi o início da servidão da Grécia aos infiéis.

Logo, quem quiser não poder⁸ vencer deverá valer-se desses exércitos, porque são muito mais perigosos do que os mercenários. No caso dos auxiliares a ruína é inevitável, pois são todos unidos e voltados à obediência a outrem; enquanto os mercenários, para te molestar, mesmo tendo sido vencedores, precisariam de mais tempo e melhor ocasião, pois não formam um corpo e são organizados e pagos por ti. Assim, ainda que um terceiro venha a ser nomeado chefe por ti, não poderá de repente alcançar tanta autoridade a ponto de te aborrecer. Em resumo, nos exércitos mercenários, o mais perigoso é a covardia; nos auxiliares, a *virtù*.

Logo, um príncipe sábio sempre evitará estes exércitos, valendo-se dos seus próprios, e preferindo até perder com suas tropas a vencer com tropas alheias, por não considerar verdadeira a vitória alcançada com armas alheias. Não hesitarei em citar Cesare Borgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha com exércitos auxiliares, compostos inteiramente de franceses, e com eles tomou Ímola e Furlì. Mais tarde, não lhe parecendo seguros esses exércitos, tentou as tropas mercenárias, julgando-as menos perigosas, e contratou a soldo Orsini e Vitelli, que mais tarde dispensou, ao perceber, na prática, que eram dúbios e infiéis. Voltou-se, então, para um exército

próprio. Pode-se facilmente verificar a diferença entre um tipo de exército e outro, considerando a diferença que ocorreu na reputação do duque de quando dispunha só dos franceses para quando tinha os Orsini e Vitelli e, finalmente, quando passou a ter seus próprios soldados e ser senhor de si mesmo. Sua reputação foi crescendo e jamais foi tão elevada como no momento em que todos viram que ele era o senhor absoluto de seus exércitos.

Não queria afastar-me dos exemplos italianos recentes, mas também não posso deixar de falar em Hierão⁹ de Siracusa, anteriormente citado por mim. Como eu disse, colocado pelos siracusanos à frente dos exércitos, este logo percebeu que eram inúteis as milícias mercenárias por serem os seus chefes do mesmo tipo dos nossos italianos. Julgando não poder conservá-las, nem afastá-las, fê-las em pedaços, guerreando a partir daí com exércitos próprios e não com alheios. Quero ainda evocar a memória de uma figura do Velho Testamento, a este propósito. Oferecendo-se Davi a Saul para combater Golias, agitador filisteu, Saul equipou-o com suas armas para dar-lhe ânimo. Ao experimentá-las, porém, David as recusou, dizendo que com elas não poderia bem valer-se de si mesmo; em vez disso queria enfrentar o inimigo com sua funda e seu punhal.

Enfim, os exércitos dos outros ou te caem pelas costas, ou te pesam ou te apertam. Carlos VII¹⁰, pai do rei Luís XI, tendo com sua fortuna e *virtù* liberado a França dos ingleses, sentiu necessidade de armar-se de exércitos próprios e criou em seu reino a ordenança¹¹ de guardas e infantas. Mais tarde, o rei Luís, seu filho¹², extinguiu a infantaria e começou a contratar suíços a soldo, erro

que, continuado pelos outros, é a razão, como se vê agora de fato, dos perigos que corre aquele reino. Tendo dado reputação aos suíços, depreciou todo o seu exército pois extinguiu inteiramente a infantaria e subordinou seus guardas aos exércitos alheios, já que, estando acostumados a guerrear junto com os suíços, passaram a acreditar que não podiam vencer sem eles. Disso resulta que os franceses não podem contra os suíços e, sem os suíços, não podem contra os outros. Os exércitos franceses têm sido, portanto, mistos, parte mercenários e parte próprios; exércitos esses que, em conjunto, são muito melhores do que os exclusivamente auxiliares ou exclusivamente mercenários, mas muito inferiores aos exércitos próprios.

Basta o exemplo citado, porque o reino de França seria insuperável se tivesse incrementado ou preservado a ordem de Carlos. Mas a pouca prudência dos homens começa uma coisa que, por ter bom sabor, não lhes permite notar o veneno que traz por baixo; como eu disse antes, não percebem a febre tísica¹³.

Portanto, aquele que não detecta no nascedouro os males de um principado não é verdadeiramente sábio. Isto é dado a poucos. Se examinarmos a razão primeira da ruína do Império Romano, veremos que residiu tão-somente em ter começado a contratar os godos¹⁴, porque, a partir desse início, começaram a debilitar-se as suas forças e toda a *virtù* que se tirava dele se transferia para os outros.

Concluo, então, que sem armas próprias nenhum principado estará seguro; aliás, estará inteiramente à mercê da fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda na adversidade. Sempre foi opinião e sen-

tença dos homens sábios *quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potential non sua vinixa*¹⁵. As armas próprias são as compostas ou de súditos, ou de cidadãos, ou de pessoas a quem conferiste poder. Todas as outras ou são mercenárias ou auxiliares. Será fácil encontrar a forma de organizar as próprias armas, examinando-se as providências tomadas pelos quatro personagens que citei antes¹⁶ e mais Filipe, pai de Alexandre Magno, além de muitas repúblicas que se armaram e se organizaram. É a estes ordenamentos que me remeto.

***Do que Compete a um Príncipe
acerca da Milícia***

Deve portanto um príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda. É de tanta *virtù* que não só mantém aqueles que já nasceram príncipes, como também muitas vezes permite que homens de condição privada ascendam ao principado. Inversamente, vê-se que os príncipes que pensam mais em refinamento do que nas armas perdem o seu estado. A primeira razão que te leva a perder teu estado é negligenciar esta arte, e a razão que te faz conquistá-lo é ser versado nela.

Francesco Sforza¹, por ter exércitos, de cidadão privado tornou-se duque de Milão; seus filhos², por fugirem do desconforto do exército, de duques tornaram-se cidadãos privados. Entre outros um dos males que a falta de armas acarreta é tornar-te desprezível, o que constitui uma daquelas infâmias das quais o príncipe deve proteger-se, como explicarei abaixo³. Não há qualquer comparação entre um homem armado e outro desarmado; não é razoável que um homem armado obedeça de bom grado a quem esteja desarmado, nem que o desarmado

se sinta seguro entre servidores armados, pois, havendo desdém em um e suspeita no outro, não é possível que entrem em acordo. Portanto, um príncipe que não entenda de exército, além de outros inconvenientes, como dissemos, não poderá ser estimado por seus soldados nem confiar neles.

Portanto, um príncipe não deve jamais afastar o pensamento do exercício da guerra e, durante a paz, deve praticá-la mais ainda do que durante a guerra. Isto pode ser feito de duas maneiras, com obras e com a mente. Quanto às obras, além de conservar bem organizados e treinados os seus exércitos, deve realizar caçadas e, através delas, acostumar o corpo aos desconfortos e, também, aprender a natureza dos lugares, a conhecer como se elevam os montes, como descem os vales, como jazem as planícies e a compreender a natureza dos rios e dos pântanos, colocando nisto um grande empenho. Este conhecimento será útil de duas maneiras: primeiro, se aprende a conhecer o país, o que permite melhor planejar a sua defesa; depois, através do conhecimento e prática daqueles sítios, pode-se com facilidade compreender qualquer outro novo lugar que seja necessário explorar. Os montes, vales, planícies, rios e pântanos que estão, por exemplo, na Toscana, têm certa semelhança com outros das demais províncias, de tal modo que, a partir do conhecimento do território de certa província, pode-se facilmente chegar ao conhecimento de outras. O príncipe a quem falte esta perícia carece da primeira qualidade que deve ter um capitão, porque é esta que ensina a ir de encontro ao inimigo, tomar os alojamentos, guiar os exércitos, organizar as batalhas e atacar as cidades com superioridade.

Um dos louvores que os escritores fazem a Filipêmenes⁴, príncipe dos aqueus, é que nos tempos de paz não pensava senão nos métodos de guerra e, quando estava nos campos com os amigos, muitas vezes parava e lhes perguntava: “Se os inimigos estivessem em cima daquele monte e nós aqui embaixo, qual de nós estaria em vantagem? Como se poderia atacá-los, conservando a nossa formação? Se quiséssemos bater em retirada, como teríamos de fazer? Se eles batessem em retirada, como faríamos para persegui-los?” E, caminhando, apresentava-lhes todos os casos que poderiam acontecer a um exército; ouvia a opinião deles, expunha a sua, corroborava-a com razões, de tal modo que, através destas contínuas reflexões, não pudesse jamais surgir-lhe, no comando do exército, imprevisto algum para o qual não tivesse uma solução.

Quanto aos exercícios da mente, deve o príncipe ler as histórias e refletir sobre as ações dos homens excelentes, ver como se comportaram nas guerras, examinar as causas das vitórias e derrotas a fim de poder escapar destas e imitar aquelas. Mas, sobretudo, deve agir como antes agiram alguns homens excelentes que se espelham no exemplo de outros que, antes deles, haviam sido louvados e glorificados, e cujos gestos e ações procuraram ter sempre em mente; é o caso de Alexandre Magno, que imitava Aquiles, de Cesare, que imitava Alexandre, e de Cipião, que imitava Ciro. Quem ler a vida de Ciro, escrita por Xenofonte, reconhecerá depois, na vida de Cipião, quanto deveu de sua glória àquela imitação e quanto, em sua castidade, afabilidade, humanidade, liberalidade, Cipião se conformava ao que Xenofonte escrevera sobre Ciro.

Um príncipe sábio deve observar comportamento semelhante e jamais permanecer ocioso nos tempos de paz, e sim com engenho fazer deles um cabedal para dele se valer na adversidade, a fim de que, quando mudar a fortuna, esteja sempre pronto a lhe resistir.

***Das Coisas pelas quais os Homens,
e Especialmente os Príncipes, São
Louvados ou Vituperados***

Resta agora ver como deve comportar-se um príncipe para com seus súditos ou seus amigos. Como sei que muitos já escreveram sobre este assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir esta matéria, me afastarei das linhas traçadas pelos outros. Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais conveniente procurar a verdade efetiva da coisa¹ do que uma imaginação sobre ela. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes sua ruína do que sua preservação; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade.

Deixando pois de lado as coisas imaginadas acerca de um príncipe e discorrendo sobre as verdadeiras, afirmo que quando se fala dos homens, e principalmente

dos príncipes, por estarem em posição mais elevada, eles se fazem notar por certas qualidades que lhes trazem reprobção ou louvor². Assim, um é considerado liberal e outro miserável (*misero*, para usar o termo toscano, porque “avaro” em língua toscana significa a pessoa que deseja possuir por rapacidade, enquanto “miser” é aquele que se abstém exageradamente de usar o que é seu); um é considerado pródigo e outro ganancioso; um cruel e outro piedoso; um falso e outro fiel; um efeminado e pusilânime e outro feroz e corajoso; um modesto e outro soberbo; um lascivo e outro casto; um íntegro e outro astuto; um duro e outro maleável; um ponderado e outro leviano; um religioso e outro incrédulo, e assim por diante. Sei que vão dizer que seria muito louvável que um príncipe, dentre todas as qualidades acima, possuísse as consideradas boas. Não sendo isto porém inteiramente possível, devido às próprias condições humanas³ que não o permitem, necessita ser suficientemente prudente para evitar a infâmia⁴ daqueles vícios que lhe tirariam o estado e guardar-se, na medida do possível, daqueles que lhe fariam perdê-lo; se não o conseguir, entretanto, poderá, sem grande preocupação, deixar estar.

Também não deverá importar-se de incorrer na infâmia dos vícios sem os quais lhe seria difícil conservar o estado porque, considerando tudo muito bem, se encontrará alguma coisa que parecerá *virtù* e, sendo praticada, levaria à ruína; enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança e bem-estar.

Da Liberalidade e da Parcimônia

Assim, começando pelas primeiras das qualidades anteriormente citadas, afirmo que seria bom ser considerado liberal. No entanto, a liberalidade usada de maneira ostensiva te prejudica, mas usada com *virtù*, como deve ser, não se torna notória e não te livra da infâmia de ser tido como o contrário. Contudo, desejando manter diante dos homens a reputação de liberal, precisará não dispensar nenhuma espécie de suntuosidade, de tal modo que, nessas condições, um príncipe sempre gastará nessas obras todas as suas disponibilidades, necessitando ao fim, se quiser manter o conceito de liberal, onerar violentamente o povo, ser cruel nos impostos e fazer tudo o que for necessário para obter dinheiro. Isto começará a torná-lo odioso diante dos súditos e malquisto por todos, tornando-se pobre; assim, tendo com sua liberalidade ofendido a muitos e premiado a poucos, será atingido pelo primeiro revés e abalado pelo primeiro perigo que surgir. E, se tomar conhecimento disto e quiser voltar atrás, logo incorrerá na fama de miserável¹.

Logo, não podendo um príncipe usar da *virtù* da liberalidade sem prejuízo próprio e sem danos, de forma que seja divulgada, deverá, se for prudente, não se preo-

cupar com a fama de miserável, porque com o tempo será considerado cada vez mais liberal, ao verem que, graças à sua parcimônia, suas receitas lhe bastam, que pode defender-se dos que lhe movem guerra e realizar seus empreendimentos sem onerar o povo. Assim, usará de liberalidade para com todos de quem nada tira, que são inúmeros, e de sovínice para com aqueles a quem não dá coisa alguma, e que são poucos. Em nossos tempos, só temos visto fazerem grande coisa os que têm sido considerados avarentos; os outros se arruinam. O papa Júlio II, tendo se servido da fama de liberal para alcançar o papado, não pensou depois em manter este conceito, para poder fazer guerras. O atual rei de França² fez tantas guerras sem exigir nenhum imposto extraordinário do seu povo, somente porque administrou as despesas supérfluas com grande parcimônia. E o atual rei de Espanha³, se fosse tido como pródigo, não teria conseguido vencer tantas empresas.

Portanto, para não ter de roubar os súditos, poder defender-se e para não ficar pobre e desprezível, e para não ser obrigado a se tornar rapace, um príncipe deve temer pouco incorrer na fama de miserável, porque este é um dos vícios que lhe permitem governar. Se alguém disser que César alcançou o império por meio da liberalidade, e muitos outros atingiram posições elevadíssimas por terem sido e por serem considerados liberais, eu respondo: ou já és um príncipe ou estás em vias de tornar-te um príncipe. No primeiro caso, essa liberalidade é danosa; no segundo, é muito necessário ser considerado liberal. César era um dos que pretendiam chegar ao principado em Roma; mas, se tivesse sobrevivido depois de consegui-lo e não fosse moderado nos gastos, teria des-

truído aquele império. Se alguém replicar: inúmeros príncipes fizeram coisas grandiosas com as armas e foram considerados muito pródigos, responderei: ou o príncipe gasta do que é seu e de seus súditos ou gasta do que é dos outros; no primeiro caso, deve ser parcimonioso, no outro, não deve deixar de lado nenhum indício de liberalidade. O príncipe que parte com os exércitos, que se enche de presas, de saques e de reféns e manipula o que é dos outros, precisa desta liberalidade, caso contrário não seria seguido pelos soldados. Com o que não é teu nem dos teus súditos, podes ser mais pródigo, como Ciro, César e Alexandre, pois gastar o que pertence aos outros não diminui a tua reputação, e sim a aumenta: só te é prejudicial gastar o que é teu. Não há coisa alguma que mais se consuma a si mesma do que a liberalidade, cujo uso te leva a perder a faculdade de usá-la, tornando-te ou pobre e desprezível, ou rapace e odioso, se quiseres fugir à pobreza. Dentre todas as coisas de que um príncipe deve guardar-se, a primeira é ser desprezível e odioso; a liberalidade conduz a uma ou outra coisa. Portanto, é mais sábio ficar com a fama de miserável, que gera uma infâmia sem ódio, do que, por desejar o renome de liberal, precisar incorrer na fama de rapace, que gera um infâmia com ódio.

***Da Crueldade e da Piedade e se É
Melhor Ser Amado que Temido ou
Melhor Ser Temido que Amado***

Continuando com as demais qualidades antes mencionadas, digo que todo príncipe deve desejar ser considerado piedoso e não cruel; entretanto, devo adverti-lo para não usar mal esta piedade. Cesare Borgia era tido como cruel; no entanto, com sua crueldade reergueu a Romanha¹, reunificou-a e restituiu-lhe a paz e a lealdade, o que, bem considerado, evidenciará que ele foi muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para evitar a fama de cruel, permitiu a destruição de Pistóia². Um príncipe deverá portanto não se preocupar com a fama de cruel se desejar manter seus súditos unidos e obedientes. Dando os pouquíssimos exemplos necessários, será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam evoluir as desordens, das quais resultam assassinios e rapinas; porque estes costumam prejudicar uma universalidade³ inteira de cidadãos, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular. Dentre todos os príncipes, particularmente ao príncipe novo é impossível escapar à fama de cruel, por serem os novos estados repletos de perigos. Virgílio disse, pela voz de Dido⁴:

*“Res dura, et regninoventas me talia cogunt
Moliri, et late fines custode tueri.”*

Contudo, o príncipe deve ser ponderado em seu pensamento e ação, não ter medo de si mesmo e proceder de forma equilibrada, com prudência e humanidade, para que a excessiva confiança não o torne incauto, nem a exagerada desconfiança o faça intolerável.

Surge daí uma questão⁵: é melhor ser amado que temido ou o inverso? A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, é muito mais seguro ser temido do que amado, quando se tem de desistir de uma das duas. Isto porque geralmente se pode afirmar o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se. O príncipe que se apóia inteiramente sobre suas palavras, descuidando-se de outras precauções, se arruína, porque as amizades que se obtêm mediante pagamento, e não com a grandeza e nobreza de ânimo, se compram, mas não se possuem, e, no devido tempo, não podem ser usadas. Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona.

Deve contudo o príncipe fazer-se temer de modo que, se não conquistar o amor, pelo menos evitará o

ódio; pois é perfeitamente possível ser temido e não ser odiado ao mesmo tempo, o que conseguirá sempre que se abstenha de se apoderar do patrimônio e das mulheres de seus cidadãos e súditos. Se precisar derramar o sangue de alguém, deverá fazê-lo quando houver justificativa conveniente e causa manifesta. Mas, sobretudo, deverá respeitar o patrimônio alheio, porque os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do patrimônio. Além disso, não faltarão jamais razões para se apropriar de um patrimônio, pois aquele que começa a viver de rapina sempre encontra motivos para se apoderar violentamente do que pertence aos outros; enquanto as razões para matar são, ao contrário, mais raras e terminam mais rapidamente.

Quando, porém, o príncipe está em campanha, no comando de uma infinidade de soldados, não precisa absolutamente se preocupar com a fama de cruel, porque, sem esta fama, jamais se mantém um exército unido e disposto à ação. Entre as admiráveis ações de Aníbal, conta-se que, tendo um exército muito numeroso, composto de homens de todas as nacionalidades que haviam sido levados a combater em terras distantes, não lhes aconteceu jamais dissensão alguma, nem entre eles mesmos, nem entre eles e o príncipe, tanto nos bons como nos maus momentos. Isto só pode ter-se originado da sua desumana crueldade, que, juntamente com suas outras infinitas *virtù*, fizeram-no sempre, aos olhos de seus soldados, venerando e terrível. Sem a crueldade, não lhe bastariam as demais *virtù* para conseguir suas realizações. Os escritores, numa atitude pouco refletida, por um lado admiram este seu comportamento e, por outro, condenam a sua principal causa.

De que Modo Devem os Príncipes Manter a Palavra Dada

Tanto é verdade que suas outras *virtù* não lhe seriam suficientes, que basta tomar o exemplo de Capião, homem raríssimo não somente em sua época, mas também na memória das coisas que se sabem. Quando seus exércitos se revoltaram na Espanha, não foi por outra causa senão sua excessiva clemência, que havia concedido aos seus soldados maior permissividade do que convém à disciplina militar. Este procedimento foi censurado no Senado por Fábio Massimo, que o chamou de corruptor da milícia romana. Os lócrios⁶, que tinham sido destruídos por um subordinado de Capião, não foram vingados por ele, nem foi punida a insolência daquele comandado: tudo isso em decorrência de sua natureza tão complacente. Querendo justificá-lo, alguém⁷ disse que, como ele, havia muitos homens que mais sabiam não errar do que corrigir os erros alheios. Esta natureza teria, com o tempo, deteriorado a fama e a glória de Capião, caso ele tivesse continuado com ela no comando. Mas, subordinando-se à direção do Senado, não só encobriu esta sua característica prejudicial, como também esta lhe acresceu a glória.

Assim, voltando à questão sobre ser temido e amado, concluo que, como os homens amam segundo sua vontade e temem segundo a vontade do príncipe, deve este contar com o que é seu e não com o que é de outros, empenhando-se apenas em evitar o ódio, como dissemos.

Todos reconhecem o quanto é louvável que um príncipe mantenha a palavra empenhada e viva com integridade e não com astúcia¹. Entretanto, por experiência, vê-se, em nossos tempos, que fizeram grandes coisas os príncipes que tiveram em pouca conta a palavra dada e souberam, com astúcia, rever a mente dos homens, superando, enfim, aqueles que se pautaram pela lealdade.

Devemos, pois, saber que existem dois gêneros de combates: um com as leis e outro com a força. O primeiro é próprio ao homem, o segundo é o dos animais. Porém, como freqüentemente o primeiro não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, é necessário ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem. Isto já foi ensinado aos príncipes, em palavras veladas, pelos escritores antigos, que escreveram que Aquiles e muitos outros príncipes antigos haviam sido criados por Quíron, o centauro², que os guardara sob sua disciplina. Ter um preceptor meio animal meio homem não quer dizer outra coisa senão que um príncipe deve saber usar ambas as naturezas e que uma sem a outra não é duradoura.

Visto que um príncipe, se necessário, precisa saber usar bem a natureza animal, deve escolher a raposa e o leão, porque o leão não tem defesa contra os laços, nem a raposa contra os lobos. Precisa, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que fizerem simplesmente a parte do leão não serão bem-sucedidos. Assim, um príncipe prudente não pode, nem deve, guardar a palavra dada, quando isso se torna prejudicial ou quando deixem de existir as razões que o haviam levado a prometer. Se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas, como são maus e não mantêm sua palavra para contigo, não tens também que cumprir a tua. Tampouco faltam ao príncipe razões legítimas para desculpar sua falta de palavra. Sobre isto poderíamos dar infinitos exemplos modernos e mostrar quantos pactos e quantas promessas se tornaram inúteis e vãs por causa da infidelidade dos príncipes. Quem melhor se sai é quem melhor sabe valer-se das qualidades da raposa. Mas é necessário saber disfarçar bem essa natureza e ser grande simulador e dissimulador, pois os homens são tão simples e obedecem tanto às necessidades³ presentes, que o enganador encontrará sempre quem se deixe enganar⁴.

Não quero silenciar sobre um exemplo recente. Alexandre VI⁵ jamais fez ou pensou em outra coisa senão em enganar os homens e sempre encontrou meios para fazê-lo. Nunca existiu homem algum que mostrasse maior eficácia ao afirmar – o que fazia com os maiores juramentos – e ninguém cumpriu menos o que disse. No entanto, sempre conseguiu enganar à vontade, porque conhecia bem este lado do mundo.

A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as qualidades supracitadas, mas é indispensável

parecer tê-las. Aliás, ousarei dizer que, se as tiver e utilizar sempre, serão danosas, enquanto, se parecer tê-las, serão úteis. Assim, debes parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário. É preciso entender que um príncipe, sobretudo um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, sendo-lhe freqüentemente necessário⁶, para manter o poder, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião. Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, como disse acima, não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário.

Logo, deve um príncipe cuidar para que jamais lhe escape da boca qualquer coisa que não contenha as cinco qualidades citadas. Deve parecer, para os que o virem e ouvirem, todo piedade, todo fé, todo integridade, todo humanidade e todo religião. Não há nada mais necessário do que parecer ter esta última qualidade. Os homens, em geral, julgam as coisas mais pelos olhos que com as mãos, porque todos podem ver, mas poucos podem sentir. Todos vêem aquilo que pareces, mas poucos sentem o que és; e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria, que tem, para defendê-la, a majestade do estado. Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide pois o príncipe de vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está

sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiar. Há um príncipe⁷ nos tempos atuais, cujo nome não convém citar, que não prega outra coisa senão a paz e a lealdade, sendo porém inimigo de ambas; e tanto uma como outra, se as tivesse observado, lhe teriam mais de uma vez tirado a reputação e o estado.

CAPÍTULO XIX

***Como se Deve Evitar Ser
Desprezado e Odiado***

Tendo recorrido sobre as qualidades mais importantes entre as enunciadas anteriormente, das outras quero falar brevemente sobre a generalidade, em parte já mencionada, de que um príncipe deve procurar evitar as coisas que o tornam odioso e desprezível, com o que terá cumprido a sua parte e não correrá perigo algum de outras infâmias. Como afirmei antes, torna-o odioso, sobretudo, ser rapace e usurpador das coisas e das mulheres dos súditos, do que se deve abster, pois os homens em geral vivem contentes enquanto deles não se toma o patrimônio nem a honra, restando ao príncipe apenas ter que combater a ambição de uns poucos, a qual pode ser refreada de muitas maneiras e com facilidade. Torna-o desprezível ser tido como inconstante, leviano, efeminado, pusilânime e irresoluto, coisas que um príncipe deve evitar como os escolhos, devendo empenhar-se para que, em suas ações, se reconheça grandeza, ânimo, ponderação e energia. Em sua atuação junto às intrigas privadas dos súditos, deve firmar suas decisões como irrevogáveis e manter sua posição de modo que ninguém pense em enganá-lo nem fazê-lo mudar de opinião.

O príncipe que infunde esta idéia de si mesmo é altamente reputado e dificilmente se conspira contra as pessoas bem reputadas, como também dificilmente é atacado, visto que todos sabem ser ele estimado e reverenciado pelos seus. Um príncipe deve ter dois receios: um interno, por conta de seus súditos; e outro externo, por conta das potências estrangeiras. O meio de se defender destas são as boas armas e os bons amigos, e sempre que tiver boas armas terá também bons amigos. As coisas internas sempre continuarão firmes enquanto permanecerem firmes as coisas externas, salvo se já estiverem perturbadas por alguma conspiração. Mesmo que ocorram agitações externas, se o príncipe for organizado, vivendo conforme descrevi, e não se entregar, sempre resistirá a qualquer ataque, como fez Nábis¹, o espartano. Quanto aos súditos, mesmo que não haja perturbações exteriores, deve-se sempre zelar para que não conspirarem, o que o príncipe pode garantir evitando ser odiado ou desprezado e mantendo o povo contente com ele, o que lhe é indispensável conseguir tal como mostrei longamente acima. Um dos mais poderosos instrumentos de que dispõe um príncipe contra as conspirações é não ser odiado pela universalidade, visto que o conspirador sempre acredita poder satisfazer o povo com a morte do príncipe; mas quando crê, ao contrário, desagradá-lo, desanima de tomar esse caminho, porque as dificuldades serão infinitas. Por experiência, vê-se terem sido muitas as conspirações, mas poucas as bem-sucedidas, porque quem conspira não pode agir sozinho, nem buscar aliança senão com quem julga descontente. De repente, um descontente a quem se tenha revelado as disposições poderá encontrar nelas matéria para locu-

pletar-se, pois manifestamente pode esperar todas as vantagens de suas revelações, de modo que, avaliando o ganho certo por esse lado e, por outro lado, vendo-o dúbio e cheio de perigos, será preciso que seja ou um amigo excepcional ou um completo e obstinado inimigo do príncipe para que mantenha a palavra. Resumindo em breves termos, digo que, da parte do conspirador, só existem o medo, a inveja e o temor da punição que o aterrorizam; enquanto, para defender o príncipe, há a majestade do principado, as leis, a proteção dos amigos e do estado, de forma que, com todas essas coisas somadas à estima popular, é impossível que alguém seja tão temerário a ponto de conspirar contra ele. Porque, normalmente, aquilo que um conspirador tem a temer antes da execução do mal deve temer mais ainda após o delito, se tiver por inimigo o povo e não puder, por isso, esperar refúgio algum.

Há inúmeros exemplos desse assunto, mas me limitarei a apresentar um do tempo de nossos pais. *Messer Annibale Bentivoglio*², avô do atual *messer Annibale*, era príncipe em Bolonha e foi assassinado pelos *Canneschi*, que conspiravam contra ele, não deixando nenhum descendente exceto *messer Giovanni*, ainda de colo. Imediatamente após o homicídio, o povo reagiu e assassinou todos os *Canneschi*, em razão da estima popular de que desfrutavam os Bentivoglio naquele tempo. Era tamanha essa estima que, não restando em Bolonha pessoa alguma da família que pudesse governar o estado depois da morte de Annibale, e havendo indícios de que em Florença vivia um descendente dos Bentivoglio³, que até então se supunha ser filho de um ferreiro, vieram os bolonheses buscá-lo em Florença para lhe entregar o

governo daquela cidade, que foi governada por ele até que *messer* Giovanni chegasse à idade apropriada ao governo.

Concluo, portanto, que um príncipe deve ter em pouca conta as conspirações enquanto o povo lhe for favorável, mas, quando este se tornar seu inimigo ou lhe tiver ódio, deverá temer todas as coisas e todo mundo. Os estados organizados e os príncipes sábios têm aplicado toda diligência tanto em não exasperar os grandes como em satisfazer o povo e fazê-lo contente, porque esta é uma das principais funções que cabem a um príncipe.

Dentre os reinos bem governados e bem organizados de nossos tempos, conta-se a França, onde se encontram inúmeras instituições boas, das quais depende a liberdade e a segurança do rei. A principal delas é o parlamento⁴ e sua autoridade, pois quem organizou aquele reino, conhecendo as ambições e a insolência dos poderosos, e por um lado julgando necessário pôr-lhes um freio para corrigi-los e, por outro lado, conhecendo o ódio da universalidade contra os grandes devido ao medo que esses lhe inspiravam, e pretendendo protegê-la, não quis que essa preocupação específica recaísse sobre o rei, a fim de poupá-lo de ser acusado pelos grandes de proteger o povo e de ser acusado pelo povo de favorecer os grandes. Por isso, instituiu um terceiro juiz com a função de controlar os grandes e favorecer os pequenos sem comprometer o rei. Não poderia esta instituição ser melhor nem mais prudente, sendo ela a maior razão da segurança do rei e do reino. Daí se pode extrair uma outra observação: a de que os príncipes devem fazer os outros⁵ aplicarem as punições e eles próprios concederem as graças.

Novamente concluo que um príncipe deve valorizar os grandes mas não se fazer odiar pelo povo.

Considerando a vida e a morte de alguns imperadores romanos⁶, poder-se-ia ter a impressão de que representassem exemplos contrários a esta minha opinião, visto que alguns, não obstante terem sempre vivido exemplarmente e mostrado grande força de ânimo, perderam o império e até foram assassinados por pessoas próximas que os traíram. No entanto, a fim de responder a estas objeções, discutirei as qualidades de alguns imperadores, mostrando as razões de sua ruína, que não contradizem as que apontei. Também examinarei as coisas que parecem notáveis a quem lê os fatos daqueles tempos, restringindo-se aos imperadores que governaram a partir de Marco, o filósofo, até Massimino, ou seja: Marco; Cômodo, seu filho; Pertinax; Giuliano; Severo; Antonino Caracalla, seu filho; Macrino; Heliogábalos; Alexandre e Massimino. Em primeiro lugar, é preciso notar que, enquanto nos demais principados basta lutar contra a ambição dos grandes e a insolência do povo, os imperadores romanos tinham uma terceira dificuldade a enfrentar: a crueldade e a ganância dos soldados. Isto era tão difícil que se constituiu na razão da ruína de muitos, sendo difícil satisfazer simultaneamente os soldados e o povo, porque o povo amava a tranquilidade e por isso amava os príncipes moderados enquanto os soldados amavam o príncipe de índole militar e que fosse insolente, cruel e rapace, coisas que queriam que ele utilizasse contra o povo, para poderem ter o soldo dobrado e desafogarem sua avareza e crueldade. Estas coisas fizeram com que aqueles imperadores que, por natureza ou por arte, não tinham reputação suficiente para manter um e outro sob controle, se

arruinassem. A maioria deles, sobretudo os novos que ascendiam ao principado, sentindo a dificuldade desses dois humores, preferia satisfazer os soldados, não se importando de injuriar o povo. Tal decisão era necessária porque, não podendo os príncipes deixar de ser odiados por alguém, devem, em princípio, esforçar-se para não serem odiados pela comunidade⁷ e, quando não o conseguem, devem se empenhar com todo engenho para evitar o ódio das comunidades mais poderosas. Assim, os imperadores que, por serem novos, tinham necessidade de favores extraordinários inclinavam-se mais para os soldados que para o povo, o que lhes resultava útil ou não, conforme soubessem ou não manter sua reputação livre diante deles. Por esses motivos é que Marco⁸, Pertinax⁹ e Alexandre¹⁰, todos de vida modesta, amantes da justiça e inimigos da crueldade, humanos e benevolentes, tiveram todos, com exceção de Marco, um triste fim. Somente Marco viveu e morreu honradíssimo, porque chegara ao poder *jure hereditario*¹¹, sem precisar ser reconhecido nem pelos soldados nem pelo povo. Além disso, sendo portador de muitas *virtù* que o tornavam venerando, manteve sempre, enquanto viveu, ambas as partes dentro de seus limites, jamais tendo sido odiado nem desprezado. Pertinax, porém, feito imperador contra a vontade dos soldados, que se haviam habituado a viver desregradamente sob o governo de Cômodo e não podiam suportar aquela vida honesta à qual Pertinax pretendia convertê-los, atraiu seu ódio, e este ódio, somado ao desprezo por ele ser velho, arruinou desde o início a sua administração.

Aqui se deve notar que o ódio é provocado tanto pelas boas quanto pelas más ações. No entanto, como

disse acima, se um príncipe quiser manter-se no poder, freqüentemente será forçado a não ser bom, pois quando é corrupta aquela comunidade – seja ela o povo, os soldados ou os grandes – da qual julgues ter necessidade para conservar-te no poder, convém-te atender ao seu humor para satisfazê-la, e então as boas obras poderão te ser prejudiciais. Mas voltando a Alexandre: ele foi de tamanha bondade que, entre outros louvores que lhe são atribuídos, conta-se que, durante seus quatorze anos de governo, jamais se executou alguém sem processo. Contudo, sendo tido como efeminado e homem que se deixava dominar pela mãe, caiu por isso em desprezo; seu exército conspirou contra ele e o massacrrou.

Examinando agora, por outro lado, as qualidades de Cômodo, de Severo, de Antonino Caracalla e de Massimino, veremos que foram muito cruéis e rapaces e, para satisfazer aos soldados, não pouparam nenhum tipo de injúria que pudessem cometer contra o povo. Todos, exceto Severo¹², tiveram um triste fim: Severo tinha tanta *virtù* que, conservando a amizade dos soldados, pôde sempre reinar com tranqüilidade, ainda que taxando o povo de impostos, porque sua *virtù* o tornava tão admirável no conceito dos soldados e do povo, que este permanecia atônito e estupefato, e aqueles, reverentes e satisfeitos.

Como suas façanhas foram grandes e notáveis para um príncipe novo, quero mostrar brevemente de que forma soube representar bem o papel de raposa e de leão, cuja natureza, como disse acima, um príncipe deve saber imitar. Conhecendo Severo a indolência do imperador Juliano¹³, persuadiu o seu exército sediado na Eslavônia da necessidade de ir a Roma vingar a morte de

Pertinax, morto pelos soldados pretorianos. Com esse pretexto e sem mostrar que aspirava ao governo, deslocou seu exército contra Roma, chegando à Itália antes mesmo que se soubesse de sua partida. Entrando em Roma, foi eleito Imperador pelo Senado intimidado e Juliano foi morto. Depois desse início, restavam a Severo dois obstáculos até se apossar de todo o estado: um na Ásia, onde Pescênio Negro¹⁴, chefe dos exércitos asiáticos, se havia proclamado imperador, e outro no ocidente, onde estava Albino¹⁵, que também pretendia o Império. Considerando perigoso demonstrar inimizade a ambos, deliberou atacar Negro e enganar Albino. Escreveu a este último que, tendo sido eleito Imperador pelo Senado, desejava partilhar com ele esta dignidade; enviou-lhe o título de César e, por deliberação do Senado, tomou-o como colega, coisas que Albino aceitou como verdadeiras. Mas, depois que Severo venceu e matou Negro, e consolidou sua situação no oriente, retornou a Roma, queixando-se ao Senado de que Albino, mal reconhecido pelos benefícios que dele havia recebido, tinha dolosamente procurado assassiná-lo e, por este motivo, fazia-se necessário punir sua ingratidão. Foi, em seguida, à sua procura na França, onde lhe tirou o estado e a vida.

Logo, quem examinar minuciosamente seus atos reconhecerá nele um ferocíssimo leão e uma astutíssima raposa; e verá que foi temido e reverenciado por todos e não odiado pelo exército, não sendo surpresa que ele, de origem modesta, tenha conseguido conquistar tamanho império, porque sua altíssima reputação sempre o protegeu contra o ódio que sua rapacidade poderia ter acendido no povo.

Mas Antonino¹⁶, seu filho, tinha também excelentes qualidades que o tornavam maravilhoso no conceito do povo e grato aos soldados. Era um militar muito resistente a qualquer fadiga, que desprezava os pratos delicados e todos os demais confortos, o que o tornava amado por todo o exército, apesar de sua ferocidade e crueldade serem tantas e tão inauditas que, depois de cometer inúmeros assassinatos isolados e eliminar grande parte do povo de Roma e todo o povo de Alexandria, tornou-se odiado por todos. Começou a ser temido inclusive por aqueles que mantinha perto de si, a ponto de ser assassinado por um centurião no meio do seu exército. Daí se deve ressaltar que mortes como estas, decorrentes da decisão de um espírito obstinado, são inevitáveis aos príncipes, pois qualquer um que não se importe de morrer poderá atacá-lo; porém, não deve o príncipe receá-las demais, visto serem raríssimas. Deve apenas procurar não cometer nenhuma injúria grave a alguém que o sirva de perto no principado, como fez Antonino, que mandara matar injustamente um irmão daquele centurião e ainda diariamente o ameaçava, embora mantendo-o em seu corpo de guardiães, o que constituía uma atitude temerária e fadada a arruiná-lo, como de fato aconteceu.

Mas passemos a Cômodo¹⁷, para quem, sendo filho de Marco, havia grande facilidade de manter o império, pois o recebeu *jure hereditario*. Bastar-lhe-ia ter seguido as pegadas do pai para contentar o povo e os soldados. Sendo, porém, de espírito cruel e bestial, privilegiou os exércitos e os tornou desregrados a fim de poder utilizar sua rapacidade contra o povo. Por outro lado, não conservando a sua dignidade e, freqüentemente, descendo às arenas para lutar contra os gladiadores e mais outras

coisas indigníssimas da majestade imperial, tornou-se desprezível aos olhos dos soldados. Assim, sendo odiado por uma das partes e desprezado pela outra, foi alvo de uma conspiração e assassinado.

Resta-nos descrever as qualidades de Massimino¹⁸. Este foi um homem muito belicoso. Estando os exércitos aborrecidos com a passividade de Alexandre, sobre o qual discorri acima, com a morte deste, elegeram Massimino imperador. Não se manteve, porém, por muito tempo no poder, devido a duas coisas que o fizeram odioso e desprezado: uma, ser de baixa extração, por já ter apascentado ovelhas na Trácia (fato conhecido por todos e que lhe trazia grande desdém no conceito geral); e outra porque, além de no início de seu principado ter adiado sua ida a Roma para tomar posse do trono imperial, dera anteriormente de si uma imagem crudelíssima, tendo, por meio de seus prepostos em Roma e em todas as partes do Império, praticado inúmeras crueldades. Assim, movidos todos pelo desprezo por sua origem vil e mais o ódio pelo medo à sua ferocidade, rebelou-se primeiro a África e depois o Senado juntamente com todo o povo de Roma, conspirando toda a Itália contra ele. Ao que se somou o seu próprio exército que, sitiando Aquiléia e encontrando dificuldades para expugná-la, enraiveceu-se contra sua crueldade e, vendo tantos inimigos que o temiam cada vez menos, o assassinou.

Não quero discutir nem Heliogábalo¹⁹, nem Macrino²⁰, nem Juliano²¹, os quais, por serem desprezíveis em tudo, logo desapareceram, mas passarei imediatamente à conclusão deste discurso. Acredito que os príncipes atuais têm em seu governo menor dificuldade em satisfazer os seus soldados, porque, não obstante precisarem manter

certa consideração para com eles, rapidamente se resolve a situação, pois nenhum desses príncipes tem exércitos que se tenham desenvolvido juntamente com o governo e com a administração das províncias, como acontecia com os exércitos do Império romano. No entanto, se naquela época era necessário satisfazer mais aos exércitos do que ao povo, a razão é que os soldados eram mais poderosos do que o povo; enquanto agora se faz mais necessário a todos os príncipes, exceto ao grão-turco e ao sultão²², satisfazerem antes o povo do que os soldados, porque o povo é quem tem mais poder. Exceto o grão-turco, que tem sempre em torno de si doze mil infantes²³ e quinze mil cavaleiros, dos quais depende a segurança e o poderio de seu reino, sendo por isso necessário, independente de qualquer outro aspecto, que aquele senhor os mantenha amigos. Similarmente, excetuo o sultão: estando o seu reino inteiramente em mãos dos soldados, também ele precisa conservar sua amizade sem preocupar-se com o povo. É preciso notar que o estado do sultão é distinto de todos os demais principados, sendo semelhante ao pontificado cristão²⁴, que não se pode denominar principado hereditário nem principado novo, pois não são os filhos do príncipe antigo que o herdaram e se tornam seu senhor, mas alguém eleito para este posto pelos que têm autoridade para isso. Sendo esta uma instituição antiga, não se pode chamá-la de principado novo, pois nele não existem algumas das dificuldades que há nos novos: embora o príncipe seja novo, as instituições do estado são antigas e ordenadas de modo a recebê-lo como se fosse seu senhor hereditário.

Mas voltemos ao nosso assunto. Considerando-se a explanação acima, vê-se que o ódio e o desprezo foram

a razão da ruína dos imperadores citados; compreende-se também o motivo por que, procedendo uma parte deles de um modo e outra parte de modo inverso, alguns deles tiveram um fim feliz e outros um fim infeliz. Compreende-se também por que, para Pertinax e Alexandre, sendo príncipes novos, foi inútil e danoso querer imitar Marco, que estava no principado *jure hereditario*; da mesma forma, por que a Caracalla, Cômodo e Massimino foi pernicioso imitarem Severo, por não terem *virtù* suficiente para reproduzir suas pegadas. Portanto, um príncipe novo, em um principado novo, não pode imitar as ações de Marco, nem lhe é necessário seguir as de Severo, mas deve tomar de Severo aqueles aspectos que lhe sejam necessários para fundar o seu estado e de Marco os que forem convenientes para conservar com glória um estado que já esteja estabilizado e seguro.

Se as Fortalezas e Muitas Outras Coisas que os Príncipes Fazem Diariamente São Úteis ou Não

Para manter com segurança o seu estado, alguns príncipes desarmaram seus súditos, outros mantiveram os territórios divididos¹, alguns fomentaram inimizades contra si mesmos, outros procuraram conquistar os que lhes pareciam suspeitos no início de seu governo, alguns construíram fortalezas, outros as arruinaram e destruíram. No entanto, ainda que todas essas coisas não possam ser julgadas em definitivo sem se conhecerem as particularidades dos estados onde for necessário tomar tais decisões, falarei delas de maneira genérica, como requer o assunto.

Jamais existiu um príncipe novo que desarmasse os seus súditos; pelo contrário, encontrando-os desarmados, sempre os arma, porque, ao lhes dar armas, estas armas tornam-se tuas; tornam-se fiéis os que te eram suspeitos, conservam-se leais os que já o eram e transformam-se os súditos em teus partidários. Como não se podem armar todos os súditos, ao beneficiar alguns com tuas armas, podes estar mais seguro diante dos demais. A diversidade de tratamento em relação aos primeiros torna-os reconhecidos a ti e os demais te desculpam, julgando necessário ter maiores privilégios quem enfrentou

maiores perigos e tem mais obrigações. Mas, quando os desarmas, começa a ofendê-los, mostrando desconfiar deles por vileza ou má-fé², e uma ou outra dessas opiniões faz com que se acenda o ódio contra ti. Como não podes ficar desarmado, precisas valer-te dos exércitos mercenários, que são do tipo que descrevi acima; e, mesmo que fossem bons, não o seriam suficientemente para defender-te dos inimigos poderosos e dos súditos suspeitos. Por isso, como afirmei, um príncipe novo, em um principado novo, sempre cria exércitos; as histórias estão repletas de exemplos disso.

Quando um príncipe, porém, conquista um estado novo, que é anexado ao seu estado antigo, faz-se necessário desarmar aquele estado, exceto os que te apoiaram na conquista; mesmo estes, com o tempo e ocasião, será preciso torná-los fracos e efeminados, de modo que todos os exércitos naquele estado inteiro sejam compostos dos teus próprios soldados, que viviam próximos de ti no teu estado antigo.

Costumavam os nossos antepassados e os que eram considerados sábios dizer que era necessário manter Pistóia com as lutas de facções e Pisa com as fortalezas. Por isso, suas cidades alimentavam os conflitos entre suas cidades súditas, para dominá-las mais facilmente. Nos tempos em que a Itália era de certo modo equilibrada³, este devia ser um bom meio, mas não acredito que atualmente se possa fazer disso uma norma, porque não creio que as divisões tragam jamais algum bem. Aliás, quando o inimigo se aproxima, as cidades divididas costumam render-se logo, porque sempre a parte mais fraca se alia às forças externas e a outra não pode governar.

Movidos – como creio – pelas razões acima, os venezianos favoreciam os partidos guelfos e guibelinos em suas cidades súditas. Ainda que não as deixassem jamais chegar ao derramamento de sangue, alimentavam os conflitos entre elas a fim de que, ocupados com suas diferenças, seus cidadãos não se unissem contra eles. O que, como se viu mais tarde, não atendeu a seu propósito, pois, sendo derrotados em Vailà⁴, logó uma parte delas animou-se e lhes tomou tudo. Demonstraram tais políticas, portanto, a fraqueza do príncipe, pois num principado poderoso não se permitem jamais tais divisões, já que são proveitosas apenas em tempos de paz, podendo-se, por meio delas, manipular mais facilmente os súditos; mas, quando vem a guerra, esta política mostra a sua falácia.

Sem dúvida, os príncipes se tornam grandes quando superam as dificuldades e oposições que lhes são feitas. Por isso a fortuna – sobretudo quando quer enaltecer um príncipe novo, que tem maior necessidade de elevar sua reputação do que um príncipe hereditário – cria-lhe inimigos e movimentos de oposição para que ele tenha oportunidade de superá-los e possa, por meio da escada colocada por seus inimigos, subir mais alto. Muitos acreditam que um príncipe sábio deva, apresentando-se a ocasião, fomentar com astúcia algumas inimizades, para que, vencendo-as, obtenha conseqüentemente maior grandeza.

Têm os príncipes, e sobretudo os novos, encontrado maior fidelidade e serventia nos homens que ao início de seu principado lhes eram suspeitos do que naqueles que no começo lhes inspiravam confiança. Pandolfo Petrucci⁵, príncipe de Siena, governou seu estado mais com

aqueles que lhe haviam parecido suspeitos do que com os outros. Desse assunto, porém, não se pode falar mais amplamente porque varia segundo o sujeito⁶. Direi apenas que com grande facilidade o príncipe poderá conquistar os homens que, no começo de um principado, são considerados inimigos e que, para se manterem, precisam de apoio. Forçosamente terão eles que servi-lo com lealdade, uma vez que sabem que lhes é mais necessário ainda, em seu caso, apagar com atos a opinião adversa que se tinha deles. Assim, o príncipe sempre obterá maior proveito deles que daqueles que, servindo-lhe com excessiva segurança, negligenciam os interesses do príncipe.

Uma vez que a matéria o requer, não vou deixar de lembrar aos príncipes que conquistaram um estado há pouco tempo por meio de favores internos⁷ que analisem bem as razões que motivaram os que os favoreceram. Se estas não representarem uma natural afeição por eles, mas apenas descontentamento com aquele estado, somente com grande esforço e trabalho poderá conservá-los como amigos, pois é quase impossível que um príncipe possa contentá-los. Pensando bem nos exemplos sugeridos pelas coisas antigas e modernas, veremos que isto ocorre porque é muito mais fácil tornar amigos os homens que se contentavam com o estado anterior, embora fossem inimigos do príncipe, do que aqueles que, por estarem descontentes, tornaram-se seus amigos e lhe facilitaram a ocupação.

Tem sido costume dos príncipes, para manter com maior segurança o seu estado, construir fortalezas que sejam o bridão e o freio dos que pretenderem opor-se a eles, além de constituírem um refúgio seguro contra um

ataque repentino. Aprovo este método porque foi usado pelos antigos. Não obstante, em nossos dias, como se viu, *messer Niccolò Vitelli*⁸ mandou demolir duas fortalezas em *Città di Castello* para manter aquele estado. Guido Ubaldo⁹, duque de Urbino, voltando aos seus domínios depois de ter sido expulso por Cesare Borgia, demoliu desde os alicerces todas as fortalezas daquela província, julgando ser mais difícil perder, sem elas, o seu domínio. Os Bentivoglio, de volta a Bolonha, tomaram decisões semelhantes. As fortalezas são, portanto, úteis ou não segundo os tempos: se, por um lado, te são proveitosas, por outro te fazem mal. Pode-se expor este ponto da seguinte maneira: o príncipe que tiver mais medo do povo que dos estrangeiros deverá construir fortalezas; mas o que tiver mais medo de estrangeiros do que do povo deverá deixá-las de lado. O castelo de Milão, edificado por Francesco Sforza, causou e causará mais danos à casa dos Sforza do que qualquer outra desordem naquele estado. Portanto, a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que tenhas fortalezas, se o povo te odiar, elas não te salvarão, pois jamais faltam aos povos sublevados estrangeiros que os auxiliem. Em nossos tempos, não se encontra nenhuma fortaleza que tenha beneficiado algum príncipe, exceto a condessa de Furlì¹⁰, quando morreu seu consorte, o conde Girolamo, pois pôde refugiar-se nela para fugir ao ataque popular e esperar o socorro de Milão para recuperar seu estado. Era um momento em que os estrangeiros não podiam socorrer o povo. Depois disso, porém, valeram-lhe pouco as fortalezas, quando Cesare Borgia¹¹ a atacou e o povo, que era seu inimigo, aliou-se ao forasteiro. Portanto, em qualquer

tempo, teria sido mais seguro para ela não ser odiada pelo povo do que possuir fortalezas. Considerados portanto todos esses aspectos, louvarei quem fizer fortalezas e quem não as fizer também; e reprovarei quem quer que, confiando nas fortalezas, pouco se preocupar por ser odiado pelo povo.

O que Convém a um Príncipe para Ser Estimado

Nada torna um príncipe tão estimado quanto realizar grandes empreendimentos e dar de si raros exemplos. Temos em nossos dias Fernando de Aragão, que se pode chamar quase um príncipe novo, porque, começando como um rei fraco, adquiriu fama e glória de ser o primeiro rei dos cristãos. Considerando-se suas ações, observa-se que todas são grandiosas e algumas até extraordinárias. No início do seu reinado, conquistou Granada¹, feito esse que foi o fundamento de seu estado. Em primeiro lugar, agiu num momento de paz interna e sem temor de ser impedido, mantendo ocupado nessa empresa o ânimo dos barões de Castela, os quais, por pensarem naquela guerra, não pensavam em fazer inovações, enquanto ele conquistava reputação e poder diante deles, que não se advertiam disto. Pôde manter, com o dinheiro da Igreja², dos povos e dos exércitos, durante aquela longa guerra, as suas milícias, assim como consolidá-las, para depois ser honrado por elas. Além disso, para poder realizar maiores feitos, servindo-se sempre da religião, voltou-se para um piedosa crueldade, expulsando e saqueando os marranos³ do seu reino, um exemplo que não podia ser mais miserável⁴ nem

mais raro. Sob este mesmo pretexto, invadiu a África⁵, fez a campanha da Itália⁶ e por fim atacou a França⁷. Assim, sempre realizou e planejou grandes coisas para pasmo e admiração de seus súditos, empolgados com o sucesso final dessas aventuras. Desencadeando uma ação após outra, não deixou intervalo entre elas para que os homens pudessem agir tranquilamente contra ele.

Deve também um príncipe dar exemplos raros de si mesmo na política interna, como os que se contam de *messer* Bernabò⁸ de Milão. Quando acontecer de alguém realizar uma coisa extraordinária, para o bem ou para o mal, na vida civil, deve-se encontrar um modo ou de premiá-lo ou de puni-lo, que seja bastante comentado. Acima de tudo, deve um príncipe procurar dar de si, em cada uma das suas ações, uma imagem de grandiosidade e de excelente engenho.

Um príncipe também é estimado quando é um verdadeiro amigo ou um verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem temor algum, declara-se a favor de um e contra outro. Esse partido é sempre melhor do que se manter neutro, porque, se dois poderosos vizinhos a ti entrarem em guerra, e um deles vencer, das duas uma: ou tens o que temer do vencedor, ou não. Em qualquer dessas alternativas, será sempre mais útil declarar-se e fazer jogo limpo, porque, no primeiro caso, se o príncipe não se manifestar, será sempre presa de quem vencer, para satisfação de quem for vencido, não havendo nada que te proteja, pois o vencedor não vai querer amigos suspeitos que não o ajudaram na adversidade ao passo que o perdedor te rejeitará porque não quiseste, com as armas em punho, partilhar da sua sorte.

Foi Antioco⁹ chamado à Grécia pelos etólios para expulsar os romanos. Enviou então embaixador junto aos aqueus – que eram amigos dos romanos – para persuadi-los à neutralidade, enquanto, por outro lado, os romanos os incitavam a tomar armas. Vindo esta questão a ser deliberada em assembléia dos aqueus, onde o enviado de Antioco tentava persuadi-los a permanecer neutros, disse-lhe o embaixador romano: *“Quod autem isti dicunt non interponendi vos bello, nihil magis alienum rebus vestris est; sine gratia, sine dignitate, praemium victoris eritis.”*¹⁰

Os que não são teus amigos sempre te pedirão neutralidade, enquanto teus amigos te pedirão para tomar armas. Os príncipes irresolutos que, para fugir dos perigos imediatos, seguem o mais das vezes a via da neutralidade, quase sempre se arruinam. Mas, quando te aliares corajosamente a uma das partes, e sair vencedor aquele a quem te associaste, ainda que seja poderoso e fiques em sua dependência, ele terá contraído obrigações e laços de amizade para contigo: os homens não são tão desonestos a ponto de oprimir-te dando tamanho exemplo de ingratidão. Além disso, as vitórias não são tão completas que o vencedor se julgue dispensado de qualquer consideração e sobretudo de qualquer justiça. Porém, se perder aquele que apoiastes, ele te protegerá e te ajudará sempre que puder, consorciando-se a uma fortuna que poderá ressurgir. No segundo caso, quando os que lutam entre si são de sorte a te inspirar temor, tanto maior será a sabedoria de travar alianças porque estarás então contribuindo para a ruína de um, com a ajuda de quem deveria salvá-lo, se fosse sábio¹¹ e que, vencendo, ficará a tua mercê. Além disso, é impossível que, com a tua ajuda, ele não vença.

Deve-se acentuar que um príncipe deve estar atento para não fazer jamais aliança com alguém mais poderoso do que ele, visando a atacar outrem, exceto quando premido pela necessidade, como disse acima, pois, se ele vencer, o príncipe estará preso a ele e príncipes devem evitar ao máximo estar sob dependência de outros. Os venezianos aliaram-se à França contra o duque de Milão¹², quando poderiam ter evitado o pacto de que resultou sua ruína. Não se podendo evitá-lo, porém, como aconteceu aos florentinos¹³ quando o papa e a Espanha uniram seus exércitos para atacar a Lombardia, deve então o príncipe aderir pelas razões citadas. Não se acredite que estado algum possa sempre tomar decisões seguras. Pelo contrário, deve-se sempre levar em conta que as decisões são todas dúbias, pois isto se inscreve na ordem das coisas, e não se consegue jamais escapar de um inconveniente sem recair em outro. Contudo, a prudência consiste em saber reconhecer a natureza dos inconvenientes e tomar os menos maus como satisfatórios.

Deve um príncipe ainda mostrar-se amante da *virtù*, abrigando os homens valorosos e honrando os excelentes em uma arte qualquer. Além disso, deve estimular seus concidadãos a desenvolverem suas atividades, tanto no comércio como na agricultura ou em qualquer outro ramo. Deve fazer com que não temam ornar¹⁴ suas propriedades por receio de que estas lhes sejam tomadas, nem que deixem de abrir negócios com medo dos impostos; mas, ao contrário, deve proporcionar prêmios a quem quiser realizar essas coisas e a qualquer um que intente melhorar sua cidade ou seu estado. Deve, ademais, manter o povo entretido com festas e espetáculos,

nas épocas convenientes do ano. Como toda cidade é dividida em corporações e tribos¹⁵, deve dar atenção a essas coletividades, reunir-se com eles vez por outra, dar de si mesmo um exemplo de humanidade e de munificência, mantendo sempre firme, porém, sua majestade e sua dignidade, porque estas não podem jamais faltar em coisa alguma.

***Dos Secretários que os Príncipes
Mantêm Junto de Si***

Não é de pouca importância, para um príncipe, a escolha de seus ministros, que serão bons ou maus de acordo com sua prudência. A primeira conjectura que se faz a respeito da inteligência de um senhor baseia-se na observação dos homens que tem em torno de si. Se estes forem competentes e fiéis, o príncipe sempre poderá ser reputado sábio, porque soube reconhecê-los como competentes e mantê-los fiéis. Quando, porém, não são assim, sempre se pode fazer mau juízo dele, pois cometeu seu primeiro erro nesta escolha.

Não havia quem conhecesse *messer* Antonio da Venafro¹, ministro de Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, e não julgasse Pandolfo um homem de grande valor por tê-lo como ministro. Há três gêneros de cérebros: um entende por si mesmo, outro discerne aquilo que os outros entendem e o terceiro não entende nem a si nem aos outros. O primeiro é excelentíssimo, o segundo é excelente e o terceiro, inútil. Pandolfo, portanto, necessariamente, se não era do primeiro tipo, deveria ser do segundo, porque, toda vez que alguém tem a clareza de distinguir o bem e o mal que outro faz e diz, ainda que por si mesmo não possa concebê-los, reconhece as

obras más e boas de um ministro, elogiando estas e corrigindo aquelas; com isso o ministro não pode esperar enganá-lo e se conserva bom².

Há um modo infalível pelo qual um príncipe pode conhecer um ministro. Quando vês que um ministro pensa mais em si mesmo do que em ti e, em todas as ações, busca primeiro o seu próprio benefício, jamais será um bom ministro, e nunca poderás confiar nele, pois quem tem em suas mãos o estado de outro não deve jamais pensar em si mesmo, mas no príncipe, nem ocupá-lo com coisas que não lhe digam respeito. Por outro lado, o príncipe, para conservar sua lealdade, deve pensar no ministro, concedendo-lhe honrarias e riquezas, obsequiando-o e compartilhando com ele as honras e funções. Desse modo, o ministro perceberá que não pode passar sem ele; as inúmeras honrarias dispensá-lo-ão de desejar mais outras honrarias; as muitas riquezas de desejar mais riquezas e as múltiplas atribuições o farão rejeitar as mudanças. Portanto, enquanto os ministros agirem assim em relação aos príncipes e estes em relação aos ministros, poderão ambos confiar um no outro; caso contrário, sempre haverá um fim mau para um deles.

Como Evitar os Aduladores

Não quero deixar de abordar um ponto importante e um erro do qual os príncipes dificilmente se defendem, quando não são muito prudentes e não sabem escolher bem. Trata-se dos aduladores, de que as cortes estão repletas, pois os homens se comprazem tanto em suas próprias coisas e de tal modo se iludem, que raramente se defendem desta praga, ou, pretendendo defender-se, correm o risco de se tornarem desprezíveis. Não há outro modo de proteger-se dos aduladores senão fazendo os homens entenderem que não te ofendem ao dizerem a verdade. Se, porém, todos a puderem dizer, te faltarão ao respeito. Deve, portanto, um príncipe prudente conduzir-se de um terceiro modo, escolhendo em seu estado homens sábios e somente a estes concedendo livre arbítrio para lhe dizer a verdade, e apenas sobre as coisas que o príncipe lhes perguntar, mais nada. Deve o príncipe, porém, indagar-lhes sobre todas as coisas, e ouvir a sua opinião, para depois deliberar por si mesmo e a seu modo. Deve, em relação a esses conselhos e a cada um dos seus conselheiros, portar-se de tal modo que todos saibam que, quanto mais livremente se expressarem, tanto mais lhes será o príncipe agradecido; além

deles, não deve ouvir mais ninguém; deve seguir as decisões tomadas e ser obstinado em suas deliberações. Quem age de outro modo é arruinado pelos adulares ou muda constantemente de opinião, do que lhe resulta pouca estima.

A este propósito, quero citar um exemplo moderno. Dom Luca¹, homem de confiança de Maximiliano, o atual imperador², falando de Sua Majestade, disse que ele não se aconselhava com ninguém, mas que também nada fazia a seu modo. Isto porque fazia o contrário do que dissemos acima: sendo o imperador um homem reservado, não comunica suas decisões a ninguém, nem pede opiniões; todavia, como ao colocá-los em prática seus planos começam a se revelar e a se tornar conhecidos, também passam a ser contestados pelos que o cercam. Como ele é um homem fraco, abandona seus projetos, do que resulta que as coisas que faz em um dia desfaz no outro, e nunca se sabe o que quer ou planeja fazer, sendo assim impossível basear-se em suas deliberações.

Um príncipe, portanto, deve sempre procurar conselhos, mas quando ele próprio quer, e não quando os outros querem; pelo contrário, deve desencorajar qualquer um de aconselhá-lo sobre qualquer coisa que ele não tenha perguntado. Deve também perguntar muito e, depois, ouvir pacientemente a verdade sobre as coisas indagadas. Aliás, percebendo que alguém, por temor, a esteja sonhando, deve mostrar seu desagrado. Muitos acreditam que a imagem de prudência que um príncipe dá de si mesmo resulte dos bons conselhos dos que o cercam, mas sem dúvida se enganam, pois a regra geral que não falha jamais é: se um príncipe não for sábio por si mesmo, não poderá ser bem aconselhado, a menos

que a sorte o ponha nas mãos de um só homem muito prudente, que o oriente em tudo. Neste caso, a coisa poderia dar certo, mas duraria pouco, porque aquele orientador em pouco tempo lhe tomaria o estado. Por outro lado, aconselhando-se com vários, um príncipe que não seja sábio não poderá jamais unificar os conselhos, nem saberá por si mesmo integrá-los; cada um dos conselheiros vai agir de acordo com seus interesses, e ele não vai poder saber nem corrigir isso. E não pode ser de outra forma, pois os homens sempre se revelarão maus, se não forem forçados pela necessidade de serem bons. Daí se conclui que os bons conselhos, venham de onde vierem, devem brotar da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe dos bons conselhos.

***Por que Razões os Príncipes da Itália
Perderam seus Estados***

As recomendações anteriores, se observadas prudentemente, farão um príncipe novo parecer antigo e logo o tornarão mais seguro e tranqüilo em seu estado do que se nele já fosse antigo. Isto porque um príncipe novo é muito mais observado em suas ações do que um hereditário e, quando suas virtudes são conhecidas, atrai um número muito maior de súditos e muito maior lealdade do que a antigüidade do sangue. Os homens se ligam muito mais às coisas presentes do que às passadas e quando encontram o bem no presente apreciam-no e não procuram outra coisa; tomarão, até, a defesa do príncipe em qualquer circunstância, enquanto ele desempenhar bem o seu papel. Assim, terá o príncipe glória dobrada: a de ter fundado um principado novo e a de tê-lo ornado e consolidado com boas leis, boas armas e bons exemplos; como também terão vergonha em dobro os que, tendo nascido príncipes, perderem seu reino devido à pouca prudência.

Considerando aqueles senhores que, na Itália, em nossos tempos¹ perderam seus estados – como o rei de Nápoles², o duque de Milão³ e outros –, encontraremos neles, primeiro, um erro comum quanto aos exércitos,

pelas razões longamente discutidas atrás. E, depois, veremos que alguns dentre eles ou tiveram o povo como inimigo ou, mesmo contando com a amizade do povo, não souberam conter os grandes. Sem esses defeitos, não se perdem os estados, quando se tem tanta força a ponto de poder manter um exército em campanha. Filipe da Macedônia⁴, não o pai de Alexandre, mas o que foi derrotado por Tito Quinto, não tinha um grande estado, comparado à grandeza de Roma e da Grécia que o atacaram. Entretanto, sendo um militar que sabia agradar ao povo e conter os grandes, sustentou por muitos anos a guerra contra aqueles e, se ao final perdeu o domínio de algumas cidades, conseguiu conservar o reino.

Portanto, aqueles nossos príncipes que tiveram por muitos anos o seu principado, que não acusem a fortuna por tê-lo perdido, mas a sua própria indolência por não terem jamais, em épocas de paz, pensado que os tempos poderiam mudar (é um defeito comum entre os homens não levar em conta a tempestade, durante a bonança). Quando chegam os tempos adversos, pensam em fugir e não em defender-se, esperando que o povo, cansado da insolência dos vencedores, os chame de volta. Este caminho, à falta de outros, é bom; porém é muito mau ter abandonado outras soluções para adotar esta, porque não debes jamais querer cair por acreditar que encontrarás alguém para te reerguer, coisa que ou não acontece ou, quando acontece, não contribui para a tua segurança, pois esta defesa é vil e não depende de ti. Certamente, as defesas só são boas, seguras e duráveis quando dependem de ti mesmo e de tua *virtù*.

De Quanto Pode a Fortuna nas Coisas Humanas e de que Modo se Pode Resistir-lhe

Não ignoro que muitos foram e são de opinião de que as coisas desse mundo são governadas pela fortuna e por Deus, e que os homens prudentes não se lhes podem opor, e até não têm remédio algum contra elas. Por isso, poder-se-ia julgar que não devemos incomodar-nos demais com as coisas, mas deixar-nos governar pela sorte. Esta opinião tem-se reforçado em nossos dias devido às grandes variações que foram e são vistas todos os dias, além de qualquer conjectura humana. Pensando nisto, às vezes me sinto um tanto inclinado a esta opinião: entretanto, já que o nosso livre-arbítrio não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase. Comparo a sorte a um desses rios impetuosos que, quando se irritam, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas, arrastam terras de um lado para levar a outro: todos fogem deles, mas cedem ao seu ímpeto, sem poder detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que, quando a cheia se repetir, ou o rio flua por um canal, ou sua força se

torne menos livre e danosa. O mesmo acontece com a fortuna, que demonstra a sua força onde não encontra uma *virtù* ordenada, pronta para lhe resistir e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para contê-la. Se considerares a Itália, que é sede e origem dessas alterações, verás que ela é um campo sem diques e sem qualquer defesa; caso ela fosse convenientemente ordenada pela *virtù*, como a Alemanha, a Espanha e a França, ou esta cheia não teria causado as grandes variações que ocorrem, ou estas sequer teriam acontecido.

Com isso, julgo ter dito o suficiente sobre como opor-se à fortuna de um modo geral. Mas, restringindo-me aos aspectos mais particulares, digo que hoje se vê que um príncipe tem sucesso e amanhã fracassa sem ter mudado sua natureza ou qualidade. Creio que isto se deva, antes de tudo, às razões longamente discutidas atrás, isto é, que um príncipe que se apóia exclusivamente sobre a fortuna se arruína quando ela varia. Creio ainda que é feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as exigências do tempo e, similarmente, que são infelizes aqueles que, pelo seu modo de agir, estão em desacordo com os tempos. Pois se pode ver que os homens, no que diz respeito aos caminhos que os conduzem aos fins que perseguem, isto é, glória e riquezas, agem de maneira diversa: um com timidez, outro com impetuosidade; um com violência, outro com arte; um com paciência, outro com o contrário; e cada qual, por meio desses vários modos, poderá alcançar sucesso. Por outro lado, vê-se que, de dois tímidos, um chega ao seu objetivo e outro, não; que dois homens bem-sucedidos adotaram dois modos de agir diferentes,

sendo um tímido e outro impetuoso. O que não decorre por outra razão que não a natureza dos tempos, que se adequam ou não ao proceder. Daí resulta o que afirmei: que duas pessoas, agindo diversamente, alcançam o mesmo resultado; enquanto outras duas, agindo da mesma forma, atingem resultados opostos. Disto também depende a maior ou menor prosperidade, porque, se um príncipe se conduz com prudência e paciência, e os tempos e as coisas contribuem para que seu governo seja bom, será bem-sucedido; mas, se mudarem os tempos e as coisas e ele não mudar o seu modo de proceder, então se arruinará. Não há homem suficientemente prudente que saiba acomodar-se a isto, ou porque não consegue desviar-se da linha para onde se inclina sua natureza, ou porque, tendo sempre prosperado trilhando um certo caminho, não pode admitir que se deva afastar dele. Por isso, o homem tímido, quando chega o momento de agir impetuosamente, não sabe como fazê-lo e, por isso, se arruína, pois, se mudasse de natureza de acordo com os tempos e com as coisas, não mudaria de fortuna.

O papa Júlio II procedeu em tudo impetuosamente, mas, como sempre encontrou os tempos e as coisas conformes a seu modo de agir, sempre alcançou um final feliz. Consideremos o seu primeiro empreendimento, o de Bolonha¹, quando ainda vivia *messer* Giovanni Bentivoglio. Os venezianos não aprovavam a sua ação; o rei de Espanha também; com a França, estava em conversações sobre esse projeto. Entretanto, com sua coragem e energia, conduziu pessoalmente aquela expedição. E uma vez iniciada deixou atônitos e estáticos a Espanha e os venezianos, estes por medo e aquela pelo desejo que

tinha de recuperar todo o reino de Nápoles. Por outro lado, o rei de França lançou-se imediatamente à ação, porque, tendo visto que o papa já estava na luta e desejando a sua amizade para subjugar os venezianos, julgou impossível negar-lhe seus homens sem injuriá-lo manifestamente. Portanto, Júlio conseguiu com sua ação impetuosa o que jamais outro pontífice, com toda a humana prudência, teria conseguido; pois, se ele esperasse, para sair de Roma, que tivesse todas as coisas organizadas, como qualquer outro pontífice teria feito, jamais o conseguiria, porque o rei de França teria apresentado mil desculpas e os outros teriam infundido mil temores. Não mencionarei seus outros feitos, porque foram todos semelhantes, e todos chegaram a bom termo. A brevidade de sua vida não lhe deixou sofrer os reveses, porque, caso chegassem os tempos em que precisasse agir com prudência, teria se arruinado, pois jamais se teria desviado daquele modo para o qual o impelia a sua natureza.

Concluo portanto que, variando a fortuna e obstinando-se os homens em sua maneira de ser, serão felizes enquanto ambas estiverem de acordo; mas, quando elas discordarem, serão infelizes. Estou convencido do seguinte: é melhor ser impetuoso do que tímido, porque a fortuna é mulher, e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e contrariá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais pelos que agem assim do que pelos que agem friamente; e, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos tímidos, mais ferozes e a dominam com maior audácia.

Exortação a Tomar a Itália e Libertá-la das Mãos dos Bárbaros

Considerando todas as coisas ditas acima e refletindo eu mesmo¹ se o momento atual da Itália é propício a um príncipe novo, isto é, se existe matéria que justifique que um príncipe prudente e valoroso lhe dê forma², trazendo-lhe glória pessoal e benefícios para todos os homens do país, parece-me que ora convergem tantas coisas em favor de um príncipe novo, que eu não vejo ocasião mais propícia para isso. E se foi necessário, como disse antes, que o povo de Israel estivesse escravizado no Egito para reconhecer a virtude de Moisés; que os persas estivessem oprimidos pelos medas para saber a grandeza de ânimo de Ciro; que os atenienses estivessem dispersos para ver a excelência de Teseu; assim também, agora, para se revelar a *virtù* de um espírito italiano foi necessário que a Itália se reduzisse aos termos em que se encontra atualmente, e fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses, sem chefe, sem ordem, derrotada, espoliada, dilacerada, devastada, e tivesse suportado todo tipo de ruína.

Ainda que se tenha mostrado algum sinal de esperança em alguém³, a ponto de se julgar ter sido enviado

por Deus para a sua redenção, o que se viu depois, no entanto, no auge de sua carreira, foi ser derrubado pela fortuna. Desse modo, permaneceu a Itália como que sem vida, à espera de quem sanasse suas feridas e pusesse fim ao saque da Lombardia, à espoliação do reino de Nápoles e da Toscana e a curasse de suas chagas há longo tempo apodrecidas. Vê-se que a Itália roga a Deus que lhe envie alguém para redimi-la da crueldade e insolência dos bárbaros; vê-se que está inteiramente pronta e disposta a seguir uma bandeira, contanto que alguém a carregue. Não há, atualmente, ninguém que a Itália possa esperar mais, do que de vossa ilustre casa⁴ que, com sua fortuna e *virtù*, foi eleita por Deus e pela Igreja – a cuja frente está agora – para se tornar o chefe desta redenção. O que não será muito difícil, se vos espelhardes nas ações e vida dos nomes acima citados. Ainda que tenham sido homens raros e maravilhosos, foram homens, contudo, e nenhum deles encontrou ocasião melhor do que a atual, pois sua empresa não foi mais justa do que esta, nem mais fácil, nem foi Deus mais seu amigo do que vosso. Aqui, é grande a justiça: “*iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est*”⁵. Aqui, a disposição é imensa; e, onde há grande disposição, não pode haver grande dificuldade para quem se inspira nos exemplos daqueles que propus como modelo. Além disso, aqui se vêem maravilhas sem igual mandadas por Deus: o mar se abriu, uma nuvem revelou-vos o caminho, a pedra jorrou água, aqui choveu o maná, e todas as coisas se reuniram para a vossa grandeza⁶. O resto cabe a vós cumprir. Deus não quer fazer tudo, para não nos tolher o livre-arbítrio e a parte de glória que nos cabe.

Não é de maravilhar que alguns dos italianos antes mencionados não tenham podido fazer o que se espera seja feito por vossa ilustre casa, nem também que, depois de tantas revoluções e manobras de guerra na Itália, pareça para sempre ter-se extinguido sua *virtù* militar. Isto decorre de não terem sido boas as antigas ordens, como também de não ter aparecido ninguém que soubesse encontrar uma nova ordem. Coisa alguma honrará tanto um novo governante quanto as novas leis e um novo regime criados por ele. Quando são bem fundamentados e trazem em si um elemento de grandeza, tornam-no reverenciado e admirado. Na Itália, não falta matéria onde introduzir todas as formas. Aqui, existe grande *virtù* em todos os membros, embora ela falte nos cabeças. Recordai os duelos e torneios havidos há pouco⁷, onde os italianos se mostraram superiores em força, destreza e engenho. Quando se trata dos exércitos, porém, não fazem boa figura. E tudo resulta da fraqueza dos chefes, porque os que sabem não são obedecidos, e todos acham que sabem, não havendo até agora ninguém que se sobressaísse tanto pela *virtù* e pela fortuna que subordinasse os outros a si. Daí a razão por que, em tanto tempo e em tantas guerras realizadas nos últimos vinte anos, todas as vezes que o exército era inteiramente italiano, sempre se dava mal. A primeira prova disso foi em Taro e depois em Alexandria, Cápuia, Gênova, Vailà, Bolonha e Mestre⁸.

Querendo, pois, vossa ilustre casa seguir o exemplo daqueles homens excelentes que redimiram seus estados, será necessário, antes de tudo, como verdadeiro fundamento de qualquer empresa, formar exércitos próprios, porque não pode haver soldados mais fiéis, nem

mais verdadeiros, nem melhores. Se cada um deles individualmente for bom, todos juntos ainda serão melhores quando se virem comandados por seu príncipe, prestigiados e cuidados por ele. É preciso, portanto, preparar esses exércitos para poder, com a *virtù* italiana, defender-se dos estrangeiros. Ainda que as infantarias suíça e espanhola sejam consideradas terríveis, ambas, porém, têm defeitos, razão pela qual um terceiro exército poderia não somente combatê-las, mas esperar superá-las. Pois os espanhóis não têm capacidade de rechaçar cavalos; e os suíços certamente recearão infantes tão obstinados no combate quanto eles. Assim, por experiência, já se viu e há de se ver os espanhóis impossibilitados de enfrentar uma cavalaria francesa e também os suíços desbaratados por uma infantaria espanhola. Ainda que não tenha ocorrido uma experiência cabal desse último caso, vimos um ensaio dele na jornada de Ravenna⁹, quando a infantaria espanhola se defrontou com os batalhões alemães, que observam a mesma ordem dos suíços: os espanhóis, graças à utilidade do corpo e ajuda de seus escudetes, penetraram por entre as lanças dos alemães, certos de feri-los irremediavelmente, e teriam, de fato, destruído todos, se não fosse a cavalaria que os assaltou. É possível, portanto, conhecendo-se as falhas de ambas as infantarias, organizar uma nova que resista aos cavalos e não tema os soldados de infantaria, o que se alcançará através de formação de um novo tipo de exército e de novos métodos de organização. Essas são coisas que, criadas do nada, conferem reputação e grandeza a um príncipe novo.

Não se deve, portanto, perder a ocasião para que a Itália, depois de tanto tempo, veja o seu redentor. Não

posso exprimir com que amor ele seria recebido em todas as províncias que sofreram devido a esses aluviões externos, com que sede de vingança, com que obstinada fé, com que piedade, com que lágrimas! Que portas se lhe fechariam? Que povo lhe negaria obediência? Que italiano se negaria a servi-lo? Todos sentem ceder esse bárbaro domínio. Assuma, portanto, vossa ilustre casa esta questão, com o ânimo e a esperança com que se empreendem os projetos justos, para que, sob vossa insígnia, seja esta pátria enobrecida e, sob vossos auspícios, se verifique o dito de Petrarca:

*Virtù contro a furore
Prenderà l'arme, e fia el combatter corto;
Che l'antico valore
Nell'italici cor non è ancor morto.*¹⁰

Ao Magnífico Lorenzo de Medici¹

Costumam, o mais das vezes, aqueles que desejam conquistar as graças de um príncipe, ir ao seu encontro com as coisas que lhe são mais caras ou que sabem ser mais apreciadas; por isso, muitas vezes lhe presenteiam com cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e ornamentos dignos da sua grandeza. Desejando, portanto, oferecer a Vossa Magnificência algum testemunho de minha devoção, não encontrei entre minhas posses coisa alguma que considerasse mais valiosa ou que mais estimasse do que o conhecimento das ações dos grandes homens, que aprendi através de uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas. Tendo-as eu examinado longamente, com grande diligência e agora ponderado, e reduzido a um pequeno volume, envio-as a Vossa Magnificência.

Embora eu considere esta obra indigna da presença de Vossa Magnificência, confio igualmente em que seja aceita graças à sua humanidade, considerando que eu não lhe possa fazer maior dom do que dar-lhe a faculdade de poder, em brevíssimo tempo, entender tudo aquilo que me custou tantos anos e tantos desconfortos e perigos para conhecer e compreender. Não ornei nem

sobrecarreguei esta obra de longos períodos, nem de palavras pomposas e magníficas, nem de qualquer outro atrativo ou ornamento exterior com que muitos costumam descrever e enfeitar as suas coisas, porque pretendi que coisa alguma a adornasse e que somente a novidade e gravidade de seu assunto a valorizasse. Espero que não seja considerado presunçoso que um homem de baixa e ínfima condição ouse examinar e regular o governo dos príncipes; pois, assim como os que desenhavam as paisagens se colocam embaixo, na planície, para observar a natureza dos montes e dos lugares elevados; e, para examinar a forma dos lugares baixos, se colocam no alto, em cima dos morros; assim, também, para conhecer bem a natureza dos povos, é preciso ser príncipe, e, para conhecer a natureza dos príncipes, é preciso ser do povo.

Aceite, portanto, este pequeno presente com o mesmo espírito com que o envio. Se Vossa Magnificência a ler e considerar diligentemente, esta obra o fará conhecer o meu intenso desejo de que alcance a grandeza que a fortuna e suas outras qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, do ápice de sua altura, voltar alguma vez os olhos para esses baixos lugares verá quão indignamente tenho suportado uma grande e contínua maldade da fortuna.

***Maquiavel e Marx*¹**

Quem quer que escreva no alto de uma página em branco o nome de Maquiavel não pode deixar de sentir uma espécie de angústia: depois de centenas de outros escritores e soberanos, historiadores e filósofos, teóricos da política e estrategistas, moralistas e teólogos, também ele se prepara para interrogar a esfinge, o diplomata a serviço de Florença, o patriota italiano, o autor cuja prosa, clara a cada trecho e equívoca no conjunto, dissimula as intenções, cujas contínuas intuições desafiam há quatro séculos a engenhosidade dos comentadores; também ele se prepara para fazer uma escolha que sabe que já foi feita antes dele. Pois a interpretação que irá propor, qualquer que seja ela, não lhe pertence pessoalmente. Que Maquiavel tenha dado lições de liberdade aos povos, ou de tirania aos príncipes, que tenha continuado a tradição do pensamento antigo ou fundado a ciência moderna, o conferencista de uma noite que não tiver consagrado a vida inteira a Maquiavel e as seus descendentes, legítimos e ilegítimos, não poderá resolver nenhuma das inúmeras questões que a erudição mantém vivas mais do que renova. Encurralado não por Maquiavel, mas por quem mantém atualizada a crônica do ma-

quiavelismo, ele já sabe de antemão que será catalogado, classificado, registrado, inserido numa certa perspectiva; o que quer que diga ou faça pertence a uma das famílias de maquiavelianos, de maquiavélicos ou de leitores de Maquiavel, chegando tarde demais para fundar uma nova família. Só têm direito de exigir a dignidade de fundadores de dinastia aqueles que, como o filósofo americano Leo Strauss, esforçam-se por não pertencer a nenhuma família e, ao mesmo tempo, lêem em *O príncipe* ou nos *Discursos* o que não está escrito, põem em discussão o que é evidente e procuram a máscara atrás do rosto, já que não conseguem vê-la na frente. Como no conto policial de Edgar Poe, Maquiavel ter-se-ia disfarçado de tanto se descobrir e só deixaria que seu segredo fosse adivinhado pelos decifradores de enigmas ou, mais exatamente, por aqueles que descobrem intuitivamente a existência de enigmas, não captáveis pelos espíritos comuns... Eu me tornaria ridículo se alimentasse tais ambições.

Não me sentindo seguro, procurei um caminho de saída que não sou o primeiro a tomar emprestado: o de um paralelo entre homens ilustres. Com quem estabelecer um paralelo a não ser com Marx? Certamente, nos Campos Elíseos, Marx, um século e meio depois de seu nascimento na terra, menos de um século depois de sua morte, permanece um recém-chegado. Maquiavel pode ensinar a Marx a sabedoria de tolerar com indulgência os comentadores abusivos, os discípulos infiéis por ignorância, por paixão e às vezes também por fidelidade. Um advogado parisiense que nutria por Napoleão III um ódio por vezes acompanhado de ironia, mas sempre ferrenho, compôs um curioso opúsculo, o diálogo entre

Maquiavel e Montesquieu nos infernos, que os funcionários da polícia secreta do czar usaram para a redação de uma das famosas falsificações do século, o *Protocolo dos sábios de Sião*. Pierre Fresnay trouxe de volta à atualidade este diálogo, representando-o como obra teatral nos palcos de Paris.

Nenhum advogado parisiense de nosso século sentiu o ódio ou teve o talento necessário para escrever um diálogo entre Maquiavel e Marx nos Infernos. Tampouco lhes apresentarei o esquema desse diálogo que prostraria um romancista-filósofo; contentar-me-ei com refletir em voz alta sobre alguns elementos de um possível diálogo.

Quantas semelhanças no destino póstumo entre o velho Maquiavel e o jovem Marx! Há muito tempo, todo historiador de Maquiavel torna-se, querendo ou não, um historiador do maquiavelismo, mesmo e sobretudo se se propuser a desbastar o campo dos sucessivos estratos de notas com que as gerações que se seguiram recobriram os escritos elípticos e provocantes do chanceler florentino. O caminho que leva a Maquiavel passa pela literatura sobre Maquiavel, embora, em última análise, o pensamento de Maquiavel, aquele que, sem anacronismos e paradoxos, se pode atribuir ao homem que se chamava Maquiavel, só possa ser compreendido com referência ao passado que formara este homem e do qual ele se considerava o herdeiro, e ao mesmo tempo ao presente em que ele se situava e que definia, interpretando-o.

De modo análogo, não se pode remontar a Marx sem passar pelos marxistas, e que cansaço sentimos ao traçar os limites entre marxianos e marxistas, marxólogos e marxistas. Certamente, os marxólogos não são todos marxis-

tas e, inversamente, muitos marxistas ignoram quase totalmente Marx. Mas as interpretações sucessivas e contraditórias daqueles que fazem apelo ao fundador da I Internacional insinuam-se nos comentários mais científicos, influenciando-os inevitavelmente. Um marxólogo não pode impedir-se de pronunciar, mesmo que de modo implícito, um juízo sobre a filiação do marxismo ao marxismo-leninismo. Ao mesmo tempo, ele penetra, querendo ou não, no campo fechado onde se enfrentam marxistas, antimarxistas, não-marxistas, desejosos em grande parte de reivindicar para si próprios a gloriosa função de padrinhos, pelo menos na França e, creio, na Itália.

Em outros lugares rejeita-se um laço que passa por perigoso. Galbraith, que um dia, imitando o seu estilo, eu havia batizado como “marxista americano”, sofreu uma avalanche de perguntas durante as suas conferências na Itália: o que achava daquela definição? Aceitava que lhe fosse atribuída tal filiação?

Descendentes tão numerosos quanto embaraçosos aproximam Maquiavel de Marx, mas a obra destes dois homens difere tão profundamente, que seus respectivos discípulos e adversários não apresentam quase nada em comum.

Quantos escritores e também homens de estado refutaram Maquiavel e suas detestáveis máximas; por exemplo, Frederico II antes de reinar sobre a Prússia e fundar a grandeza dos Hohenzollern a grandes golpes de espada. Ninguém o censurou, depois, por ter aplicado bem demais, na ação, o ensinamento do florentino que havia condenado num estilo convencional, com sinceridade duvidosa. Ninguém acusará Böhm-Bawerk de não ser sin-

cero ao refutar *O capital*, ao revelar a contradição entre o primeiro e o terceiro livros de *O capital*, entre a teoria do valor e a do lucro. Uns refutam as lições de política que supõem que Maquiavel tenha dado, os outros refutam uma análise do capitalismo e do seu previsível desenvolvimento.

No mais das vezes, Maquiavel conheceu o destino póstumo de um autor maldito. Quando Rousseau reabilita Maquiavel, esforça-se por arrancá-lo do maquiavelismo, por desculpá-lo da acusação de maquiavelismo. Maquiavel não escapa à condenação moral, a não ser sob a condição de ter querido dizer o contrário do que parece dizer abertamente, pelo menos em *O príncipe*. Assim Rousseau diz, em *O contrato social*: “Admito que, se fosse possível imaginar os súditos sempre perfeitamente submetidos, então o interesse do príncipe seria que o povo fosse poderoso, de modo que esse poder, sendo o seu, o tornasse temível aos seus próximos; mas já que esse interesse é apenas secundário e subordinado, e já que as duas hipóteses são incompatíveis, é natural que os príncipes sempre dêem preferência ao sistema que lhes é imediatamente mais útil. Samuel o provou eficientemente aos hebreus; Maquiavel demonstrou-o claramente. Fingindo dar lições aos reis, deu grandes lições aos povos.” E Spinoza, no *Tratado político*, diz: “... [Maquiavel] talvez tenha querido mostrar o quanto um povo livre deve evitar confiar completamente a sua própria segurança às mãos de um só, o qual, se não é tolo e pensa, então, que também pode não obter a simpatia de todos, deve cotidianamente temer insídias; a ponto de ter que cuidar de sua própria segurança, mas também insinuar insídias junto ao povo em lugar de tratá-lo. E sou ainda

mais levado a esta convicção com relação ao nosso prudentíssimo homem pelo fato de que ele foi evidentemente um partidário da liberdade e também deu conselhos muito salutares para defendê-la”.

Marx, pelo menos no momento, goza de um prestígio incomparável entre a *intelligentsia*. Se alguns economistas, sociólogos ou ideólogos se comprazem em denunciar os seus “erros”, outros, provavelmente mais numerosos no continente, sentem orgulho por tê-lo como padrinho e fiador das suas afirmações. Marxistas autênticos contra marxistas-leninistas, discípulos fiéis do marxismo-leninismo contra revisionistas e dogmáticos, marxólogos e marxistas, homens de ciência e homens de ação ambicionam o prestígio da ortodoxia: as disputas entre os descendentes de Marx não se parecem com as disputas entre os descendentes de Maquiavel. Ninguém quer dizer-se maquiavélico, alguns se confessam maquiavelianos, muitos se proclamam marxistas.

Por que essa antítese, apesar da semelhança, de descendentes diversos e em eterna disputa? Maquiavel e Marx permanecem equívocos e misteriosos, mas por motivos totalmente diferentes. Rousseau e Spinoza, que querem reabilitar Maquiavel fazendo dele um mestre do republicanismo, um defensor da liberdade, não se enganaram completamente, mas simplificam e fazem a caricatura de um pensamento muito mais rico e sutil. Maquiavel, afastado do poder pela queda do *Gonfaloniere*, meditando sobre a sua derrota e sobre o destino da cidade, escreveu suas duas obras principais como conselheiro do príncipe, quem quer que seja este último, um homem ou todos os homens, uma monarquia ou a república. Os eruditos discutem sobre os sentimentos que ele

teve nos diferentes momentos da vida por Cesare Borgia, mas ele teria podido – e pôde –, sem contradição ou renegação, admirar esse aventureiro de altos vãos apesar de detestá-lo, apesar de aspirar por um mundo diferente, uma cidade virtuosa, em que os animais de rapina não tenham possibilidade de sucesso nem papel a desempenhar. Maquiavel, pensador político, disse e repetiu, com absoluta franqueza, que era preciso ver a realidade tal como era, não como se desejava que fosse. Neste sentido elementar, proclama o que alguns chamam de realismo, outros, de cinismo, e outros, de espírito científico. Em certas épocas e em certas circunstâncias, o espírito científico, quando comporta ou exhibe o emprego dos meios necessários à obtenção de determinados objetivos, desemboca em certo cinismo. A racionalidade na escolha dos meios, deduzida da observação sem preconceitos dos nexos causais, não garante a moralidade dos meios, nem dos fins. Principalmente nos períodos de desordem, a experiência sugere antes a imoralidade inevitável da ação, resultado do estudo amoral da realidade histórico-política. O mistério de Maquiavel – as intenções, o estado de espírito a cada momento – só existe para além desta problemática, elementar e fundamental.

A que se deve o mistério, ou o pretenso mistério, de Marx? Em princípio somos propensos a dar mais respostas: Marx escreveu muito e o seu itinerário filosófico vai dos textos de juventude, em particular dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* a *O capital* e, para além de *O capital*, ao *Anti-Dühring*, obra de F. Engels para a qual ele escreveu um capítulo. Depois há que se considerar a relação entre as obras de juventude e as obras da

maturidade, entre o pensamento profundo de Marx e os livros, sem profundidade, do seu amigo, entre a filosofia e a economia, assim como as muitas questões ainda abertas sobre as quais se defrontam comentadores e intérpretes, partidários e adversários. Mas coloquemo-nos no centro do pensamento de Marx: a análise do capitalismo e da sua evolução, da sua inevitável autodestruição. Acho difícil negar que o advento do socialismo, necessário devido às contradições internas do capitalismo, constitua o tema fundamental do socialismo científico para os homens de ação. O socialismo torna-se o próprio movimento da história e não mais uma utopia a imaginar ou um ideal a realizar.

Do mesmo modo, a problemática de Maquiavel – a relação entre o modo como que de fato os homens agem e as sugestões que Maquiavel ou os seus seguidores dão aos príncipes – reproduz-se sob outra forma: trata-se desta vez da relação entre o futuro necessário anunciado por Marx e seus seguidores e as sugestões que eles dão aos príncipes ou aos simples mortais. Ao mesmo tempo, em ambos os casos, o moralista levanta questões sobre a relação entre o que é e o que deve ser, entre a eficácia dos meios e sua conformidade às regras da moral.

A problemática de Marx não se confunde com a de Maquiavel, na mesma medida em que a pergunta do moralista não tem o mesmo sentido conforme se refira a um ou a outro. Marx, como Maquiavel, pertence à família dos pensadores mais sensíveis ao que divide os homens do que ao que os une. Através dos séculos, sucedem-se os regimes, todos dilacerados por contradições, todos caracterizados pela exploração e pelo domínio do homem pelo homem. Filosofia desesperada se a *via cru-*

cis da humanidade não coincidissem com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas e se o socialismo não pusesse fim à pré-história e inaugurasse uma nova era, a do progresso social sem revolução política.

O realismo de Marx, diferentemente daquele de Maquiavel, insere-se, portanto, numa filosofia da história que, apesar de tudo, merece a qualificação de otimista. Filosofia do progresso e ao mesmo tempo filosofia dialética. Progresso porque o desenvolvimento das forças produtivas dá um sentido e também uma direção e um valor ao curso do devir, porque o suceder-se das mudanças, a morte dos sistemas já condenados e o nascimento dos novos sistemas conduzirá, para além da crise próxima e última, à reconciliação dos homens entre si e com seu destino. Neste duplo sentido – acumulação das forças produtivas, resolução dos conflitos no final da pré-história –, o pensamento de Marx, apesar do que dizem alguns intérpretes recentes, conserva pontos de ordem evolucionista e progressista.

Em compensação, é verdade – e algumas reinterpretações atuais sublinham isto – que esse progressismo e esse evolucionismo professados pelo homem Marx ligam-se a uma teoria do capitalismo e do seu funcionamento, teoria que não implica necessariamente a paralisia e a explosão inevitáveis. Basta modificar algumas hipóteses de *O capital* para que o capitalismo, a despeito da sua intrínseca iniquidade, possa sobreviver, ou pelo menos não tenha que morrer a não ser pela mão dos homens, pela ação dos explorados ou dos revolucionários, ação favorecida mas não determinada pelo desenvolvimento capitalista entregue a si mesmo.

Uma das escolas neomarxistas de hoje, para harmonizar a experiência do nosso século, a Revolução de 1917,

com a doutrina, substituiu a teoria da autodestruição do capitalismo pela teoria da auto-reprodução do capitalismo, elaborou uma teoria da revolução na qual a chegada à maturidade do capitalismo e de suas contradições só tem um lugar subordinado. Do mesmo modo, o profetismo torna-se um elemento secundário, quase que estranho à inspiração autêntica ou autenticamente científica do marxismo. A banal refutação que se obtém confrontando as previsões de Marx e a história real perde o seu significado essencial: pouco importa que o nível de vida dos assalariados aumente absoluta ou relativamente ao invés de diminuir, pouco importa que as crises diminuam ao invés de se tornarem mais numerosas e mais graves. Teoria das formações sociais, o marxismo baseia a sua cientificidade em seus próprios conceitos e sobre seu método de análise; teoria da revolução, o marxismo ensina a espreitar a ocasião que as relações entre as instâncias múltiplas vêm a criar, ocasião esta que depois caberá aos homens aproveitar. Ciência das formações sociais e práxis revolucionária definem juntas um marxismo possível entre outros.

Resta somente um passo a dar neste caminho para despojar o marxismo daquilo que chamei o seu “otimismo catastrófico”. Por que o regime que suceder ao regime capitalista deverá escapar à maldição que atingiu através do séculos todos os regimes econômicos-sociais, regimes fundados no domínio de poucos que desfrutaram do trabalho de todos? Por que a planificação não deveria oferecer a uma minoria o poder de subtrair em proveito próprio uma parcela da mais-valia social? Por que a propriedade coletiva dos meios de produção não deveria traduzir-se de fato na autoridade dos dirigentes nomeados pelo Estado ou pelo partido sobre os produtores?

Gestão da economia por parte dos produtores associados? Fórmula carente de sentido ou utopia mal definida.

Assim Pareto retificava Marx para adaptá-lo ao seu próprio pessimismo e reconduzi-lo ao meio dos descendentes de Maquiavel. De fato, se comparamos Maquiavel a Marx enquanto filósofos da história, em que eles contrastavam essencialmente? Em outro lugar, respondi a esta interrogação propondo a seguinte antítese. Maquiavel é e quer ser conselheiro do príncipe, Marx considerava-se confidente da Providência. Um se considera capaz de dizer ao príncipe, *hic et nunc*, aqui e agora, o que é preciso fazer para alcançar este ou aquele objetivo. O outro tem a pretensão de saber em que direção, para que fim, o tumulto dos acontecimentos arrasta uma humanidade inconsciente de sua própria história, rebelde aos sofrimentos inúteis.

Assim caracterizados, Maquiavel e Marx representam cada qual um modo típico de pensar a história, a política e a ação. Um só discerne, no mundo sublunar, a constância dos homens inconstantes, a precariedade essencial dos regimes sempre provisórios, a luta permanente dos príncipes ansiosos por fundar o seu poder, quando se trata de principados novos, preocupados em manter íntegras as fundações, quando se trata de principados antigos. O outro, sem ilusões sobre o que pensam e são os regimes econômico-sociais, mantém os olhos fixos num futuro radioso, radicalmente novo em relação ao passado. A história não se desenvolve por ciclos, como acreditavam os filósofos antigos, testemunhos das vicissitudes que afligiram os regimes da cidade, as democracias que degeneraram em demagogias, às quais somente um tirano lhes permitia escapar, tirania que a necessida-

de indestrutível de liberdade minaria lentamente até o dia da revolução salvadora – aurora radiante de um novo dia, prometido desde o nascimento à tristeza do fim. A história, segundo Marx, traz em si a promessa da redenção – promessa que Maquiavel não via.

Por que Marx via essa promessa que escapava a Maquiavel? Um concentrava a sua atenção nas formações sociais (ou, em termos vulgares, nas instituições), e o outro nos homens. Um descrevia o desenvolvimento das forças de produção, o outro, a luta permanente dos príncipes entre si e com seus súditos. Um definia a história como criação da humanidade, o outro, como expressão, sempre cambiante, de uma humanidade sempre igual a si mesma. Um estabeleceu uma espécie de transição entre a escatologia judaico-cristã e o método dos futuríveis ou da perspectiva, tão popular hoje, o outro, talvez menos seguro do seu ateísmo do que o filho de um advogado judeu convertido, denuncia a Igreja Católica como responsável pela ruína da Itália e por suas divisões. Um sonha com uma sociedade transparente para si mesma, onde os cidadãos rejeitarão qualquer transcendência e com a razão se submeterão a uma disciplina coletiva, sem recorrer às ilusões das ideologias; um não abandona a esperança de um povo valoroso, à maneira da República romana, mas a *virtù*, mais política do que ética, passa de um povo a outro segundo os caprichos imprevisíveis da *fortuna*; não se detém nunca por muito tempo num mesmo lugar. Esperança de uma trégua, de um momento perfeito, de um sucesso clamoroso mas efêmero, certamente, mas não esperança de uma era nova que prolongaria indefinidamente esta vitória de poucos homens sobre si mesmos e sobre o destino comum.

Traduzamos estas oposições numa linguagem mais abstrata: por um lado, filosofia econômica da história, por outro, filosofia política; por um lado, progresso a longo prazo, por outro, repetição inevitável dos ciclos, resultado de uma instabilidade permanente, essencial; por um lado, transformação das formações sociais ou dos regimes, criados pelos homens, mas cuja marca os homens, prisioneiros, recebem; por outro, esforços dos heróis, sempre renovados e, em última análise, sempre vãos, para derrotar o acaso, vencer os próprios inimigos, garantir as boas graças da fortuna e a boa vontade dos povos. Os homens, segundo Marx, fazem a história, mas até agora sem saber o que fazem: movida pelo desenvolvimento das forças produtivas, a história acabará criando homens capazes um dia de fazer sua própria história com plena consciência. Os homens, segundo Maquiavel, carregam a responsabilidade da sua história, mas não têm motivos para ter orgulho dela. Apenas a *virtù* dos povos livres permitia aos príncipes reinar inocentemente: *virtù* rara e desgastada pelo tempo. A *virtù* degradada dos heróis supre a *virtù* dos povos, mas deve submeter-se às exigências impiedosas da eficiência. Os profetas desarmados morrem, mas, acrescentamos nós, parafraseando ligeiramente Maquiavel, nem sempre os profetas têm tempo ou motivos válidos para gabar-se dos seus sucessos, raramente puros e nunca duradouros. Quem não dispõe de uma espada morrerá pela espada. Maquiavel, porém, não teria recusado uma parte de verdade à fórmula do Evangelho: quem vencer pela espada morrerá pela espada.

Tese e antítese. Tese: Maquiavel e Marx, comparáveis pela descendência inumerável e dividida, por uma

problemática não idêntica, mas próxima; uma vez colocada a necessidade prioritária do estudo da realidade tal como é, como rejeitar as lições que esta realidade nos dá, qual seja, a freqüente imoralidade dos meios eficazes? Antítese: Maquiavel e Marx representam dois modos de pensar, duas visões do mundo, duas figuras, dois mestres, exemplares e contraditórios. Conselheiro do príncipe ou confidente da providência, política ou economia, ação em uma conjuntura particular ou perspectiva a longo prazo, homem nunca satisfeito, sempre mutável mas que não mudará jamais a ponto de encontrar a satisfação ou, de modo totalmente contrário, homem insatisfeito que, criando meios de produção e formas sociais, acabará edificando uma formação social em que achará satisfação, ou pelo menos em que a sua insatisfação se manifestará de um modo diferente da astúcia e da violência, enfim estéreis mas necessárias.

Tese ou antítese requerem ou, no pior dos casos, toleram uma síntese. A primeira apresenta-se por si mesma à mente, a tal ponto que não duvido que vocês a tenham pensado antes que eu a tenha formulado. O marxista que conhece o fim da odisséia opõe-se ao maquiavelismo (ou maquiavélico) que quer conhecer o que é e, em razão dos precedentes, da experiência, referindo-se a situações comparáveis, às relações causais mais ou menos regularmente observáveis, sugere a quem deve agir o que deveria fazer para atingir seu objetivo. Mas o marxista, *hic et nunc*, embora tenha os olhos fixos em seu objetivo distante, deve tomar uma decisão. O realismo a longo prazo, ligado a uma visão determinista da história, associa-se logicamente a um realismo a curto prazo, implicado por uma filosofia dos conflitos inexpiáveis. A pró-

pria grandeza do objetivo distante dá uma justificação suplementar ao rigor impiedoso dos métodos e dos meios. Se o regime do futuro não vai deferir quanto ao essencial do regime de hoje, a lógica impõe que se comparem o custo e o rendimento, que se rejeitem os sacrifícios desmedidos quando eles devem trazer apenas lucros limitados e medíocres. Em compensação, a espera de uma mudança qualitativa e total dissipa as dúvidas, excita os entusiasmos e alimenta a fé; então, fica fora de questão contar o número das vítimas.

O marxista *hic et nunc* tem duas razões para se comportar de modo maquiavélico: vive num mundo dilacerado onde reinam a violência, o domínio, o abuso, e vê no horizonte um outro mundo purificado desses males milenares. Só resta um passo a dar para adotar o tema de Gramsci, o partido-príncipe coletivo. O partido, exposto aos riscos da guerra, às incertezas das paixões populares, também ele, tal e qual os heróis armados de Maquiavel, deve dominar a fortuna, não pela glória de um homem, mas para a salvação de todos. Príncipe coletivo, reúne num pequeno número de dirigentes o estado-maior, o *politbureau*, a vontade que anima as massas; esses chefes, eventualmente esse único chefe, iluminam as paixões de milhares de militantes, de milhões de simpatizantes. Os dirigentes do partido não recuam diante do uso da força e da astúcia contra o inimigo de classe. Com relação às suas próprias hostes, comportam-se como todo príncipe à conquista de reino, seja ele terrestre ou celeste: conta com a devoção dos fiéis, sem a qual nada poderia, sabe que a devoção sozinha não resiste sempre às provas e que a ameaça de sanções impiedosas, em caso de traição, dá uma indispensável garantia de fidelidade. Para tomar emprestada uma expressão da *Crítica da*

razão dialética, digamos que o terror consolida a fraternidade dos companheiros empenhados na luta.

A assimilação do partido a um príncipe não me parece contrária ao espírito de Maquiavel. O partido representa em nosso século o profeta armado. Deve o seu poder ao número dos que escutam a sua mensagem, mas, igualmente, à concentração do poder de decisão.

Retornemos aos primeiros anos do século, a 1917: apenas poucos no *politbureau* pertenciam à fração bolchevique do partido social-democrata russo; nesse pequeno grupo, Lenin obteve a supremacia graças à confiança que inspirava; os acontecimentos sempre lhe davam razão. Em seguida, outro encarnou o proletariado russo, também ele vanguarda do proletariado mundial, também ele votado à salvação da humanidade; esse outro ajudou os acontecimentos a lhe darem razão, reservando-se o direito exclusivo de interpretá-los, impondo o silêncio aos seus adversários ou, melhor ainda, obrigando os seus adversários a reconhecer que os adversários deles, tornados seus torturadores, detinham sozinhos a verdade e toda a verdade. Nesse momento, o do culto da personalidade, o príncipe, “fechado em sua astúcia”, volta a ser comparável a certos heróis cujo destino Maquiavel analisava com sentimentos diversos. Exército ou ordem religiosa, o partido não se confunde, numa comunhão autêntica, com quem o encarna: obedece a ele, assim como obedecem os soldados, como obedecem os que alienaram o seu livre-arbítrio para pô-lo a serviço de uma fé superior à sua pessoa.

O partido, porém, não se torna um príncipe do século XVI, em busca de poder e glória; permanece voltado para um fim sublime. Se deixasse de acreditar nesse fim,

se ele se contentasse com os objetivos legítimos, iminentes e não transcendentais à história, que se fixam seus inimigos, a conversão do marxismo ao maquiavelismo estaria consumada. É maquiavélico o príncipe que manipula a fé de seus fiéis sem compartilhá-la. É marxista o príncipe que, pronto a fazer uso de todos os meios em qualquer momento, transfigura sinceramente a necessidade da luta, já que nunca duvida trabalhar pela verdade no momento em que mente, por uma humanidade feliz no momento em que instaura um reino de terror. Neste sentido, talvez se tenha o direito de dizer que Lenin permaneceu mais marxista do que maquiavélico e que Stalin, ao contrário, apostou mais nas armas do que nas profecias. Trotski, quando perdeu as armas, pregou em vão: os *grupúsculos* desarmados que retomam a profecia originária contra a profecia encarnada só conseguem confinar-se à margem da história universal, a que fazem apelo e que os rejeita.

O discípulo liberal de Maquiavel encontra no destino do marxismo no século XX várias confirmações dos ensinamentos do florentino. Trata-se da permanência da luta pelo poder e da prioridade da política, definida por esta luta. Aqueles que negavam estas proposições em teoria verificaram-nas na prática. As revoluções do século XX não nasceram das contradições do capitalismo chegadas ao ponto de ruptura. Sobredeterminadas, como diz uma expressão em moda, elas surgem nas sociedades dilaceradas pelas controvérsias, quando o poder já não consegue mandar e as massas se recusam a obedecer. As situações revolucionárias não são criadas pelo desenvolvimento das forças produtivas ou pelo contraste entre uma produção coletiva e uma apropriação indi-

vidual, mas por causas múltiplas e diversas: o vacilar das tradições, o desgaste dos regimes, a fraqueza das minorias governantes; em tais conjunturas, como nas cidades italianas, as minorias ativas, conduzidas por personalidades fora do comum, tornam-se os protagonistas decisivos. Mobilizam as multidões inquietas, inspiram confiança, apossam-se do poder, eliminam impiedosamente os inimigos, até o dia em que os companheiros travam entre si a batalha pelo primeiro lugar, pela glória que não se reparte. Quando há um só para reinar, sem regra e sem lei, por que não imitar a conduta do duque Valentino, tal como é contada por Maquiavel no sétimo capítulo de *O príncipe*? Depois da ocupação da Romanha, “julgou o duque necessário, para pacificá-la e reduzi-la à obediência ao braço régio, dar-lhe um bom governo. Colocou ali, então, *messer* Remirro de Orco, homem cruel e expedito, a quem conferiu plenos poderes. Em pouco tempo, Orco a pacificou e uniu, granjeando grande reputação. A seguir, o duque julgou desnecessário tão excessiva autoridade, pois temia que ela se tornasse odiosa, e propôs a instalação de um tribunal civil na província, com um excelentíssimo presidente, onde todas as cidades teriam um advogado próprio. Como sabia que os rigores passados haviam gerado um certo ódio contra ele, quis mostrar que, se ocorrera alguma crueldade, ela não se originava dele, mas da natureza dura do ministro para apaziguar os ânimos do povo e atraí-lo para si. Aproveitando-se da ocasião, uma certa manhã mandou que o cortassem ao meio em praça pública, tendo ao lado um bastão de madeira e uma faca ensanguentada. A ferocidade daquele espetáculo fez o povo ficar, ao mesmo tempo, satisfeito e estarrecido”.

O *entourage* dos nossos príncipes ocidentais já não corre o risco de ter uma sorte tão cruel, mas padece da impopularidade que atinge, com a justiça típica de Maquiavel, o bode expiatório, os responsáveis pelas medidas ingratas mas necessárias, e até mesmo das iniciativas do próprio herói, iniciativas que os admiradores preferem atribuir a outros que não o objeto de seu culto. Do outro lado da Europa, o chefe da polícia soviética foi uma das últimas vítimas do grande expurgo, em 1936. Beria, por sua vez, teve a mesma sorte. Uma vez morto também Stalin, não se pôde fazê-lo em pedaços em praça pública; não restou outro ato simbólico para tornar o povo “satisfeito e estarrecido” senão a transferência do cadáver, a pedido de uma valente cidadã soviética que havia assistido a uma execução.

De Maquiavel até hoje, as técnicas da conquista e do exercício do poder ganharam em sutileza e em elaboração racional. Aquilo que dependia da improvisação individual, da espontaneidade, é hoje objeto de estudos científicos, que são eles próprios fundamento de práticas bastante ponderadas. A violência da multidão ou a persuasão oculta, a organização do entusiasmo ou a lavagem cerebral oferecem aos príncipes um arsenal de armas psicológicas de riqueza incomparável. Analogamente, o guerreiro de outrora, o camponês espanhol que se revolta contra os soldados de Napoleão ou o franco-atirador francês que aguardava de tocaia os prussianos em 1871 tornam-se hoje, graças aos meios técnicos de comunicação e mais ainda graças à organização das hierarquias correspondentes, uma tropa, ao mesmo tempo regular e irregular, capaz, em circunstâncias favoráveis, de resistir vitoriosamente a uma potência que disponha de forças militares incomparavelmente superiores.

O discípulo de Maquiavel poderia também extrair argumentos do modo de governar do partido-príncipe; como Maquiavel considerava evidente e como Pareto nunca se cansava de repetir, as minorias derrubam os regimes estabelecidos em nome do povo, invocando uma nova fórmula, mas a distinção entre o pequeno número que detém o poder e o grande número dos que obedecem por convicção ou por medo não desaparece. Os marxistas não se contentaram, segundo o célebre ditado de Marx, em interpretar o mundo, eles o mudaram. Mas não o mudaram de maneira a refutar a ironia cética de Maquiavel ou o pessimismo de Pareto. O seu reinado se parece muito com o de muitas elites, cujos cadáveres escondem o curso da história – a história cemitério de aristocracias, conforme a expressão de Pareto. Em outras palavras, Marx mudou o mundo mais do que Maquiavel porque acreditava mais do que ele na possibilidade de mudá-lo. Mas o florentino reserva-se o direito de responder: quanto mais muda, mais é a mesma coisa e, em certo sentido, tem a última palavra no diálogo, apesar de que, em um regime soviético, o seu interlocutor marxista o teria obrigado a pôr fim ao diálogo e a saborear a sua vitória num lugar menos agradável do que a praça pública, as salas universitárias ou do Instituto Italiano de Paris.

Eis, portanto, a primeira síntese: o marxista, estrategista da luta de classes, da revolução, da organização da guerrilha, da acumulação primitiva, age como maquiavélico, com a força e a astúcia, com a persuasão e a coação. Uma vez chefe do Estado, não governa com métodos substancialmente diferentes daqueles das elites do passado nos principados que Maquiavel teria chamado de

novos. Acho que esta primeira síntese coloca-nos duas interrogações: Maquiavel não conhece o progresso e se compraz em analisar conjunturas extremas, conjunturas que obrigam o político a decisões cruciais, impostas unicamente pelas leis da eficácia. Mas entre as decisões *hic et nunc*, as de um estrategista durante uma batalha, e o devir orientado para uma transformação radical da história, visão profética do marxismo, intercala-se a análise dos regimes, cada um deles com sua natureza própria, seu modo de funcionar próprio e, portanto, um tipo particular de governantes e de meios de governo. Como comparar, neste ponto, os nossos dois mestres, um que serviu sua cidade sem descurar a leitura dos livros, outro que gastou muito mais tempo no British Museum do que na organização da primeira Internacional, que conheceu a política por baixo, durante a milícia revolucionária, sem pátria e sem partido?

Responderei com um reenvio aos textos e seus inúmeros comentários e me limitarei a breves considerações. Maquiavel, como todos os filósofos clássicos da política no Ocidente, desde Platão e principalmente de Aristóteles, faz uma distinção entre os regimes, e o intérprete pode extrair de *O príncipe* e sobretudo dos *Discursos* uma teoria dos diversos regimes, de suas respectivas vantagens e de seus inevitáveis defeitos. Não há motivo para duvidar que Maquiavel prefira a república à monarquia, a liberdade à tirania, um regime legal a um regime de arbítrio, e que neste sentido ele não professe as opiniões odiosas que os adversários lhe atribuem. Digamos também, para sermos imparciais, que Maquiavel, patriota italiano, detesta os estrangeiros que pisam o solo de sua pátria e os italianos, a Igreja antes de tudo, respon-

sáveis pela desgraça nacional. A reflexão de Marx, por seu lado, parte de uma experiência histórica totalmente diferente. As formações sociais definem-se em função das forças e das relações de produção e, pelo menos nas fórmulas teóricas, Marx não distingue bem a diversidade dos modos de governo. Cada formação social caracteriza-se de acordo com a quantidade de mais-valia que extrai a minoria privilegiada, com o modo de extraí-la e o modo de reparti-la. Assim como nas obras de Maquiavel, a luta pelo poder aparece no primeiro plano, sem se menosprezarem ou ignorarem as rivalidades dos grupos sociais e a competição pela riqueza, também, em sentido inverso, Marx enfoca as raízes sociais e econômicas dos conflitos no interior de todas as formações sociais, sem ignorar que os cidadãos antigos, os senhores medievais e os burgueses modernos não exerciam o poder com os mesmos procedimentos.

Nada, portanto, impediria um maquiavelo-marxista de hoje de elaborar uma teoria complexa das formações sociais e dos regimes políticos, teoria que procuraria discernir as conexões mais ou menos regulares entre estas e aquelas, sem negar a autonomia parcial das instâncias, a diversidade dos poderes numa formação de um dado tipo, a transformação progressiva ou súbita das formações, graças à ação, reformadora ou revolucionária, das elites ou das massas.

Em outras palavras, o conselheiro do príncipe – aquele que sabe o que é preciso fazer hoje, aqui – e o confidente da Providência – aquele que sabe qual será o futuro numa data indeterminada, mas ignora o caminho que leva ao fim da pré-história – têm ambos necessidade do sociólogo e do político; entre o acontecimento

que põe à prova o homem de ação e o salto qualitativo ou a conversão que o profeta concebe, situa-se o estudo objetivo dos sistemas e das regularidades, das tendências graves, das extrapolações prováveis. O especialista em futurologia parece-me inclinado a rejeitar a dupla paternidade de Maquiavel e de Marx, põe entre parênteses os acidentes que perturbam a vida das cidades; mesmo a crise mundial dos anos 30 deixa um rastro quase imperceptível na linha do progresso a longo prazo, do PNB em primeiro lugar, nos Estados Unidos. Elimina igualmente por hipótese, não enquanto impossíveis, mas enquanto imprevisíveis e quase impensáveis, os “saltos qualitativos” que assinalariam uma ruptura radical entre o antes e o depois, entre a história do passado e a história do amanhã. Ou talvez fosse preciso dizer que este salto qualitativo se produz a cada dia na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas contribui para este milagre que se torna invisível de tão evidente; o homem trabalha cada vez menos e produz cada vez mais. Os *hippies* nos oferecem uma primeira imagem, entre as muitas imagens possíveis, do homem enfim liberado da milenar maldição do trabalho.

Deixemos que o futurólogo festeje em paz a serenidade, privilégio equívoco de todos aqueles que se elevam muito acima da humanidade presente que sofre, ainda não liberada do trabalho e da violência, coloquemos a nossa segunda pergunta e voltemos aos discípulos dos nossos mestres. Merecem eles o opróbrio dos moralistas? Governam à florentina, segundo a expressão corrente há alguns séculos? Quem pôs a fé a serviço da política? Quem manipulou as massas? Quem trama na sombra a derrubada do número um? Quem ensina a massa a

queimar de hoje para amanhã o que adorou? Quem despreza o império das leis e só conhece a moral do príncipe coletivo, também ele subtraído, pela grandeza de sua missão, aos escrúpulos das almas fracas? Maquiavel nunca aprovou essas práticas, mas tampouco as condenou explicitamente. *Il faut ce qu'il faut*. Como impedir que o homem de ação empregue meios eficazes? E como negar que em certas ocasiões a eficácia exige meios moralmente detestáveis? Não nos cansamos de interrogar Maquiavel, porque foi, até o fim, de uma insolúvel contradição: proibir aos políticos os instrumentos do êxito é impossível sem uma espécie, não de hipocrisia, mas de absurdo, e permitir-lhes o uso de meios em si execráveis não é mais satisfatório. Não há saída e a política deve aceitar o lado trágico da sua condição.

Ainda resta tudo a fazer para evitar as situações extremas que não deixam outra escolha a não ser entre dois tipos de insucesso: vencer perdendo as razões para vencer, ou renunciar à vitória, esperando salvar a alma.

Ora, Maquiavel, enquanto doutrinário da política desejável, senão enquanto teórico da política real, quer reduzir a frequência das situações que só admitem saída no maquiavelismo, no sentido vulgar e pejorativo do termo. Para fundar um Estado, para restaurar um regime corrupto, para dar uma constituição a um povo em decadência, as medidas extremas revelam-se inevitáveis. Mas o ideal permanece sendo a república, a lei, um povo valoroso, o tumulto da praça pública. Já que acredita que nenhum homem seja capaz de não abusar do poder absoluto, recomenda, como os liberais, que se impeça o poder pelo poder e se prefira a imperfeição e a instabilidade dos regimes que vivem de lutas abertas à engano-

sa ordem da tirania de um só ou de alguns. Num século em que tanto sangue foi derramado por parte daqueles que esperavam demais da política e da humanidade, os maquiavelianos aparecem, talvez, como defensores da liberdade. O pessimismo protege das ilusões e não existe profeta sem ilusões. Ao mesmo tempo, por uma lógica reviravolta, é o marxista que se torna o testemunho do maquiavelismo injustamente atribuído a Maquiavel. Confiar num príncipe coletivo significa dar plenos poderes a um Cesare Borgia, que gozaria, ademais, da boa consciência inseparável da convicção de servir à humanidade. A liberdade floresce nas zonas temperadas, não resiste à fé ardente dos profetas e das massas.

É preciso dizer que Marx, e não mais Maquiavel, torne-se o autor maldito? Os maquiavelianos, nos tempos de Stalin, ensinaram, não convenceram e não convencerão. Não que estejam inteiramente errados: quem quer fazer o papel de anjo faz o papel de animal. Quem quer mudar o curso das coisas humanas mostra-se não raro impiedoso, mais próximo dos tiranos do passado do que do homem artesão de sua própria sorte, com quem sonham os pensadores no silêncio das bibliotecas. Mas não esqueçamos que os pessimistas também se resignam com o injustificável, que às vezes protegem as sociedades contra o fascínio das paixões vãs, mas raramente os privilegiados contra as tentações do conservadorismo. É perigoso dar aos homens uma idéia alta demais de seu possível destino; não é menos perigoso convencê-los de sua indignidade e de sua impotência. Entre Maquiavel, observador sem ilusões, e Marx, o profeta, é melhor não escolher e deixar que continue um diálogo inesgotável e indefinido.

Diálogo do nosso século, mas também diálogo de todos os séculos. Marx representa o profeta do nosso tempo, um tempo em que a economia, as forças produtivas assumem o aspecto da fatalidade. Maquiavel permanece nosso contemporâneo menos pelo seu ensinamento do que por uma interrogação que não admite respostas. Quem devemos admirar mais, aquele que prefere a salvação da cidade à da sua alma ou aquele que, um dia, exclama: "*Hier stebe ich, kann nicht anders*"?

Pessoalmente, escolho sem dificuldades, mas paguei o preço e recebi a recompensa: não atravesso o limite da ação política e permaneço, não como o povo da Romanha, "satisfeito e estarecido", mas como todos os que especulam sobre a ação sem agir, frustrado e, talvez, secretamente satisfeito.

Raymond Aron

Notas

Capítulo I

1. "É preciso renunciar à idéia de que o capítulo de introdução contenha um plano, e se preparar para procurar o sentido da obra ao mesmo tempo na linha do que é indicado e além dela, na região ainda indeterminada do que ela apenas cerca [...]" "[...] a própria definição das hipóteses iniciais, assim que a examinamos, causa espanto. Maquiavel formula duas questões: quantos tipos de principados existem e como se adquirem. De fato, ele só retém a segunda." (Claude Lefort, *Le travail et l'oeuvre*)

2. Neste período histórico – Maquiavel escreve *O príncipe* em 1513 – para um florentino, o significado do termo *república* se concretiza acima de tudo na experiência florentina, e, depois, na de Veneza, sua única semelhante entre as várias cidades da Itália: uma organização política que, embora se caracterize de modos diversos em tempos diversos, procura sempre representar a organização produtiva da cidade.

3. Célebre *condottiero*, que se casou com a filha do duque de Milão – Filippo Maria Visconti. Com a morte do duque, em 1447, os milaneses se organizaram em república (a República Ambrosiana), e Sforza foi nomeado capitão na guerra contra Veneza, mas concluiu um acordo com os venezianos, voltando-se contra Milão. Os republicanos milaneses foram obrigados a ceder-lhe a senhoria da cidade em 1450.

4. O rei de Espanha era Fernando, o Católico, que se aliou a Luís XII de França contra Frederico de Aragão, rei de Nápoles (1500:

Tratado de Granada). Em seguida, os dois aliados lutaram entre si e Fernando, o Católico, conquistou o reino de Nápoles.

5. Aqui, conforme se deduz do texto, o termo *domínio* significa país, região. Desde já, observa-se que Maquiavel usa alguns termos – ainda que fundamentais – com certa variedade de significados. Um estudioso inglês de Maquiavel – Whitfield – notou que “um uso não científico dos termos não é atípico em Maquiavel”, sendo por isso mais correto “descrever” os vários usos que Maquiavel faz de um termo do que tentar fixar definitivamente o seu significado.

6. Noção central no pensamento de Maquiavel, a *virtù* tem aqui um significado bastante próximo de *virtus*, do latim clássico. Por ser um termo de interpretação polêmica e variada, preferiu-se mantê-lo no original. O adjetivo correspondente a ele foi traduzido por *valeroso*. *Fortuna* é outro termo-chave em Maquiavel. O conceito é fundamental na filosofia epicurista, difundida no *Quattrocento* italiano por Lorenzo Valla. Vale lembrar que existe no Vaticano uma cópia do *De rerum natura* de Lucrecio – obra-mestra do epicurismo – feita pelo próprio Maquiavel.

Capítulo II

1. Referência provável a outra obra de Maquiavel, *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, um comentário sobre os dez primeiros livros das histórias de Lívio. Apesar da sua clareza, nem todos os intérpretes estão de acordo sobre ela. Permanece contudo o fato de que a primeira parte do Livro I dos *Discursos* trata longamente das repúblicas.

2. Os fatos recordados por Maquiavel referem-se a dois duques distintos: Ercole I, que em 1484, com o tratado de Bagnolo, concluiu uma guerra perdida contra os venezianos; e Alfonso I, famoso por sua paixão pela artilharia e que perdeu o ducado por pouco tempo, durante a guerra da Liga (1500-1512). Maquiavel emprega o termo duque referindo-se a ducado.

3. Ou seja, hereditário. Maquiavel pretende, com o termo “natural”, expressar o fato de o povo estar habituado a uma família reinante, hábito este que se torna quase que uma natureza. “Não há dúvida de que o termo ‘príncipe natural’ correspondia originalmente a uma

concepção precisa da monarquia. Natural ela é de fato, já que está inscrita no costume, e o costume é, na concepção tomista, uma segunda natureza. [...] Na observação de que o príncipe, expulso por uma ‘força extraordinária e excessiva’, está destinado a reaver o poder, se nota uma imagem da dinâmica física de Aristóteles” (Claude Lefort, *Le travail et l'oeuvre*), como se o *lugar natural* do príncipe fosse o poder, e só pudesse ser expulso dele por violência, voltando a ele quando esta termina.

Capítulo III

1. Conforme o esquema do primeiro capítulo: como membros anexos ao Estado hereditário do príncipe.

2. O termo *província* é empregado com seu significado latino: uma região com certa unidade étnica e lingüística. O “apoio dos habitantes para penetrar numa província” descreve uma situação bastante comum na Itália daquele período; Maquiavel já a havia mencionado neste capítulo: o fato de uma parte dos cidadãos mais poderosos e inimigos do príncipe chamarem, para lutar contra ele, um outro senhor poderoso, de quem esperam maiores vantagens.

3. Em 1499, quando o exército francês ocupou Milão, Lodovico Sforza, o Mouro, já se havia refugiado nas fronteiras da Alemanha; mas assim que ele reapareceu, em fevereiro de 1500, os nobres, já desiludidos com os franceses, o reconduziram ao poder.

4. A Santa Liga, organizada pelo papa Júlio II, reunia contra a França, além do próprio papa, a Espanha, a Inglaterra e Veneza.

5. Ainda especificando o valor ao mesmo tempo geográfico e étnico de “província”.

6. Anexada à França em 1477.

7. Anexada à França em 1491.

8. Anexada à França em 1453.

9. Anexada à França em 1204.

10. Por *Grécia* Maquiavel designa o Império Bizantino na Europa. Em 1453, com a queda de Constantinopla, completa-se o império turco na zona européia.

11. A liga etólica aliou-se aos romanos que, por sua vez, se haviam lançado contra Filipe V da Macedônia por causa de sua ajuda a

Aníbal (Primeira Guerra Macedônica); portanto, a liga aquêia era aliada de Filipe.

12. Eis aqui o resumo esquemático de Chabod: “Os aqueus e os etólios são os *poderosos menores* da Grécia; o *poderoso* é Felipe V de Macedônia, e Antioco da Síria é o *poderoso estrangeiro*. Os acontecimentos a que se refere Maquiavel deram-se entre 200 e 189 a.C.: primeiro a luta se travou entre os romanos, aliados aos etólios, e Filipe, derrotado em Cinocefale (197 a.C.); depois, entre os romanos, a que se reuniram a liga aquêia e Filipe, e Antioco da Síria, apoiado pelos etólios. Esta segunda guerra acabou com a derrota de Antioco (190) e a dissolução da liga etólia (189). É o início da grande política imperialista de Roma.”

13. *Gozar os benefícios do tempo* é uma expressão muito difundida na linguagem política da época. Quando Maquiavel fala ironicamente dos *sábios dos nossos tempos*, que enchem a boca com esta expressão, refere-se pontualmente à realidade.

14. Luís XII ocupou a Itália de 1499 a 1512; Carlos VIII, de 1494 a 1495.

15. Carlos VIII havia provocado, na Itália, a formação da Liga antifrancesa, ainda em vigor no tempo da invasão de Luís XII.

16. Instalou-se um governante francês em Gênova. A fragilidade de Gênova devia-se à sua estrutura política e social, dominada pelas grandes famílias e destituída de uma concepção unitária do Estado.

17. É desse momento o tratado pelo qual os franceses se comprometem a ajudar os florentinos na luta contra Pisa (ver, adiante, Capítulo XIII).

18. Giovanni Bentivogli, senhor de Bolonha.

19. Caterina Sforza Riario, que será expulsa de seu domínio por Cesare Borgia, o Valentino (filho de Alexandre VI).

20. O jovem Astorre Manfredi, perseguido e depois estrangulado por Valentino em 1501.

21. Giovanni Sforza, expulso por Valentino em 1500.

22. Pandolfo Malatesta, expulso por Valentino em 1502.

23. Giulio Cesare Varano, vencido por Valentino em 1502.

24. Senão propriamente como possessões territoriais, certamente como alianças e influências. Os venezianos ficaram com as terras a leste do Adda (Cremona, Bérgamo etc.), os suíços com o condado de Bellinzona e coube aos franceses o restante do ducado de Milão.

Veneza teve garantidas as suas conquistas no reino de Nápoles, enquanto tropas francesas foram colocadas à disposição de Cesare Borgia, o Valentino, filho do papa Alexandre VI, para a conquista da Romanha.

25. O papa Alexandre VI Borgia, que já havia começado a consolidar o seu predomínio na Itália central, através da obra do Valentino.

26. Em 1502, Cesare Borgia, o Valentino, aproveitando-se da rebelião dos habitantes de Arezzo e Valdichiana, tentou marchar sobre Florença.

27. Referência ao tratado de Granada (1500) com Fernando, o Católico.

28. Frederico de Aragão.

29. Em 1509, na batalha de Agnadello, os franceses tomaram dos venezianos as terras do ducado de Lombardia.

30. O papa havia anulado o casamento de Luís com a irmã de Carlos VIII. Em seguida, o rei desposou a viúva do mesmo Carlos, que lhe trouxe como dote o condado da Bretanha.

31. Georges d'Amboise.

32. Primeira embaixada na França, em 1500.

Capítulo IV

1. De 334 a.C. a 327 a.C.

2. Referência às lutas pelo poder entre os sete “diádocos” e à divisão do Império após a morte de Alexandre, em 323 a.C.

3. *Servi* (servos), mais adiante *schiavi* e às vezes *stiavi* (escravos). Entende-se, com este termo, os que devem sua autoridade exclusivamente ao príncipe, diversamente dos *barões* (nobres), que a devem à sua própria estirpe.

4. Governadores das províncias turcas.

5. Dario III, rei da Pérsia, estruturou seu império dividindo-o em circunscrições administrativas e colocando nelas governadores-tiranos estreitamente dependentes dele.

6. Diversidade da matéria, isto é, dos estados com que estavam tratando para entender o valor do substantivo *sujeito*; é preciso remontar à linguagem da escolástica medieval, em que, justamente, o

sujeito é o que é substancial, mas traz em si diversas potencialidades que tendem a formas acidentais. Assim, por exemplo, em Dante, *Paraíso* II, 106-109, o *sujeito* da neve é a água.

Capítulo V

1. Dos Capítulos I e III, deduz-se que a expressão *em liberdade* significa *sob o regime republicano*. Aqui, entretanto, esta interpretação não é autorizada pelo título, onde são claramente indicados tanto as repúblicas como os principados habituados a viver em liberdade. É preciso, portanto, ter em mente também este caso, quando se pretende definir com precisão o que significa o termo *liberdade* para Maquiavel. Para esclarecer este ponto, convém recordar que, desde o século XIII, *liberdade* indica, na linguagem dos políticos, a possibilidade de atuar na direção do Estado.

2. Esta destruição, na mente do autor, corresponde a algo bem preciso: "...edificar novas cidades, desfazer as velhas, mudar os habitantes de um lugar para outro, em suma, não deixar coisa alguma intacta" (*Discursos*, Cap. I).

3. Depois da vitória dos espartanos na guerra do Peloponeso, eles impuseram aos atenienses um governo oligárquico, que foi abolido um ano depois. Assim, em 382 a.C., instalaram um governo oligárquico em Tebas e este também foi derrubado três anos depois.

4. Das três cidades citadas, Cartago e Numância foram completamente destruídas, respectivamente em 146 a.C. Cápuia, após a batalha de Cannes em 216, perdeu toda autonomia.

5. O cônsul Flamínio tinha, de fato, proclamado a liberdade da Grécia em Corinto em 196 a.C., mas depois teve que destruir a cidade e reduzir a Grécia a província romana.

6. Portanto, aquela tripartição, tão solenemente instituída ao início do capítulo, não prevalece. Pensando bem, há apenas um modo.

7. O tema da liberdade se apresenta novamente nesse texto, de maneira bastante articulada e nada fácil de se compreender. Esta passagem, entretanto (com sua chamada à *ordem antiga*), e o período final do capítulo ("Mas nas repúblicas há mais vida...") são bastante expressivos e úteis. O autor liga novamente, em seu discurso, a liberdade à república; e a república que ele descreve é a cidade da qual

Maquiavel é cidadão. Na realidade, Florença e Veneza, ainda que de modo diverso, foram as cidades que souberam construir, no período de seu surgimento e consolidação, uma ordem política e administrativa que correspondia inteiramente às suas características sociais e à sua capacidade produtiva.

8. Mais uma vez a guerra de Pisa, tão importante para os florentinos. A cidade tinha sido conquistada pelos florentinos em 1405, mas libertou-se em 1494, após a invasão de Carlos VIII. A reconquista definitiva pelos florentinos, longa e extenuante, ocorreu em 1509. Talvez seja útil recordar que Maquiavel desempenhou um papel importante na reconquista de Pisa.

Capítulo VI

1. Moisés libertou os hebreus do cativeiro egípcio; Ciro fundou o Império persa (VI a.C.); Teseu e Rômulo pertencem às lendas de fundação das cidades de Atenas e Roma. Notar, no entanto, que as fronteiras entre o lendário e o histórico, no tempo de Maquiavel, estavam longe de coincidir com as que traçamos hoje.

2. *Ocasão*, terceira palavra-chave deste capítulo. Vimos antes *virtù* e *fortuna*, e agora *ocasião*, que é a possibilidade de usar a *virtù*. A articulação entre esses três conceitos é particularmente evidente nesse período, sobretudo na última parte, em que Maquiavel sublinha a ligação por meio de um paralelismo de frases: "E, sem a ocasião, a *virtù*... como, sem a *virtù*, a ocasião..."

3. *Pregare*, no original, que pode ser traduzido também por *rezar*. Lefort vê aqui uma crítica de Maquiavel à política de Savonarola (cf. Claude Lefort, *op. cit.*).

4. Frade dominicano que liderou, em Florença, como pregador e prior do convento de São Marcos, uma luta direta contra os Medici e a corrupção que esses praticavam em Florença. Essa luta era paralela à outra que travava contra a corrupção na corte papal. Depois da expulsão dos Medici, em 1494, Savonarola redigiu, juntamente com Antonio Soderini, os ordenamentos da república recém-instaurada. Foi particularmente idêia sua instituir um Grande Conselho à maneira dos venezianos. Morreu na fogueira em 1498. A morte de Savonarola representa o fracasso definitivo da idêia comunal em Florença;

e a posição de Maquiavel em relação à grande figura do frade é marcada, ao mesmo tempo, pelo respeito e pela distância.

5. Hierão, tirano de Siracusa de 269 a.C. a 215 a.C., aliou-se aos romanos, a quem sempre se manteve fiel.

6. “*Nada lhe faltava para reinar, exceto um reino.*” Citação inexistente – como quase todas as de Maquiavel – de Justino, *Epit.* XXIII, 4, 15: *prorsus ut nihil ei regium deesse praeter regnum videretur.*

Capítulo VII

1. Ver Capítulo IV: Dario dividiu o reino em satrapias.

2. O Estado é visto aqui como um organismo vivo, uma planta, donde a metáfora das raízes e ramificações.

3. Os atos de Sforza (ver Capítulo I) ainda estavam bastante próximos da época de Maquiavel. Quanto a Cesare Borgia (ver Capítulo III), Maquiavel foi, por duas vezes, e por longos períodos, testemunha ocular das suas ações.

4. O apelido provinha do título com que o papa Alexandre VI havia investido seu filho Cesare. Este, antes, havia sido ordenado cardeal; depois, renunciou à função eclesiástica e obteve de Luís XII o condado de Valença, promovido a ducado, e o título de duque de Valentinois.

5. Outra metáfora, desta vez de caráter artesanal: trata-se das fundações que os construtores preparam para as casas.

6. Observemos a curiosa situação dentro da qual se desenvolve o discurso neste capítulo e com vistas a esse personagem; dir-se-ia um exemplo ao avesso: Maquiavel não encontra melhor exemplo para dar do que o de um senhor que perdeu clamorosamente o seu reino.

7. Uma expressão semelhante a esta Maquiavel usa a propósito de si mesmo na carta-dedicatória ao príncipe (ver na página 130): “grande e contínua maldade da fortuna”.

8. Lodovico, o Mouro, protegia tanto Caterina Sforza, senhora de Forlì, quanto Giovanni Sforza, senhor de Pesaro, seus parentes.

9. Naquele momento, de fato, os *condottieri* mais poderosos eram os barões romanos, como os Orsini, Colonna e Savelli, ou os príncipes da Itália central, como Vitelli e Baglioni, inimigos naturais do papa.

10. Ver Capítulo III.

11. Após esse acordo, o papa obteve para seu filho trezentas lanças e quatro mil soldados suíços.

12. O exército de Orsini, comandado por Paolo.

13. Devido às incertezas de Paolo Orsini, o Valentino não conseguiu ocupar Bolonha.

14. Urbino foi conquistada em 1502.

15. Exatamente no dia em que Cesare conquistava Urbino, Maquiavel estava com ele, como observador da República florentina. As cartas de Maquiavel durante aquela missão, que indicavam a periculosidade do duque e sua astúcia e capacidade, foram criticadas num primeiro momento em Florença, onde se acusava Maquiavel de ultrapassar os limites de observador que lhe tinham sido designados. Somente em meados do mês seguinte, com a precipitação dos fatos, a insistência de Maquiavel superou o ceticismo florentino, do que temos uma prova na carta de Piero Soderini, datada de 14 de novembro de 1502, em que se reconhece a imensa força do duque e se oferece aliança.

16. Magione é um vilarejo vizinho a Perúgia. Estavam presentes à reunião os Orsini, os Bentivoglio, os Baglioni, os Vitelli, Oliverotto da Fermo e Antonio da Venafrò, enviado de Siena. Maquiavel retoma aqui, livre e rapidamente, o que já havia narrado nas cartas ao governo florentino durante sua missão junto ao Valentino e, mais longamente, no obra *Descrição da maneira como o Valentino assassinou Vitellozzo Vitelli, Oliverotto da Fermo, o senhor Pagolo e o duque de Gravina Orsini.*

17. Paolo Orsini, inclusive em nome dos outros, reconciliou-se com o Valentino em Ímola, a 25 de outubro de 1502.

18. A 31 de dezembro de 1502, o Valentino estava em Sinigallia acompanhado, entre outros, pelo mandatário da República florentina, Nicolau Maquiavel. Naquele dia, mandou estrangular Vitellozzo Vitelli e Oliverotto da Fermo, e poucos dias depois Paolo Orsini e o duque de Gravina.

19. Remiro de Orco, ou Ramiro ou Remigio de Lorqua. Tinha vindo da França como mordomo do duque, de quem, para sua própria infelicidade, se tornou lugar-tenente na Romanha.

20. Lorqua foi acusado de ter feito, por sua própria conta, açambarcamento de víveres e de estar em conluio com os conjurados de Magione.

21. É o momento da guerra pela divisão do reino de Nápoles, entre Luís XII e Fernando de Espanha (ver Capítulos I e III). Os franceses foram derrotados em Cerignola (1503) e o papa voltou-se para os espanhóis, que assediavam Gaeta, para atacar com eles a Toscana e Milão. Em agosto de 1503, porém, o papa morreu.

22. Colégio cardinalício, que deveria eleger o papa.

23. Em setembro de 1501, ocupou Piombino e, em janeiro de 1503, Perúgia. Se tivesse conseguido adiantar as negociações para obter a senhoria de Pisa, Florença não teria saída.

24. Os espanhóis assediavam Gaeta e os franceses estavam na vizinhança de Roma.

25. Foi dito antes (p. 31) que as populações da Romanha, após a chegada do Valentino, haviam começado a desfrutar do bem-estar. Tudo isso é muito importante em toda a narrativa: o apoio do povo demonstra a funcionalidade e justiça da política do Valentino.

26. Uma recordação direta dos fatos: Maquiavel estava na corte de Roma precisamente no período do conclave.

27. O adjetivo recorda a imagem do arqueiro do Capítulo VI.

28. Giuliano della Rovere: o futuro papa Júlio II; Colonna: o cardeal Giovanni Colonna; San Giorgio: o cardeal Raffaele Riario; Ascanio: o cardeal Ascanio Sforza. Todos eram inimigos dos Borgia.

29. Ruão: já o encontramos antes; é Georges d'Amboise, arcebispo de Ruão (ver Capítulo III).

30. Eram espanhóis, como o papa Borgia, que os havia favorecido e por isso lhe deviam obrigações.

31. Giuliano della Rovere, o papa Júlio II, tinha sido inimigo dos Borgia. Mas, para obter os votos dos cardeais ligados aos Borgia, prometeu ao Valentino, por meio de um acordo, torná-lo *gonfaloniere* geral da Igreja e restituir-lhe o estado da Romanha. Maquiavel censura o Valentino por ter acreditado nas promessas de inimigos. Conforme observava na *Carta aos dez*, de 26 de novembro: "Este papa começa a pagar os seus débitos honrosamente, isto é, cancela-os com um traço de sua pena."

Capítulo VIII

1. Tirano de Siracusa, de 316 a.C. até 289 a.C. Conseguiu ampliar a hegemonia de Siracusa sobre toda a Sicília grega.

2. Amílcar Barca, antepassado de Aníbal, comandante das tropas cartaginesas na Sicília.

3. Passagem muito importante para determinar o conceito de *virtù*; como nota Lefort, ela "nos convida a lembrar que o termo 'virtù' jamais é isento de uma significação moral".

4. Oliverotto Effreducci da Fermo (ver Capítulo VII).

5. Um dos mais célebres *condottieri* de sua época. Era capitão dos florentinos na guerra contra Pisa, e foi condenado em 1499, em Florença, por traição.

6. Fórmula freqüente, que significa apenas "em todas as ocasiões".

Capítulo IX

1. Um dos trechos mais importantes da obra. Segundo alguns comentadores, Maquiavel antecipa aqui a teoria da luta de classes. Diz Claude Lefort: "Somos colocados na presença de um juízo de alcance universal, que resume o ensinamento prudentemente insinuado nos capítulos precedentes, ao mesmo tempo que o completa. Retendo da diversidade dos tipos de governo apenas três regimes, Maquiavel abandona espetacularmente as classificações tradicionais [...]. Insinua que aos olhos do observador só conta a maneira pela qual se resolve a luta de classes: ou ela engendra um poder que se eleva acima da sociedade e a subordina inteiramente à sua autoridade – é o principado –; ou ela se ajusta de tal maneira que ninguém fica sujeito a ninguém (pelo menos de direito) – é a liberdade –; ou ela é impotente para se assimilar numa ordem – é a licença." (*op. cit.*)

2. Nâbis foi tirano de Esparta de 205 a.C. a 192 a.C. Apoiou-se demagogicamente nas classes pobres e, na política externa, aproveitou-se de todas as ocasiões possíveis. Porém, ao contrário do que afirma Maquiavel, teve de render-se aos romanos após o cerco de Esparta pelo cônsul Flamínio (195 a.C.).

3. Maquiavel também fala sobre os irmãos Graco no primeiro livro dos *Discursos* (Capítulo XXXVII), no qual destaca, ao mesmo tempo, suas honestas intenções e sua imprudência. Ambos empenharam-se na luta em favor dos camponeses. Tibério morreu em 133 a.C. e Caio em 121 a.C.

4. Scali, juntamente com Tommaso Strozzi, tornou-se chefe da plebe no tumulto de Ciompi (1378). Por sua insolência, os dois foram condenados: um foi executado em 1382 e o outro fugiu.

Capítulo X

1. *Tanto Stato*, no original. As interpretações divergem, mas a expressão *stato* parece indicar neste caso o território, que deve ser extenso o bastante para fornecer um exército suficientemente grande.

2. Maquiavel foi emissário de Florença junto ao imperador Maximiliano, em 1508, e ficou durante vários meses no Tirol, viajando por Innsbruck, Bolzano e Trento. Na própria Alemanha, nunca esteve; todavia, alguns de seus julgamentos são reconhecidos como exatos e argutos pelos historiadores. Em *Rapporto delle cose della Magna* (Relatório sobre as coisas da Alemanha) disse: “Nas comunidades francas e imperiais, que são o nervo daquela província, onde há dinheiro e ordem... sua principal intenção é manter a liberdade e não adquirir poder.” E em *Ritratti delle cose dell’Alamagna* (Retratos das coisas da Alemanha): “É certo que o poder da Alemanha está mais nas comunidades do que nos príncipes.”

Capítulo XI

1. Com a Liga de Cambrai (1508), Veneza esteve a ponto de desaparecer politicamente. A Santa Liga (1511) foi organizada por Júlio II a fim de expulsar os franceses da Itália.

2. Carlos VIII.

3. Em 1482, para defender Ercole d’Este do ataque veneziano, aliam-se, de fato, Alfonso, rei de Nápoles, Lorenzo, o Magnífico, e Lodovico Sforza.

4. Sisto IV foi papa de 1471 a 1484. Era de origem bastante humilde; tornou-se primeiro geral da ordem de São Francisco e depois cardeal. Maquiavel fala dele com muito colorido no livro VII das *Histórias*.

5. Júlio II entrou em Bolonha em 1506, depois de ter tomado Perúgia, graças a um acordo com Baglioni; o senhor de Bolonha, Giovanni Bentivoglio, fugiu antes da chegada do papa.

6. Refere-se às duas ligas de Júlio II: Liga de Cambrai e Santa Liga.

7. Sobre o itinerário destes onze primeiros capítulos comenta Lefort: “Descobrimos pouco a pouco que o exame das hipóteses particulares, que constitui a matéria dos onze primeiros capítulos, abre espaço para uma reflexão sobre a situação da Itália na época e sobre a política em geral – sobre as relações de potência, os fundamentos do Poder, a maneira de governar, a natureza do Povo e dos Grandes – cujo movimento não segue de modo algum o da demonstração aparente, mas parece comandada pela necessidade de desvelar, de maneira descontínua, algumas idéias a que não pode ser dada uma expressão direta.”

Capítulo XII

1. Antecipamos aqui, para nossa clareza, a definição de armas auxiliares sobre as quais Maquiavel falará no Capítulo XIII: “Soldados auxiliares são aqueles que um príncipe ou uma república envia em tua ajuda, capitaneados e pagos por ele.” (*Discursos*, II, 20)

2. Pelas frases seguintes, deduz-se que é Carlos VIII.

3. É uma historieta já proverbial na Itália, ao tempo de Maquiavel; o historiador francês Philippe de Commines, em suas *Memórias*, a atribui ao papa Alexandre VI. Commines foi à Itália no tempo da invasão de Carlos e visitou Florença, onde se encontrou com Savonarola – viu formar-se, em Veneza, a Liga contra o seu rei. O giz mencionado era usado pelos oficiais administrativos para marcarem as portas das casas onde deveriam se alojar os comandantes do exército francês.

4. Aqui se expõe um conceito idêntico ao expresso no primeiro livro de *Da arte da guerra*, obra dialógica em sete livros que, aparentemente, Maquiavel escreveu entre 1519 e 1520: os exércitos mercenários são perigosos inclusive porque são facilmente corrompidos por um cidadão que queira tornar-se tirano.

5. Alusão à revolta das tropas mercenárias cartaginesas, uma verdadeira guerra que durou de 241 a.C. a 237 a.C. e deixou a cidade, embora vitoriosa, exaurida e empobrecida.

6. Pai de Alexandre Magno. Foi chefe dos exércitos da Tessália e Tebas durante a primeira guerra sacra (cerca de 355 a.C.). Em 346 a.C. atacou e subjugou a cidade que fora sua aliada.

7. Sobre Francesco Sforza, ver os Capítulos I e VII.

8. Passou, em 1426, do serviço de Giovanna para o de Luís III. d'Anjou.

9. A rainha contratou Braccio da Montone, mas teve que nomear Alfonso de Aragão como seu próprio sucessor.

10. John Hawckwood, um capitão mercenário que em 1377 esteve a serviço de Florença.

11. Indica tanto o pai, Muzio Attendolo, como o filho, Francesco, que sempre tiveram por adversários as milícias de Braccio, comandadas primeiro por Braccio da Montone e depois por Niccolò Piccinino.

12. Sobre Paolo Vitelli, ver Capítulo VIII.

13. Ainda era escassa a expansão territorial de Veneza.

14. O Conde de Carmignuola, Francesco di Bussone, passara do serviço dos Visconti para o da senhoria de Veneza, para a qual conquistou Bérgamo e Bréscia, depois de ter derrotado os milaneses na batalha de Maclodio (1427). Após a guerra, entrou em declínio e não conseguiu vencer as tropas dos Visconti, comandadas por Sforza e Piccinino. Então foi preso, processado e executado como traidor em 1432.

15. Bartolommeo da Bergamo é o Colleoni, derrotado por Sforza em Caravaggio (1448).

16. Ruberto de San Severino, capitão de Veneza na guerra de Ferrara (1482-1484).

17. Conde di Pitigliano é Niccolò Orsini, capitão de Veneza na batalha de Vailate (Agnadello), 1509.

18. Como se vê, pelas notas precedentes, estes capitães jamais deram uma vitória a Veneza.

19. Com este expressivo paralelo entre batalha de um dia e oitocentos anos de fadiga, Maquiavel exprime de novo a sua polêmica contra a política territorial de Veneza.

20. Com esta fórmula um tanto vaga, Maquiavel parece referir-se às desventuras do Império e de seus exércitos na idade comunal, conforme se depreende do período seguinte ("muitas das grandes cidades tomaram armas contra os seus nobres"). Ela vai da queda de

Arrigo VII (1311), portanto, até a de Carlos IV (1355-1368).

21. Alberigo da Barbiano, conde de Conio, fundou a Companhia de São Jorge e morreu em 1409.

22. O termo *virtù* é aqui usado ironicamente.

23. Mais uma construção que revela um momento de alta comoção. Observe-se como uma progressão de participios (invadida... pilhada... violentada... vilipendiada) indica uma crescente personalização da Itália. Se, de fato, os dois primeiros se referem ao território, os outros dois sugerem a figura tradicional desde Dante – e sobretudo de Petrarca, da canção *All'Italia* (À Itália) – da mulher ora bela e gloriosa, ora chorosa e desonrada.

Capítulo XIII

1. Ver a definição destes exércitos no capítulo anterior.

2. Referência à tentativa realizada por Júlio II de conquistar Ferrara após a tomada de Bolonha. Ao invés disso, teve que abandonar inclusive Bolonha, quando então se aliou a Fernando, o Católico (Santa Liga).

3. Como vimos, trata-se de Fernando de Espanha.

4. A partida estaria perdida para Júlio, se não tivesse aparecido uma terceira carta, isto é, uma outra possibilidade além das duas referidas anteriormente (perder e ficar derrotado, ou vencer e tornar-se prisioneiro de quem tivesse o controle das tropas auxiliares).

5. Os espanhóis foram derrotados em Ravenna (1512) pelas tropas francesas comandadas por Gaston de Foix; intervieram, porém, vinte mil soldados suíços, também eles pagos pelo papa. Com esta terceira carta, que ninguém esperava, o papa conseguiu, simultaneamente, expulsar os franceses da Romanha e da Lombardia, e não ficar nas mãos dos espanhóis, porque os suíços foram vencedores.

6. Já examinamos este fato, do qual Maquiavel foi um dos protagonistas: os dez mil soldados da Gasconha e da Suíça que Luís XII concedeu a Florença em 1500 para reconquistar Pisa.

7. Giovanni Cantacuzeno, durante a luta com a dinastia rival dos Paleólogos, aliou-se ao sultão da Turquia, que lhe enviou o filho Salomão com um exército. Foi este o início da expansão turca na Europa.

8. Construção fortemente irônica: “quem quiser não poder...”
9. Ver Capítulo VI. Maquiavel justifica este exemplo antigo com o fato de que Hierão já havia sido citado por ele.
10. Carlos VII, vencedor da Guerra dos Cem Anos contra os ingleses (1337-1452).
11. Companhias de ordenança eram os núcleos que antecederam a formação do exército francês.
12. Luís XI usou os suíços na guerra com o feudatário de Borgonha, Carlos, o Temerário.
13. Ver Capítulo III. Esta é mais uma daquelas referências repetidas que ligam intimamente o conteúdo deste texto.
14. Contratar os godos foi o indício da ruína de Roma. A prática começou com Valente, em 376, e continuou com Teodósio, em 382.
15. “nada há de mais instável e fraco do que a fama de uma potência que não se apóia na própria força” – frase de Tácito (Anais, XIII, 19), citada de memória por Maquiavel e, portanto, bem diferente do texto original. O sentido, porém, é o mesmo.
16. Neste capítulo foram citados como criadores de exércitos próprios: Cesare Borgia, Hierão e Carlos VII, além de David.

Capítulo XIV

1. Francesco Sforza, ver Capítulo I.
2. “Lodovico, o Mouro, perdeu o poder em 1500; Massimiliano Sforza, posto na direção da Santa Liga (1512), perdeu-a em 1515, após a vitória de Francisco I, rei de França, em Marignano (13 de setembro de 1515). Esta referência confirma, portanto, a hipótese de que *O príncipe*, escrito de uma só vez entre julho e dezembro de 1513, tenha sido submetido, senão a uma verdadeira reelaboração, pelo menos a alguns retoques, dos quais é difícil, atualmente, ter uma idéia precisa.” (Chabod)
3. Ver Capítulo XV.
4. Filipêmenes foi comandante da liga aquéia e viveu de 253 a.C. a 183 a.C.

Capítulo XV

1. *Verità effettuale della cosa*, expressão famosa com que Maquiavel marca a sua separação dos pensadores políticos anteriores. No entanto, vale notar que, na época, a *causa eficiente* ainda não era tão privilegiada como mais tarde, com o advento da ciência moderna, viria a ser: isto talvez sirva, portanto, como índice dessa valorização essencialmente moderna da *eficiência*.
2. Observe-se a inversão operada por Maquiavel: após denunciar a ineficácia do discurso tradicional, tachado de “imaginário” e oposto à “verdade efetiva das coisas”, ele se volta para o problema da *imagem* do príncipe, de sua “fenomenologia”, e não do que ele seja em si mesmo. Ironicamente, o mundo imaginário dos pensadores tradicionais se une ao imaginário popular acerca do príncipe.
3. Notar o emprego da expressão “condições humanas”, que em nosso século veio muitas vezes a substituir o conceito de *natureza* humana.
4. “Infâmia”: a má fama, na qual incorreria quem tivesse os vícios que podem causar a perda do Estado.

Capítulo XVI

1. A má fama de ser avarento. É interessante citar aqui Guicciardini e ver como ele desenvolve o mesmo argumento, estando, no todo, de acordo com Maquiavel, mas articulando diversamente o discurso: “Mais detestável e mais pernicioso em um príncipe é a prodigalidade do que a parcimônia, porque, não podendo aquela existir sem extorquir de muitos, é mais injurioso aos súditos tirar do que não dar. Contudo, parece que ao povo agrada mais o príncipe pródigo do que o avaro. A razão é que – ainda que sejam poucos aqueles a quem o pródigo dá em relação àqueles de quem ele tira, que necessariamente são muitos como foi dito outras vezes – a esperança tem sobre os homens um poder tão maior que o temor, que mais facilmente esperam estar incluídos entre os poucos a quem é dado do que entre os muitos de quem é tirado.” (*Ricordi* [Recordações] 173, ed. Loescher, p. 76)

2. Luís XII.

3. Fernando, o Católico. Na carta a Vettori, de 26 de agosto de 1513, no mesmo ano em que escreveu *O príncipe*, Maquiavel o chama de *tacanho* e *avaro*, o que de resto era um fato admitido por todos.

Capítulo XVII

1. Na verdade, este julgamento positivo também é dado por Guicciardini e aceito pela maioria dos historiadores modernos.

2. Em Pistóia, entre 1501 e 1502, durante a luta entre as duas grandes famílias rivais, Panciatichi e Cancellieri, o governo florentino não soube intervir com energia.

3. Todo o conjunto dos cidadãos; opõe-se a *particulares*, uma pessoa ou um grupo restrito. Linguagem aparentada à da Lógica escolástica.

4. Ver Virgílio, *Eneida*, I, 563-564. Dido fala ao troiano Ilioneu: “A difícil situação e o fato de meu reino ser novo me constrange a usar / De tais métodos, e vigiar todas as partes até os confins de meu estado.”

5. Uma discussão da qual se indica o título: “Se é melhor...” Esta tendência à discussão é típica dos tratados políticos dos séculos XV ao XVII. Em geral, porém, desenvolviam longas discussões a respeito dos prós e dos contras. Maquiavel, por seu lado, resolve rapidamente o problema.

6. Lócrios: habitantes de Locri Epizefíria, na Sicília.

7. Foi Quinto Metello, segundo Lívio, XXIX, 20.

Capítulo XVIII

1. Um dos mais famosos capítulos de *O príncipe* é exatamente este, que começa com uma afirmação tão calma dentro de uma estrutura sintática tão simples. Subitamente, porém, depois do habitual “entretanto” (nondimanco), o discurso como que se encrespa e se complica, transformando-se de abstrato em experimental (“por experiência”) e de geral em atual (“em nossos tempos”).

2. Quíron é filho mítico de Saturno, mestre de Aquiles, Jasão, Hércules e Teseu.

3. Não se pode deixar de ressaltar o tema da *necessidade*, tão importante neste capítulo. Os homens, portanto, crêem, não somente porque são tolos, mas também porque a necessidade os obriga. Assim, o príncipe, por necessidade, engana a mente.

4. Sempre, mas particularmente neste capítulo, Maquiavel tende a enfeixar os seus juízos em períodos epigramáticos, muitos dos quais, de fato, transformaram-se em provérbios. Vejamos como a mesma coisa é analisada por Guicciardini, em *Ricordi* (Recordações), 105: “Ainda que alguém tenha a fama de dissimulado e enganador, observa-se que algumas vezes seus enganos convencem. Parece estranho dizê-lo, mas é verdade e eu me recordo de que o rei Católico, mais do que todos os outros homens, acha-se neste caso. Entretanto, em suas manobras, não lhe faltava jamais quem lhe desse mais crédito do que o devido. Isto deve resultar ou da tolice ou da cupidez dos homens, estes por crerem facilmente no que desejam, aqueles por não conhecerem.”

5. Sobre Alexandre VI e Valentino, dizia-se: o pai não faz jamais aquilo que diz e o filho não diz jamais aquilo que faz.

6. Maquiavel sublinha e reforça o tema da necessidade, provocada “pelos ventos da fortuna” e pelas “variações das coisas”.

7. Fernando, o Católico.

Capítulo XIX

1. Nábis: ver Capítulo IX.

2. “Em 24 de junho de 1445, Battista, chefe dos Canneschi, fez um acordo com Filippo Maria Visconti e, em seguida, atacou Annibale com os seus e o assassinou. Depois, gritando o nome do duque, percorreu a cidade (*Histórias*, VI, 1445). O povo, porém, auxiliado pelos embaixadores de Veneza e Florença, matou Battista e parte dos conspiradores, expulsando os demais da cidade. Este *messer* Annibale é filho de Giovanni Bentivoglio, que foi senhor de Bolonha de 1510 a 1512 e teve mais tarde que exilar-se em Ferrara, depois da batalha de Ravenna.” (Chabod)

3. Sante Bentivoglio, provavelmente filho de Ercole, primo do Annibale assassinado pelos Canneschi. Governou Bolonha de 1445 a 1462.

4. Esta instituição começou a funcionar plenamente com Filipe IV, o Belo, que introduziu o terceiro Estado no parlamento, mudando, portanto, completamente o seu caráter e provocando o esfacelamento da estrutura feudal do Estado.

5. Vem aqui à mente o episódio entre Valentino e Remirro de Orco, do Capítulo VII.

6. De agora em diante, Maquiavel trata metodicamente de todos os imperadores romanos da época dos Severos.

7. *Università*, no original. Maquiavel salienta aqui que a comunidade mais poderosa para esses imperadores não era o povo – como nas situações examinadas por ele –, mas o exército. O estado romano havia, de fato, se transformado em uma sociedade que somente se podia manter unificada mediante guerras contínuas, que pareciam já a sua única razão de existir.

8. Marco Aurélio Antonino: reinou de 161 a 180. É o autor de *Meditações*.

9. Publio Elvio Pertinax reinou durante poucos meses do ano de 193 e foi assassinado pelos pretorianos.

10. Alexandre Severo reinou de 222 a 235. Foi assassinado pelos soldados chefiados por Massimino, que o sucedeu no poder.

11. Por direito hereditário.

12. Sétimo Severo sucedeu a Pertinax e reorganizou o exército, dando maior espaço às populações bárbaras (193-211).

13. O senador Giuliano literalmente comprou o Império em leilão dos pretorianos que haviam assassinado Pertinax.

14. Pescênio Negro foi proclamado imperador pelas legiões de Antióquia em 193, mas foi derrotado por Severo e finalmente morto por seus soldados em 195.

15. Albino foi comandante das legiões da Bretanha. Também foi vencido por Severo e decapitado no ano de 197.

16. Antonino Caracalla, um dos imperadores mais loucamente ferozes (211-217).

17. Cômodo, filho de Marco Aurélio, foi também um homem feroz e violento. Morreu assassinado em 180.

18. Giulio Vero Massimino, morto pelos soldados em 238, governou somente durante três anos.

19. Heliogábalo reinou de 218 a 222, extremamente jovem.

20. Macrino foi assassinado em 218, após um ano apenas de governo.

21. Marco Didio Giuliano, já mencionado acima, sucedeu a Pertinax, tendo comprado em leilão o direito à sucessão. Foi assassinado dois meses depois.

22. O sultão do Egito e o grão-duque da Turquia.

23. “Doze mil infantes”: chamavam-se janízaros.

24. “Semelhante ao pontificado cristão” por seu caráter eletivo; seus eleitores eram os *malucos*, uma casta militar.

Capítulo XX

1. Divididos pelas lutas internas dos partidos.

2. Entende-se que seja vileza e má-fé dos súditos.

3. Isto é, no período que se encerra com a morte de Lorenzo, o Magnífico.

4. Vaillà ou Agnadello. Depois da derrota veneziana, muitas cidades pertencentes ao domínio de terra firme da Sereníssima rebelaram-se contra ela e passaram para o lado do imperador ou do rei de França.

5. Pandolfo Petrucci tornou-se senhor de Siena em 1500. Encontrava-se entre os participantes da Dieta de Magione contra Valentino, de quem foi arquiinimigo. Foi também o único a escapar da vingança do duque. Seu ministro Antonio da Venafrò foi citado no Capítulo VII e o será novamente no Capítulo XXII, em um contexto bastante lisonjeiro tanto para ele quanto para seu patrão, capítulo este onde se fala justamente dos homens de confiança do príncipe.

6. Isto é, teoricamente. Ressurge aqui o problema da relação entre a teoria e a verificação experimental da teoria que Maquiavel havia colocado no início do capítulo, fundamentando-o. Quanto a *sujeito*, ver nota 6 do Capítulo IV.

7. Porque haviam sido introduzidos ali por algum grupo descontente com o príncipe reinante.

8. Niccolò Vitelli foi inicialmente um capitão mercenário. Tornou-se senhor da Città di Castello, de onde foi expulso pelo papa em 1474, retornando em 1482. Foi nesta ocasião que mandou destruir as fortalezas que justamente o papa havia mandado construir.

9. Guido Ubaldino de Montefeltro, duque de Urbino, foi expulso por Valentino em 1482.

10. Caterina Sforza Riario, ver Capítulo III.

11. Estamos no ano de 1499. A Sforza já estava recolhida na fortaleza para resistir a uma revolta popular. Desta vez, contudo, em vez do tio e protetor, chegou Valentino e conquistou também a fortaleza. Observar como está articulado este exemplo: em um primeiro momento, parece que Maquiavel o toma como única exceção à sua teoria sobre o uso de fortalezas “em nossos tempos”; mas, logo depois, de repente, examinando-o de um ponto de vista diferente, o usa, ao contrário, como prova a favor. Caracteristicamente, mostra-se ao leitor – e este certamente é um dos maiores fascínios de Maquiavel – o seu raciocínio movendo-se de um lado para o outro, para frente e para trás, e colocando o leitor a par de todo o processo.

Capítulo XXI

1. A cidade de Granada foi conquistada por Fernando em 12 de janeiro de 1492, completando-se assim a unificação da Espanha.

2. Fernando deu à guerra de expulsão dos mouros o caráter de guerra santa, obtendo, por conseguinte, o favorecimento da Igreja.

3. Nome que se dava aos judeus convertidos ao cristianismo. A palavra tem a conotação de conversão apenas formal, permanecendo eles, no íntimo, fiéis à fé original. A expulsão dos *marranos* deu-se entre 1501-1502, acarretando graves repercussões sobre a situação interna da Espanha pois, entre os marranos, encontrava-se uma grande parte da população produtiva.

4. Penoso pelas suas conseqüências sobre os homens.

5. A campanha da África é de 1509. O rei ocupou toda a costa, desde Orã até Trípoli.

6. Ver Capítulos I e III.

7. É o mesmo período da guerra da Itália, o da Santa Liga, quando Fernando atacou a França pelo lado dos Pireneus, para conquistar Navarra.

8. Senhor de Milão de 1354 a 1385. Foi tão célebre que dele se ocuparam romancistas como Sacchetti e Sercambi. É tomado, inclusive por certos historiadores modernos, como exemplo do despotismo

e da bizarraria no governo senhorial. Morreu envenenado pelo sobrinho Gian Galeazzo Visconti, conde de Virtù.

9. Ver Capítulo III.

10. “Quanto ao que eles vos aconselham, de não vos imiscuirdes na guerra, nada vos será mais prejudicial: sem compensação e sem dignidade, sereis prezado vencedor.” Do livro XXXV de Livio, é uma citação feita de memória e, portanto, distante dos termos do texto, mas não do sentido.

11. O período não é de compreensão imediata. Presume-se que o leitor se recorde da análise desenvolvida por Maquiavel no Capítulo III, onde fala dos Estados “menos poderosos” e de suas relações com o conquistador. É o mesmo caso do dilema agora colocado, pois se um Estado não precisa recuar outro, nem mesmo em caso de vitória, isto significa que este Estado é menos poderoso do que o primeiro. Nesse caso, se o Estado agressor tivesse sido prudente, deveria ter-se aliado a ele, ao invés de combatê-lo. O discurso prossegue, tornando-se mais claro na continuação.

12. Ver Capítulo III.

13. Referência ao período da Santa Liga, quando os florentinos não souberam manter claramente sua tradicional posição de partidários da França, nem se aliaram aos inimigos de Luís XII. Recordemos que se permitiu, em Florença, que os cardeais franceses e italianos que apoiavam a França promovessem um concílio contra o papa Júlio II, que, por isso, declarou sua excomunhão. Por outro lado, como não apoiaram claramente os exércitos da Liga, sofreram a invasão de seu território por essas tropas, o saque de Prato e a queda da república de Florença.

14. Tornar mais bela com obras arquitetônicas e artísticas em geral. Maquiavel tem em mente a figura de Lorenzo, o Magnífico, cujas qualidades justamente descreve nas *Histórias*, VIII XXXVI: “Dedicou-se a tornar mais bela e maior a sua cidade... novas ruas repletas de novos edifícios... sempre manteve sua pátria em festa... amava extraordinariamente quem quer que fosse excelente em uma arte, favorecia os literatos...”

15. As corporações de ofícios eram características de Florença. Tribu, termo mais genérico, derivado diretamente do latim, indica as várias camadas da população.

Capítulo XXII

1. Antonio Giordani da Venafo (1459-1530); primeiro ensinou Direito na Universidade de Siena, depois foi juiz e enfim conselheiro de Petrucci. É também citado por F. Vettori e por F. Guicciardini.

2. Bom, fiel, como em outro lugar malvado, infiel.

Capítulo XXIII

1. Maquiavel fala de Dom Luca no *Relatório das coisas da Alemanha*. Conheceu-o, de fato, durante sua missão junto ao Imperador Maximiliano. Trata-se do bispo Luca Rainaldi.

2. Maximiliano I, imperador da Áustria (1493-1519). (N. do T.)

Capítulo XXIV

1. Inicia-se aqui a análise da invasão de Carlos VIII. Tanto para Maquiavel como para Guicciardini, após a morte de Lorenzo tem início uma etapa diferente e não mais equilibrada na História da Itália. A *História da Itália*, de Guicciardini, parte da morte de Lorenzo.

2. Frederico de Aragão, ver Capítulo I.

3. Lodovico, o Mouro, ver Capítulo III.

4. Filipe V, derrotado em Cinocefale, em 197 a.C., pelo cônsul Flamínio.

Capítulo XXV

1. Ver Capítulo XI.

Capítulo XXVI

1. O capítulo prossegue em um tom lento e reflexivo, em contraste com a segunda parte do capítulo precedente.

2. Uma situação política que o príncipe novo pudesse organizar. Notar a referência à dualidade aristotélico-tomista, freqüente em Maquiavel.

3. Ainda encoberta sob o pronome indefinido, a imagem de Cesare Borgia.

4. Ver a dedicatória nas páginas 129 e 130. A casa dos Medici tinha então, como vimos, inclusive um pontífice. Repetia-se uma situação semelhante àquela de que se havia beneficiado o Borgia, coisa extremamente sugestiva para Maquiavel.

5. "A guerra é justa quando necessária, e piedosas as armas quando só nelas reside a esperança." (Lívio, IX; I). A citação, como sempre, é de memória.

6. A excitação se expressa livremente através destas referências clássicas e bíblicas. Notar que a linguagem de Maquiavel passa bruscamente a se assemelhar à dos filósofos da época, os neoplatônicos da linhagem de M. Ficino e Pico della Mirandola. À linguagem seca e realista de Maquiavel opunha-se, com maior prestígio, o discurso rebuscado da semelhança nos moldes analisados por M. Foucault em *As palavras e as coisas*. Notar, também, a forte religiosidade subjacente: como observou Lucien Febvre a respeito de Rabelais, não tem sentido falar em ateísmo no século XVI, mesmo em Maquiavel. No entanto, justamente esta mudança no registro da linguagem fez com que alguns comentadores, como Cassirer, considerassem este capítulo como um acréscimo posterior.

7. "Torneios": encontros entre grupos diversos de contendores. Provavelmente, pensava no desafio de Barletta no ano de 1503.

8. Taro: em 1593, Carlos VIII consegue vencer os exércitos aliados aos italianos em Fornovo al Taro; Alexandria: em 1499, perdida pelo comandante das tropas milanesas, Galeazzo di San Severino; Cápuia: conquistada pelos franceses em 1501; Gênova: rendida aos franceses em 1507; Bolonha: conquistada pelos franceses em 1511; Mestre: ocupada pelos espanhóis em 1513; Vailà: é Agnadello, ver Capítulo III.

9. Ver Capítulos III e XIII.

10. A citação da canção *All'Italia* (À Itália), de Petrarca, encerra este capítulo tão movimentado e tão diversificado em seus sucessivos níveis estilísticos. Maquiavel já havia citado Petrarca, e exatamente esta canção, no livro VI das *Histórias*, a propósito da conjuração de

Stefano Porcari. Em tradução livre: “A virtude, contra o furor, / Tomará armas e que seja breve o combate, / Pois o antigo valor / Não está morto no coração dos italianos.”

Ao Magnífico Lorenzo de Medici

1. Após a fuga do *gonfaloniere* perpétuo Piero Soderini para Siena, Giuliano, filho de Lorenzo, o Magnífico, representava em Florença a família dos Medici. Em 11 de março de 1513, quando o cardeal Giovanni de Medici subiu ao trono pontifício, Giuliano foi chamado a Roma como *gonfaloniere* da Igreja, ficando em Florença o seu sobrinho Lorenzo, filho de Piero. Este conduzia na cidade a mesma política que adotara o Magnífico, mantendo de pé as instituições republicanas, mas conseguindo dominá-las através dos amigos de sua família. Na primavera de 1515, quando conseguiu que lhe fosse confiado o recrutamento de um corpo de quinhentos homens e ser nomeado capitão da República florentina, tornou-se claro que estava rumando para o principado. Ao escrever Maquiavel esta carta, Lorenzo ainda não fora oficialmente investido no ducado, coisa que lhe aconteceu em outubro de 1516, pois, como observa Ridolfi, Maquiavel não utiliza o título de duque, nem o tratamento de “Excelência” obrigatório com relação aos duques. Não estamos, todavia, em condições de reconstituir precisamente a data desta dedicatória. Maquiavel diz, em carta de 10 de dezembro de 1513, ao seu amigo – e conselheiro de Lorenzo – Francesco Vettori, que pretendia dedicar o livro a Giuliano, sendo provável que o tenha dedicado a Lorenzo após a partida de Giuliano para Roma.

Apêndice

1. Conferência pronunciada por R. Aron no Instituto Italiano de Cultura de Paris no dia 6 de novembro de 1969.

Stefano Porcari. Em tradução livre: “A virtude, contra o furor, / Tomará armas e que seja breve o combate, / Pois o antigo valor / Não está morto no coração dos italianos.”

Ao Magnífico Lorenzo de Medici

1. Após a fuga do *gonfaloniere* perpétuo Piero Soderini para Siena, Giuliano, filho de Lorenzo, o Magnífico, representava em Florença a família dos Medici. Em 11 de março de 1513, quando o cardeal Giovanni de Medici subiu ao trono pontifício, Giuliano foi chamado a Roma como *gonfaloniere* da Igreja, ficando em Florença o seu sobrinho Lorenzo, filho de Piero. Este conduzia na cidade a mesma política que adotara o Magnífico, mantendo de pé as instituições republicanas, mas conseguindo dominá-las através dos amigos de sua família. Na primavera de 1515, quando conseguiu que lhe fosse confiado o recrutamento de um corpo de quinhentos homens e ser nomeado capitão da República florentina, tornou-se claro que estava rumando para o principado. Ao escrever Maquiavel esta carta, Lorenzo ainda não fora oficialmente investido no ducado, coisa que lhe aconteceu em outubro de 1516, pois, como observa Ridolfi, Maquiavel não utiliza o título de duque, nem o tratamento de “Excelência” obrigatório com relação aos duques. Não estamos, todavia, em condições de reconstituir precisamente a data desta dedicatória. Maquiavel diz, em carta de 10 de dezembro de 1513, ao seu amigo – e conselheiro de Lorenzo – Francesco Vettori, que pretendia dedicar o livro a Giuliano, sendo provável que o tenha dedicado a Lorenzo após a partida de Giuliano para Roma.

Apêndice

1. Conferência pronunciada por R. Aron no Instituto Italiano de Cultura de Paris no dia 6 de novembro de 1969.